



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

Atalicio Gomes de Sousa Moreira

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO, A LUTA PELA TERRA E A CONQUISTA
DO ASSENTAMENTO RIACHUELO EM LIMA CAMPOS, MARANHÃO**

Codó – Maranhão
2023

ATALICIO GOMES DE SOUSA MOREIRA

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO, A LUTA PELA TERRA E A CONQUISTA
DO ASSENTAMENTO RIACHUELO EM LIMA CAMPOS, MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus VII, Codó – MA como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas/História.

Orientadora: Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

Coorientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva

Codó – Maranhão
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Moreira, Atalicio Gomes de Sousa.

As quebradeiras de coco, a luta pela terra e conquista do Assentamento Riachuelo em Lima Campos, Maranhão / Atalicio Gomes de Sousa Moreira. - 2023.

125 p.

Coorientador(a): José Carlos Aragão Silva.

Orientador(a): Jascira da Silva Lima.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó - MA, 2023.

1. Conflito agrário. 2. Gênero. 3. Luta pela terra. 4. Quebradeiras de coco. I. Lima, Jascira da Silva. II. Silva, José Carlos Aragão. III. Título.

ATALICIO GOMES DE SOUSA MOREIRA

AS QUEBRADEIRAS DE COCO, A LUTA PELA TERRA E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO RIACHUELO EM LIMA CAMPOS, MARANHÃO.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus VII, Codó – MA como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas/História.

Orientadora: Profa. Dra. Jascira da Silva Lima.

Coorientador: Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva

Aprovado em: 13 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jascira da Silva Lima
Coordenação do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, CCCo/UFMA
(Orientadora)

Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Coordenação do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, CCCo/UFMA
(Coorientador)

Profa. Dra. Jéssica Cristina Aguiar Ribeiro
Curso de Scienze Dell'educazione na Università Roma
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Antonio Alexandre Insidio Cardoso
Coordenação do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, CCCo/UFMA
(Examinador Interno)

Dada: Um pedaço da História

História que fez, que faz e se refaz... Que fez lutar, que faz sonhar e refaz acreditar!

Das lutas, labutas e tormentos, duas certezas: a morte e a saudade.

Imaginar reuniões sem ti... Susto!

Imaginar eleições partidárias sem ti... Susto!

Imaginar o movimento social sem ti... Susto!

Imaginar festas em família sem ti... Susto!

Sustos que arrepiam, excretam lágrimas e roubam sorrisos!

Tu foste uma mulher de fibra! Fibra tão forte que eternizou!

Tu foste uma mulher inteligente! Tão inteligente que multiplicou!

Tu foste uma mulher de gritos! Gritos tão sinceros que ecoou!

Sou resultado de tuas lutas, sou resultado dos teus sofrimentos, sou um pedaço de tuas revoluções!

"Morrer acontece como o que é breve e passa sem deixar vestígio" já dizia Drummond. Teu poema vai além, afinal, olhando nos meus olhos um dia me ensinaste: "Reforma Agrária é sim dividir terras, mas é também dar às pessoas liberdade, dignidade, cidadania e vida plena"... E o levarei como uma prece, até o dia em que também ela, a morte, me silenciar!

Atalicio Gomes de Sousa Moreira (2013)

Dedico este trabalho à Maria Adelina de Sousa Chagas – *in memória*, à Terezinha Rocha da Costa e Mariana Rodrigues: mulheres, mães, avós, quebradeiras de coco babaçu, militantes de movimentos sociais, ativistas pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais e que, mesmo em meio à estrutura patriarcal e ao machismo de sua época, foram protagonistas na luta em prol da conquista da terra, do acesso livre aos babaçuais e da manutenção de suas famílias e comunidade.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de formação de um indivíduo é, sem sombras de dúvidas, um processo que envolve um número significativo de pessoas e cada indivíduo participante direto ou indireto desse processo merece, de algum modo, o nosso olhar e a nossa gratidão.

Inicialmente, tendo como base de formação pessoal a formação cristã-católica, agradeço a Deus. Ele que sempre soube das minhas dificuldades, medos e limitações, mas cumprira um dos fundamentos de seus ensinamentos: “há tempo para tudo” ao passo em que, por inúmeras vezes, disse-me: “coragem, eu venci o mundo”.

Não há, em todos os dialetos existentes no mundo, palavras capazes de manifestar o sentimento de gratidão à Antonia Gomes de Sousa Moreira (Toinha), minha mãe. Sua fonte inesgotável de sabedoria modelou-me ao que sou hoje, sua paciência e palavras de força nessa jornada fizeram-me por muitas vezes não desistir. Fostes, és e serás sempre o pilar no qual atraco-me, pois creio fielmente que Deus manifesta-se para mim através de ti.

Ao meu pai, Raimundo Nonato de Sousa Moreira (Nato), por toda a preocupação, carinho, amor e suporte neste período de formação, sua contribuição está marcada n’aquilo que tenho conseguido para minha vida e a vida de nossa família.

Às minhas irmãs (Lucilaide e Betsaida) e aos meus sobrinhos (Igor, Isabel, Hugo e Yuri) pelas alegrias, risos e levezas trazidas a este processo de formação tantas vezes difícil de suportar. Os abraços das chegadas e das partidas estão no aconchego de minha alma.

À Plan International Brasil, organização não governamental incrível que tive a oportunidade de compartilhar parte da minha trajetória profissional, por tamanho apoio durante esse processo de formação, por inúmeras vezes precisei do olhar compreensivo de um empregador e, sem dúvidas, sempre o encontrei, além disso, as vivências formativas tendo como base a discussão de e sobre igualdade de gênero foram valorosas à construção deste trabalho e, até mesmo, à reedição do meu olhar e da minha práxis quanto ao direito das meninas e mulheres.

Aos irmãos e irmãs, isso mesmo, irmãos e irmãs que construí durante a jornada na UFMA da cidade de Codó, interior do Maranhão: Camila Maria, Maria Domingas,

Francineide Leal, Raiane Lima, Ana Raquel, Lindson Sousa, Josy Leite, Aline Silva, Zara Mayan, Naiara Oliveira e Francisca Cristina. Com vocês a jornada ficou bem mais leve e gostosa de ser vivida.

Às pessoas de São José dos Mouras que foram solícitas em minhas entrevistas: Filó, Chico de Paulo, Mundico Moita, Chaga Machado, Raimundo, Herre e Toinha, muita gratidão pela disposição e humildade no compartilhamento de suas memórias e histórias de vida, ainda que por vezes, tenham-lhes custado a dor e as lágrimas.

À Universidade Federal do Maranhão – UFMA, especialmente ao Campus VII na cidade de Codó – MA, pelo suporte, sobretudo humano, ao meu processo de formação.

Aos educadores e educadoras da UFMA com os quais tive a oportunidade de construir e partilhar aprendizados. Sinto-me profundamente atravessado pelos vossos ensinamentos. Dos muitos que hoje sou, há um tantinho de cada um de vocês.

À minha orientadora, Profa. Dra. Jascira da Silva Lima, pelo apoio e paciência na condução e construção deste trabalho, pela mão estendida nos momentos de desespero, pela compreensão nas fases difíceis que a vida nos apresenta e, principalmente, pela dedicação ao estudo e causa das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Você inspira-me! Em todos os espaços de diálogos, do corredor à sala de aula ou mesmo da tela de um celular ou computador, esbanja uma sabedoria com a qual tecemos não apenas textos, mas um diálogo permanente em luta e defesa dos direitos humanos.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva, pelo olhar minucioso que dedicou a este trabalho e a discussão nele exposta. Sua participação foi fundamental para a consolidação das informações e diálogos aqui realizados.

Por fim aos movimentos sociais e sindicais: a ASSEMA, o MIQCB, a AAAFGR que, de modo direto e indireto, educaram-me e ensinaram-me sobre a vida, os embates, os silenciamentos e sobre a importância de pautar as lutas dos povos e comunidades tradicionais, para que, de algum modo, sejam visibilizados.

RESUMO

O presente estudo objetiva, a partir de uma metodologia qualitativa baseada na história de vida e no levantamento bibliográfico, analisar a história entorno das quebradeiras de coco, a luta pela terra e a conquista do Assentamento Riachuelo em Lima Campos, Maranhão, no período de 1985 a 1987. De modo específico, o estudo visa ainda descrever a história da luta pela conquista da terra, investigar as formas de participação da mulher no contexto do conflito agrário, bem como apresentar o contexto geral da conjuntura econômica, política e social das famílias do Assentamento Riachuelo no período do conflito agrário. As lentes interpretativas que ancoram nossas análises foram, dentre outras, ALMEIDA (1995), BARBOSA (2007), CARVALHO (2001), FIGUEIREDO (2005), MELO & BARBOSA (2015) e QUIJANO (2005). Falar sobre participação de mulheres quebradeiras de coco babaçu remete-nos primeiramente a diversas outras questões passíveis de análise e discussão, dentre elas, as problemáticas em torno dos diálogos de gênero, da divisão do trabalho ou mesmo da exclusão social que ainda vivem milhares de brasileiras. Os porquês dessa participação é algo fundamental a ser respondido, uma vez que sendo mulheres numa sociedade machista, sendo mães numa sociedade patriarcal, sendo, em sua maioria, negras numa sociedade racista e sendo empobrecidas numa sociedade capitalista, fazem delas, naqueles dias, “anomalias sociais” brigando por direitos, quando, de fato, nem tinham a dignidade humana reconhecida.

Palavras-chaves: **Quebradeiras de Coco Babaçu. Luta pela Terra. Conflito Agrário. Gênero.**

ABSTRACT

This study aims, based on a qualitative methodology based on life history and bibliographic survey, to analyze the surrounding history of coconut breakers, the struggle for land and the conquest of the Riachuelo Settlement in Lima Campos, Maranhão, from 1985 to 1987. Specifically, the study also aims to describe the history of the struggle for land conquest, to investigate the forms of women's participation in the context of agrarian conflict, as well as to present the general context of the economic, political and social conjuncture of the families of the Riachuelo Settlement during the agrarian conflict. The interpretative lenses that anchor our analyses were, among others, ALMEIDA (1995), BARBOSA (2007), CARVALHO (2001), FIGUEIREDO (2005), MELO & BARBOSA (2015) and QUIJANO (2005). Talking about the participation of women breakers of babassu coconut first refers us to several other issues that can be considered and discussed, among them, the problems around gender dialogues, the division of labor or even social exclusion that thousands of Brazilians still live. The reasons for this participation is something fundamental to be answered, since being women in a macho society, being mothers in a patriarchal society, being mostly black in a racist society and being impoverished in a capitalist society, make them, in those days, "social anomalies" fighting for rights, when, in fact, they did not even have recognized human dignity.

Keywords: Coco Babaçu breakers. Fight for Earth. Agrarian Conflict. Gender.

LISTA DE SIGLAS

AAAFGR – Assoc. dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Gleba Riachuelo

ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOU – Diário Oficial da União

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Maranhão

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na reforma Agrária

SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O território e os aspectos econômicos e socioculturais do Assentamento Riachuelo.....	19
2. A terra como objeto de disputa de poder: contextualizando o Brasil, Maranhão e Território da Cidadania do Médio Mearim.....	38
2.1 “Verás que um filho teu não foge à luta”, sobretudo, pela posse da terra...39	
2.2 Maranhão: o estado brasileiro do antagonismo.....	44
2.3 O Médio Mearim e a tríade da disputa pela terra.....	49
3. Histórias de vida e conflito agrário: o protagonismo, o processo e as conquistas em São José dos Mouras.....	58
3.1 As origens de São José dos Mouras.....	58
3.2 Conflitos agrários em São José dos Mouras: a gênese.....	63
3.3 1985 a 1987: interpretação histórica da luta pela desapropriação da terra.....	67
4. As formas de participação da mulher no contexto do conflito agrário do Assentamento Riachuelo.....	95
4.1 Tecendo aproximações entre gênero, participação e identidade com a história das mulheres quebradeiras de coco babaçu de São José dos Mouras.....	98
4.2 Liderança, o protagonismo e a participação das mulheres no conflito agrário de São José dos Mouras.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

APÊNDICES

INTRODUÇÃO

O conflito agrário ou, como comumente dizemos, a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras pelo acesso à terra, mesmo tendo seu apogeu durante grande parte da década de 1980, sobretudo, pela conjuntura política e legislação favorável, é um tema atual, eminente e realístico. Sucessivamente o Maranhão apresenta índices altos em relação aos conflitos agrários no Brasil, chegando inclusive a liderar o ranking em 2011, conforme apresentou a Comissão Pastoral da Terra¹ (CPT), através de relatório. Ainda segundo a CPT, foram registrados em 2016, 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas o que remete ao estado o título de campeão em conflitos agrários pelo 6º ano seguido². Dados mais recentes da CPT, evidenciam cada vez mais o crescimento dos conflitos por terra no Brasil, inclusive, aponta 2020 como o ano com maior número de conflitos no campo no Brasil desde o início do levantamento³.

Durante a década de 1980, no Território da Cidadania do Médio Mearim, as ações de ocupação, de resistência e o constante embate de trabalhadores/as com fazendeiros e/ou proprietários de terra foi agravada, sobretudo, pelos resultados da Lei de Terras, nº 2.979, aprovada em 17 de julho de 1969, também conhecida como “Lei Sarney de Terras” é o que aponta algumas bibliografias consultadas sobre o tema, a exemplo de BARBOSA (2007).

Todo esse cenário vem se repetindo há décadas na região do Médio Mearim, onde, entre 1985-1990 ocorreram conflitos armados, como é o caso das comunidades Ludovico, Pau Santo, Centro do Aguiar e São Manoel no município de Lago do Junco,

¹ Criada a partir do Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, a CPT passou a fazer parte das próprias comunidades, interligando, assessorando e dinamizando o trabalho dos que atuavam em favor dos sem-terra e trabalhadores rurais. Nesse sentido, a Igreja dava uma nova linguagem aos movimentos através de seus rituais (celebrações, caminhadas, vigílias) e de suas práticas comunitárias. As situações de conflitos passaram a ser o lugar de atuação das CEBs (FAVARETO, 2006, p. 32). A CPT atuou junto a trabalhadores rurais do Maranhão organizando cursos de educação de base, promovendo discussões sobre os elementos principais do trabalho e sobre a vida do trabalhador rural, divulgando material informativo (cartilhas, boletins, cartazes, jornais, etc.), e dando assistência aos trabalhadores através do apoio a suas reivindicações e da concessão de advogados durante os conflitos (LUNA, 1984, p. 88) (BARBOSA, 2007, p. 78-79).

² G1 Maranhão. Maranhão lidera ranking de conflitos no campo, diz CPT. (disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/maranhao-lidera-ranking-de-conflitos-no-campo-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 03 de dez. 2019).

³ CNBB. Relatório da CPT aponta 2020 como o ano com mais conflitos no campo no Brasil desde o início do levantamento. (disponível em: <https://www.cnbb.org.br/relatorio-da-cpt-aponta-2020-como-o-ano-com-mais-conflitos-no-campo-no-brasil-desde-o-inicio-do-levantamento/> Acesso em: 17 de dez. 2021)

Santa Cruz no município de Capinzal do Norte, Nova Salvação, Santa Maria dos Fernandes e São José dos Mouras no município de Lima Campos. Nesse sentido, essas comunidades rurais sofreram ameaça de invasão dos fazendeiros e expulsão das famílias que, por vezes, eram detentoras dos territórios, seja pelo processo de herança hereditária, na qual pais e mães deixavam a terra para os filhos e filhas, seja por serem áreas quilombolas, mesmo que não reconhecidas legalmente, ou serem áreas remanescentes de quilombo, agora habitadas não apenas pelos negros antes escravizados, mas, também, por nordestinos “fugidos da seca” de outros estados do Nordeste, sobretudo do Ceará⁴.

Se por um lado, a grilagem, a violência e a negligência governamental provocaram os conflitos armados, por outro lado impulsionaram crescente participação de movimentos sociais, da igreja católica e de organizações da sociedade civil em prol das famílias, mesmo que as ações de repressão contra esses grupos ainda fossem exacerbadas, dada a conjuntura política nacional de pós-ditadura militar⁵.

Dentro desse contexto, no projeto de Assentamento Riachuelo, município de Lima Campos – MA, duas coisas despertam atenção quanto ao enfrentamento do chamado latifúndio: a participação das mulheres quebradeiras de coco babaçu e as parcerias estabelecidas entre trabalhadores/as com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, a Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra, o Partido dos Trabalhadores e a Cáritas Brasileira⁶.

Apropriando-nos desses fatos históricos como objeto de estudo buscamos compreender a participação das mulheres quebradeiras de coco babaçu na luta pela

⁴ Informações obtidas a partir da participação em espaços de formação e discussão da AAAFGR, da ASSEMA e do STTR de Lima Campos – MA.

⁵ A ditadura militar no Brasil durou 21 anos (1964-1985), teve 5 mandatos militares (Castello Branco (1964-67); Costa e Silva (1967-69); Médici (1969-74); Geisel (1974-79); e Figueiredo (1979-85)) e instituiu 16 atos institucionais – mecanismos legais que se sobrepunham à constituição. Nesse período houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura. (disponível em <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/> Acesso em 07 dez. de 2019).

⁶ A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Helder Camara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). As orientações do Concílio Vaticano II marcaram a ação da Cáritas que, desde então, vive sob os valores da pastoralidade transformadora. A Cáritas é um organismo da CNBB e possui uma rede com 187 entidades-membro, 12 regionais e 5 articulações. (disponível em: <https://caritas.org.br/historia>. Acesso em 20 dez. de 2020).

conquista da terra. Neste contexto nos coube investigar como as relações de gênero e as relações de poder foram preponderantes no âmbito do conflito.

Para a interpretação da história do assentamento, sobretudo, das trajetórias de lutas e conquistas das 2.223 hectares de terras habitadas até os dias de hoje, e, para a análise da participação das mulheres, enfatizando seu protagonismo, foi necessário fazer um percurso diferente das narrativas históricas, que reforçam perspectivas interpretativas masculinas e orientadas pelo modelo patriarcal da sociedade, onde a participação e o protagonismo das mulheres não tem visibilidade, ou, elas aparecem em condição de submissão.

Consideramos importante, nesta introdução, informar aos nossos leitores que em minha trajetória de militante do movimento social e mesmo no curso de Magistério pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA⁷, e, agora no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, fui sendo instigado a estudar sobre a participação das mulheres, em contexto de conflito pela posse da terra. Minhas motivações pessoais vêm do convívio com mulheres quebradeiras de coco babaçu, como Maria Adelina de Sousa Chagas, a Dada⁸, que dizia: “num tempo em que mulher só tinha um lugar: a cozinha, nós resolvemos arregaçar as mangas e brigar pelos nossos direitos” (trecho do discurso na festa de comemoração pelos 25 anos da conquista da terra do Projeto de Assentamento Riachuelo no dia 12 de outubro de 2012). Para ela, estar na luta implicava romper com a lógica de opressão e apagamento da história das mulheres.

Sou filho de quebradeira de coco babaçu. Sou filho da luta, sou parte e resultado dela. Nos incomoda o apagamento da nossa própria história, quando testemunhei as escolas falarem das Revoluções “X” e “Y” e esquecerem da luta da comunidade pelo acesso à terra, quando os/as professores/as falam de Joana Dark, Princesa Isabel e não falam da Dada, Toinha, Teresa, Filomena, Mariana, mulheres quebradeiras de coco babaçu que protagonizaram lutas históricas pela vida.

⁷ O PRONERA propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. (disponível em http://www.incra.gov.br/educacao_pronera, (acesso em: 04 jul. de 2018)

⁸ Quebradeira de coco babaçu, trabalhadora rural, militante de causas sociais, sobretudo, do livre acesso aos babaçuais, do direito e acesso à terra, da conservação dos recursos naturais e da equidade de gênero. Uma das maiores referências de participação feminina na luta pela conquista da terra no território da região do Médio Mearim maranhense, uma das fundadoras da AAAFGR, do MIQCB e da ASSEMA.

Nosso trabalho é registrar na historiografia os protagonismos de mulheres camponesas nos conflitos em defesa da vida, que culminaram com a conquista da terra e a visibilidade da identidade de quebradeira de coco babaçu.

Durante a pesquisa buscamos responder as questões sobre como as identidades, as relações de gênero e poder se manifestam durante o conflito agrário do Projeto de Assentamento Riachuelo. Esses elementos foram reveladores de porquê sujeitos sociais, que se identificam como mulheres, donas de casa e extrativistas do babaçu, mesmo desempenhando os papéis de liderança, não foram/são reconhecidas do ponto de vista dos registros históricos das lutas no campo.

A narrativa que apresentamos descreve e analisa a história da luta pela conquista da terra no Projeto de Assentamento Riachuelo, da participação das mulheres quebradeiras de coco babaçu no conflito agrário, como reflexo da luta política de mulheres camponesas na década de 1980, pontuando elementos do contexto econômico, político e social das famílias no período em estudo.

Para problematizar estas questões debruçamo-nos em uma pesquisa de cunho qualitativo, focando na dimensão subjetiva dos sujeitos falantes, no caso, as mulheres quebradeiras de coco babaçu e os homens que estiveram com elas nesta trajetória de luta e incorporação de novas práticas sociais.

A pesquisa de cunho qualitativo, que privilegia a história oral, foi apropriada para possibilitar, especialmente às nossas interlocutoras mulheres, liberdades para manifestar percepções sobre suas vidas, que se confundem com as vivências no Assentamento. A mesma se desenvolveu em três momentos complementares: a revisão bibliográfica sobre o tema em livros, artigos e revistas; a observação do campo de pesquisa e entrevistas com sujeitos que vivenciaram os conflitos.

No povoado São José dos Mouras, território do Assentamento Riachuelo realizamos 07 (sete) entrevistas⁹, sendo 03 (três) com lideranças comunitárias que participaram de forma ativa do conflito agrário e 04 (quatro) com pessoas que estiveram no âmbito do conflito, mas que, do ponto de vista organizativo, não foram/são consideradas lideranças comunitárias. A definição desses interlocutores/as considera o processo de escuta dos parceiros institucionais do Assentamento (CPT,

⁹ Formulário das entrevistas em apêndice (apêndice A).

Igreja Católica, Associações e ONGs), os próprios moradores do Assentamento, que nas rodas de conversa informal citam os nomes dessas pessoas, além do registro dos nomes deles em documentos e produções midiáticas, que os utilizam como referência.

As observações consideram não apenas o horizonte temporal de 2018 a 2020, mas, também, o acúmulo de vivências como intelectual orgânico dessa comunidade.

Por fim, influenciado pela diversidade de métodos e técnicas de pesquisa possíveis, no campo interdisciplinar das ciências humanas, me respaldo nos recursos que a escrevivência, sobre experiências vividas como filho, sobrinho e neto de mulheres lideranças, possibilitam conectar e traduzir nas experiências coletivas das mulheres.

Segundo LEITE e NOLASCO (2019) a escrevivência de Conceição Evaristo não pode ser lida por outro viés que não seja o da desobediência epistêmica, visto que, apenas um pensamento descolonial pode dar conta de uma reflexão crítica a respeito de projetos literários e intelectuais que, por sua vez, habitam o efêmero espaço fronteiro em que ocupamos. Assim, enquanto sujeitos críticos fronteiros, nos desafiamos em um tipo de escrita que privilegia as experiências vividas no campo de pesquisa.

Ainda sobre a escrita, ora utilizo a terceira pessoa, quando estou em consonância com meus orientadores acadêmicos, ora utilizo a primeira pessoa, quando estou imerso no trabalho de campo, observando, ouvindo e descrevendo fatos.

Com propósito de responder as inquietudes da pesquisa organizei o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo situamos o/a leitor/a no campo de pesquisa, assim, descrevemos, de maneira detalhada, os aspectos territoriais, econômicos e socioculturais do Assentamento Riachuelo. No segundo capítulo fazemos breve análise sobre os conflitos pela terra a nível nacional, estadual e regional, com a intenção de elucidar as conexões dos tensionamentos agrários ocorridos concomitantemente no território brasileiro, e, a situação de São José dos Mouras, como parte dessa complexa engrenagem da estrutura agrária implementada no Brasil. No terceiro capítulo relato, a partir da memória e das histórias de vida das pessoas entrevistadas, a história de São José dos Mouras, ou seja, suas origens e a maneira como fora se consolidando enquanto comunidade e, também, detalho o conflito agrário

neste território (1985-1987) do ponto de vista das pessoas entrevistadas, incluindo suas lutas, sofrimentos, alianças e dificuldades, mas também do ponto de vista legal. No quarto capítulo proponho a análise sobre as formas de participação das mulheres no contexto do conflito agrário, com enfoque nas questões de identidade, gênero e poder.

1. O TERRITÓRIO E OS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIOCULTURAIS DO ASSENTAMENTO RIACHUELO

É muito comum nas comunidades rurais do Médio Mearim¹⁰ a identificação ou nomeação do território em deformidade ao convencionado pelos órgãos estatais. Em alguns casos, os nomes de “batismos” dos assentamentos eram feitos, na década de 1980, de modo a homenagear os “ditos proprietários¹¹” que, na maioria das vezes, eram os principais responsáveis pelos litígios, assim fora no chamado *Riachuelo*.

Meu campo de estudo, Assentamento Riachuelo, em algumas situações será tratado pelo nome utilizado pelas famílias que lá residem: São José dos Mouras¹², corroborando assim para a identificação de pertencimento da qual as pessoas de lá tanto se orgulham.

O Projeto de Assentamento Riachuelo foi meu campo de pesquisa para organização e sistematização deste estudo, mais precisamente o povoado São José dos Mouras, onde, a exemplo de outros povoados rurais brasileiros, durante a década de 1980, houve um conflito armado na disputa pela apropriação/desapropriação da terra, assunto que trataremos no decorrer deste trabalho.

A extensão territorial do Projeto de Assentamento Riachuelo contempla seis comunidades, que são: São José dos Mouras, São José de Baixo, Serrinha, Serrinha II, Olinda e Quinze. Conforme mapa a seguir, o mesmo encontra-se no município de Lima Campos¹³, região do Médio Mearim, no estado do Maranhão. Tem em seu perímetro

¹⁰ Localizado no estado do Maranhão, o Território da Cidadania (TC) Médio Mearim abrange uma área de 8.294,4 km², envolvendo 16 municípios. Encontra-se no Bioma Cerrado e na zona de transição entre os Biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga. A população territorial é de cerca de 262 mil habitantes (IBGE, 2010), dos quais, cerca de 110 mil (42 %) vivem na zona rural. Essa parcela da população é formada sobretudo por agricultores e agriculturas familiares, famílias assentadas e comunidades quilombolas, que praticam agricultura familiar, pecuária e extrativismo. Os babaçuais se tornaram a base do sustento de muitas famílias na área de ocorrência desta palmeira, no Território do Médio Mearim. (BEM DIVERSO, 2022).

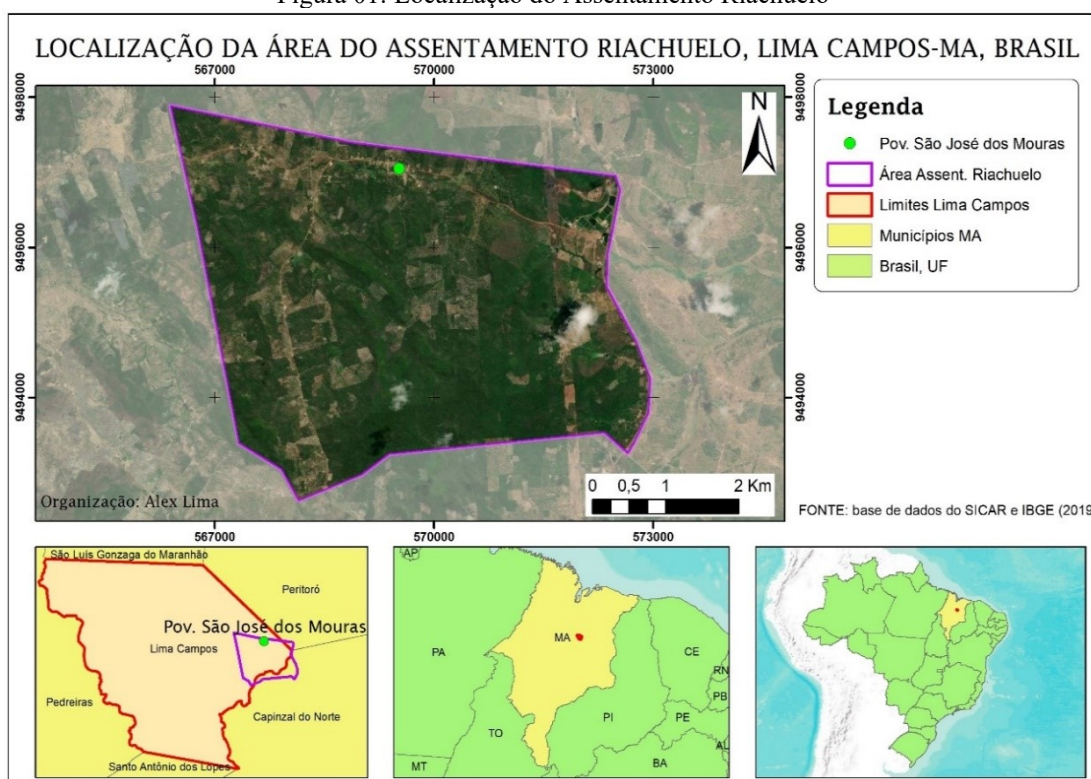
¹¹ Forma em que, comumente, as lideranças comunitárias de São José dos Mouras se reportam a Francisco Ferreira Lima (Chico Messias).

¹² O nome São José dos Mouras tem sua gênese a partir de duas vertentes comumente utilizadas nas primeiras décadas do século 20. A primeira ligada a religiosidade, sendo “São José” o santo de devoção de uma considerada família tradicional da época e a segunda em função da terra ter sido povoada inicialmente por uma família de sobrenome “Moura”.

¹³ Lima Campos é uma cidade de Estado do Maranhão. O município se estende por 321,9 km² e contava com 11.423 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 35,5 habitantes por km² no território do município. Situado a 64 metros de altitude. Lima Campos tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 4° 31' 14" Sul, Longitude: 44° 28' 2" Oeste. (CIDADE BRASIL, 2019)

territorial os cortes de uma rodovia vicinal¹⁴ que dá acesso à sede do município de Lima Campos à Noroeste do mapa, seguindo por dezoito quilômetros da comunidade São José dos Mouras à rodovia estadual MA122, passando pelo povoado São José de Baixo; no sentido Leste, há três quilômetros, a rodovia vicinal dá acesso à rodovia federal BR135 (Povoado Tucunzal) – e; outra rodovia vicinal que dá acesso ao município de Capinzal do Norte – sentido Sul do mapa, seguindo pelos povoados Serrinha, Serrinha II e Olinda até chegar à BR135 na localidade Santa Cruz, município de Capinzal do Norte.

Figura 01: Localização do Assentamento Riachuelo



Fonte: elaborado no Arcgis 10.5 a partir dos dados do IBGE (2019) e SICAR (2021).

É importante destacar que, apesar da fonte do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural mencionar as coordenadas geográficas conforme estão contidas no mapa, há uma divergência quanto a observação da realidade, pois uma parte da área Nordeste, no mapa acima, não faz parte do Assentamento Riachuelo, uma vez que pertence à Fazenda Sede e à LOMAPE – Alimentos e Bebidas Ltda. Da mesma forma, uma parte do Sul e Sudeste do mapa está localizada fora da área de abrangência do

¹⁴ Estrada local, destinada principalmente a dar acesso a propriedades lindeiras ou caminho que liga povoações relativamente pequenas e próximas. (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2007)

município de Lima Campos, apontando como sendo pertencente ao município de Capinzal do Norte, fato que incorre sobre algum erro topográfico na inserção dos dados junto aos órgãos oficiais do Estado.

Apesar da divisão territorial, a representatividade jurídica do Assentamento é uma só: a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Gleba Riachuelo – AAAFGR, organização representativa dos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, fundada em 1991, que a exemplo de outras tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e a luta pela melhoria da qualidade de vida das famílias.

Assim como várias outras associações de produtores rurais, a associação dos assentados reivindica do Estado melhores condições de infraestrutura de apoio à produção, o livre acesso à exploração do babaçu e a proibição da derrubada de palmeiras para implantação de projetos agropecuários nas fazendas (CARVALHO, 2001, p. 06).

Segundo informações da AAAFGR, este Projeto de Assentamento encontra-se dentro do território da Amazônia Legal¹⁵, é uma região de planície circundada por planaltos. Tem cerca de 150 famílias, dessas apenas 62 são assentadas¹⁶ e uma população aproximada de 400 pessoas. A maioria das famílias é composta por três ou mais pessoas. Para dados mais técnicos relacionados ao território, Carvalho (2001) aponta que:

De acordo com o Anteprojeto de Assentamento Gleba Riachuelo, realizado por BRITO et al. (1988), a área apresenta cerca de 75% dos solos classificados como Latossolo Vermelho-Amarelo e 25% como Areias Quartzosas, sendo a declividade do terreno 50% Ondulado e 50% Suave Ondulado. O clima predominante é o Tropical Semiúmido, com temperatura média anual de 26°C e precipitação média anual de 1.600 mm, situando-se o período chuvoso entre os meses de dezembro a maio. A vegetação é composta por capoeira e babaçu resultante da ação antrópica, e uma pequena parte de floresta tropical densa. O babaçual na região da Gleba Riachuelo apresenta uma produtividade média de 2,15 toneladas/hectare/ano (MAY, 1986; JAMAS, 1994). (p. 35).

Do ponto de vista econômico, podemos mencionar que, assim como a maiorias das outras áreas de assentamento da região, as principais atividades desenvolvidas em

¹⁵ Parte da região amazônica no território brasileiro, assim definida para fins de planejamento pela lei n.º 5.173 de 1966 e que corresponde a uma área de 5.033.072 km², englobando os estados do: Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão a oeste do meridiano 44º de longitude. (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2007).

¹⁶ Assentadas, na linguagem comunitária, diz-se das pessoas que possuem o título da terra ou a autorização de ocupação, as outras são consideradas agregadas, ou seja, vivem no território concedido pelos posseiros.

São José dos Mouras são: o extrativismo do babaçu e a produção agropecuária. É uma das comunidades maranhenses onde as famílias obtêm da palmeira do babaçu uma fonte de renda tão importante quanto a renda proveniente da produção agropecuária¹⁷, de forma que extraem não apenas rendimento monetário, ou seja, o dinheiro, mas usufruem de uma série de subprodutos (azeite, sabão, carvão, artesanato, cobertura para moradias, matéria orgânica para produção de hortaliças, talos para cercas, entre outros) advindos desta atividade, gerando uma renda de aproximadamente R\$320,00¹⁸ (trezentos e vinte reais) por família produtiva.

É possível perceber que, ligados à área agropecuária, há uma diversidade nas atividades produtivas em São José dos Mouras, como por exemplo, unidades de produção de hortaliças, atividade de extração de azeite de coco babaçu, unidades de produção de milho, ambas postas fora do contexto de produção agropecuária, enunciado no parágrafo anterior, em virtude de não ter apenas o excedente da produção como fonte de renda, mas por serem realizadas exclusivamente para este fim. Há, também, algumas atividades ligadas ao comércio, por exemplo, mercearias, açougues e bares, além do funcionalismo público (que emprega algumas pessoas da própria comunidade, seja por meio de concurso público, seja por meio de contratos temporários, sendo este último, mais comum).

Vale relatar que no processo de produção e comercialização dos produtos da agricultura, criação de animais e subprodutos do babaçu há uma divisão de trabalho onde os homens são os principais responsáveis pela lavoura, e pela criação de animais de grande porte, enquanto as mulheres são responsáveis pela coleta e extração da amêndoa do coco babaçu, cultivo de hortaliças, árvores frutíferas e criação de animais de pequeno porte como a avicultura e suinocultura. No que diz respeito à comercialização dos produtos, seja no comércio local, seja em feiras municipais destinadas à agricultores/as familiares do município ou mesmo na comunidade (porta-em-porta) na maioria das vezes, a principal responsável é a mulher, ainda assim tendo o homem como principal responsável pela administração dos recursos.

¹⁷ A produção agropecuária, neste contexto, expressa todos os produtos provenientes do trabalho com a propriedade/terra, ou seja, arroz, feijão, milho, mandioca, etc. bem como a criação de animais, produção de hortaliças, entre outros.

¹⁸ O cálculo foi realizado a partir da verificação de uma família produtiva que realiza a atividade de extração da amêndoa de babaçu de segunda a sexta-feira durante o período de um mês. A média de extração é de 8kg de amêndoas por dia, vendida in natura por R\$ 2,00 cada quilograma.

Ressalto que, embora este seja um apontamento geral, fundamentado em minhas observações de campo, há situações específicas em que homens e mulheres atuam de maneira conjunta, por exemplo, observei que as mulheres participam de forma direta no processo de colheita da lavoura, bem como durante as atividades de capina¹⁹ e encoivramento²⁰. Da mesma forma os homens participam da atividade de coleta e quebra do coco babaçu, sendo a primeira mais comum na comunidade.

Neste assentamento, também foram idealizados e implementados vários projetos que garantem a estruturação da comunidade nas áreas de produção, infraestrutura, comercialização e meio ambiente. A seguir destaco, cronologicamente, os principais projetos já adquiridos pelas famílias e que impactam a comunidade. As informações relacionadas aos projetos foram adquiridas, durante visitas à comunidade, participação em reuniões e assembleias da AAAFGR e no diálogo com as lideranças da comunidade.

No ano de 1990 o Projeto Fomento²¹, também conhecido como incentivo agrícola, com iniciativa do governo federal, possibilitou as famílias recém-assentadas a compra de ferramentas, equipamentos, sementes, para melhorar o desempenho nas atividades agrícolas. No Assentamento 62 famílias acessaram o projeto; em 1991, as famílias assentadas foram beneficiadas com a construção de doze quilômetros (12km) de estradas vicinais, projeto do governo federal. As estradas ligam todos os povoados pertencentes ao Assentamento Riachuelo; ainda em 1991, com recursos dos próprios assentados, foi construída a casa de beneficiamento de farinha de mandioca. Geralmente esses projetos de aquisição coletiva pelos próprios assentados eram implantados a partir de uma parte de um recurso maior destinado às famílias. Por exemplo, no projeto fomento cada família recebia R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do governo federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, assim, elas investiam R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) e o restante – R\$ 500,00

¹⁹ Processo em que, na roça, corta-se a vegetação imprópria (plantas daninhas) para o desenvolvimento dos legumes (arroz, milho, feijão, mandioca, etc.)

²⁰ Processo em que retira-se da área de produção (roça) madeira, folhagem, galhos que não decompõem-se durante a atividade de queimada.

²¹ As informações técnicas sobre o projeto se perderam com as mudanças de diretorias da Associação quando vários documentos foram sendo extraviados, portanto, as informações aqui apresentadas tiveram como fonte a memória de Chico de Paulo e Toinha, antigos moradores da comunidade e membros da Associação.

(quinhentos reais) – era investido em empreendimentos coletivos. Ocorreu assim com a casa de farinha, a usina de beneficiamento de arroz e com o açude comunitário.

No ano de 1993 as famílias conseguiram junto ao governo estadual o projeto “Comunidade Viva”, contemplando o Assentamento Riachuelo com dois poços artesianos²² e duas escolas (uma no povoado São José dos Mouras e outra em São José de Baixo), além de eletrificação rural, nos povoados São José dos Mouras, São José de Baixo e Serrinha. Nos anos seguintes (1994, 1995 e 1996) foram adquiridos e desenvolvidos outros quatro projetos: pilador de arroz, implementado com recursos próprios; Projeto de recuperação habitacional, através do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (Governo do presidente Itamar Franco), que possibilitava a construção e/ou melhoria de moradias para as 62 famílias assentadas, totalizando o montante de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais); Segundo projeto de fomento para incentivo agrícola com o qual fora realizada a reestruturação do açude comunitário e distribuição de água encanada para todas as famílias; e o Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária – PROCERA, do Banco do Nordeste, para aplicação na diversificação da agricultura e criação de animais de pequeno, médio e grande porte, o montante deste projeto chegou a R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais).

No ano 2000, através de uma parceria da Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão – ASSEMA²³ com a agência internacional de apoio financeiro ACTIONAID²⁴ as famílias foram contempladas com o projeto de Unidade de Desidratação de Frutas. O estabelecimento funcionou por um curto período de tempo, pois a produção frutífera do Assentamento esteve aquém das quantidades

²² Tipo de poço tubular profundo que é cavado no subsolo com a finalidade de captar água para o consumo. O que difere o poço artesiano dos demais é que não é preciso utilizar uma bomba para fazer a água subir, como no caso da cisterna. O tipo de reservatório subterrâneo faz com que a água que passa pelo tubo jorre na superfície naturalmente (INFOESCOLA, 2019).

²³ A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA, é uma organização de natureza associativista, sem fins lucrativos e/ou econômicos e possui caráter regional. Fundada há 29 anos, a instituição é dirigida por agricultores (as) extrativistas do coco babaçu, que compõem e representam associações de mulheres extrativistas, comunidades quilombolas, associações de assentamentos, cooperativas de produção e comercialização, sindicatos rurais, associações de jovens e grupos produtivos informais (ASSEMA, 2019).

²⁴ Organização internacional que trabalha por justiça social, igualdade de gênero e pelo fim da pobreza. Fundada em 1972 e presentes em 45 países, alcançando mais de 15 milhões de pessoas no mundo. No Brasil desde 1999, atua em mais de 2.4 mil comunidades e beneficiam mais de 300 mil pessoas. Trabalha em parceria com comunidades e organizações locais em projetos de educação, agroecologia e clima, igualdade de gênero e participação e democracia (ACTIONAID, 2019).

necessárias para manter a fábrica funcionando. Vale ressaltar que só eram beneficiadas a banana e o abacaxi, desde que fossem organicamente produzidos²⁵.

Em 2004, durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, houve acelerado processo de implementação de ações públicas voltadas para as famílias camponesas. Com isso, através da parceria com a ASSEMA, foram construídas fossas sépticas para todas as famílias assentadas. O objetivo do projeto era melhorar o saneamento básico e as condições de saúde das famílias da comunidade. Entre 2005 e 2007 as famílias assentadas tiveram acesso a outros três projetos: o primeiro foi a implantação da Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES, uma parceria entre a ASSEMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e MDA que, dentre outras coisas, trabalhava o melhoramento da agricultura por meio da integração de culturas, ou seja, os sistemas integrados de produção. O segundo projeto foi o PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar, em que os projetos eram elaborados individualmente e deveriam ter como foco o fortalecimento da agricultura familiar e a criação de animais. O terceiro empreendimento foi a implantação de uma Unidade de Beneficiamento do Babaçu para a produção de azeite, este obtido pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB²⁶.

Um segundo projeto de reforma habitacional foi concluído no ano de 2011. Idealizado pelo INCRA e implementado pela AAAFGR, no âmbito do projeto cada família assentada recebeu o valor estimado de R\$ 5.000,00 para investimento no melhoramento da habitação. No ano de 2012 houve a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003. Junto ao Ministério de Desenvolvimento Social, o mesmo foi instalado no município de Lima Campos através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca e teve como finalidades básicas promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Trinta e cinco (35) famílias de São José dos Mouras foram

²⁵ Produto orgânico é aquele obtido dentro de um sistema orgânico de produção agropecuária – ou a partir de processos extrativistas sustentáveis – com a preocupação de não prejudicar o meio ambiente, não comprometer os recursos naturais e respeitar as características socioeconômicas da comunidade local (ORGANIS, 2019).

²⁶ O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins emerge como uma organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos deste grupo, dando a estas mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas (MIQCB, 2019).

beneficiadas no intuito de fornecerem itens para escolas das redes municipais e estaduais de ensino, tais como: arroz, feijão, farinha, banana, azeite de coco babaçu, bolo, entre outros.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE²⁷, iniciado em 2007, beneficiava 02 famílias em São José dos Mouras. Em 2020 ultrapassava a marca de 20 famílias. Em sentido complementar a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, executa a Política de Garantia de Preço Mínimo – PGPM que é, segundo a CONAB:

[...] uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional. A Conab efetiva a PGPM junto ao produtor rural, tendo sob sua responsabilidade a execução dos instrumentos desta Política. (CONAB, 2020).

Até 2020 o PGPM beneficiava de forma direta 36 quebradeiras de coco babaçu do povoado São José dos Mouras. Estas mulheres comercializavam as amêndoas nos estabelecimentos do povoado que detinham uma ficha de entrega de produção, ao final de um ciclo de entrega o valor é calculado e a CONAB equipara o valor para a quebradeira de coco. Para citar um exemplo, o valor do quilograma do coco babaçu, conforme a tabela de preços da PGPM para 2022 está R\$ 4,28 e o atravessador²⁸ paga R\$ 2,00 para a quebradeira no ato da venda, o governo, ao final do ciclo, equipara os R\$ 2,28 restantes, que após o cumprimento de algumas burocracias, envio de documentos e comprovação da produção é depositado diretamente no CPF da quebradeira de coco.

²⁷ Com mais de 60 anos de existência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, atende os alunos de toda a rede pública da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional (MDS, 2020).

²⁸ Atravessador, na literatura, é aquele que exerce suas atividades colocando-se entre o produtor e o comerciante varejista, ou seja, na prática das quebradeiras de coco babaçu em São José dos Mouras é o ponto intermediário entre elas e o comprador das amêndoas.

Durante os anos 2013 e 2014, 50 famílias de São José dos Mouras foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR²⁹. O programa foi financiado pela Caixa Econômica Federal e executado pela Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Gleba Riachuelo – AAAFGR.

No campo do lazer e do esporte no povoado, foi estruturado a partir do ano de 2012, com recursos oriundos da Prefeitura Municipal, o campo de futebol, denominado “Estádio Raimundo Pereira da Silva” (Lei Municipal nº 737, de 03 de maio de 2018). A estrutura conta com telas, alambrados, gramado apropriado e áreas específicas para as equipes de futebol, ilustração abaixo.

Figura 02 – Estádio Comunitário Raimundo Pereira da Silva (2020)



Fonte: acervo pessoal do autor.

Na área saúde, a Unidade Básica de Saúde Raimundo Machado de Sousa foi entregue pela Prefeitura Municipal em 2013. A mesma foi construída com recursos do governo federal (Ministério da Saúde) e do governo local. A Unidade atende todo o Assentamento Riachuelo, além dos povoados vizinhos (Tucunzal e Nova Olinda), mas também, às vezes, povoados mais distantes como é o caso de Santo Antônio dos Sardinhas e Povoado Baixão.

²⁹ O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente (CAIXA, 2020).

Figura 03 – Unidade Básica de Saúde Raimundo Machado de Sousa (2020)



Fonte: acervo pessoal do autor.

Em 2014, a Prefeitura Municipal implantou, com recursos próprios, um novo sistema de abastecimento de água na comunidade São José dos Mouras, o intuito era qualificar a distribuição, uma vez que a comunidade enfrentava dificuldades com relação ao fornecimento de água. Porém o sistema novo só tinha a capacidade de beneficiar parte da comunidade. Em 2020 o Assentamento Riachuelo já possuía 03 poços artesianos, mesmo assim não atendem todas as famílias, uma vez que o povoado Serrinha, Serrinha II, Olinda e Quinze ainda utilizavam água de poços cacimbões³⁰.

³⁰ Poço perfurado de forma artesanal pelas próprias famílias. Cava-se um buraco no chão com cerca de 2 metros de largura, com até 10 metros de profundidade que, encontra lençol freático ou olho d'água.

Figura 04, 05 e 06 – Sistemas de Abastecimento de água do Projeto de Assentamento Riachuelo (2020)



Fonte: acervo pessoal do autor.

O projeto de pavimentação asfáltica (iniciado no ano 2017) contemplou São José dos Mouras e São José de Baixo. As duas fontes de financiamento foram: uma parte executada com recursos próprios da Prefeitura Municipal e outra parte com recursos oriundos de uma emenda parlamentar do deputado estadual Vinicius Louro (PR). Foram implantados 12 mil metros² de asfalto dentro dos povoados, porém, até 2020 o projeto não havia sido concluído, pois a construção de meio-fio não fora realizada na denominada “Rua Grande” de São José dos Mouras.

Figura 07 – Pavimentação das ruas na comunidade São José dos Mouras (2020)



Fonte: acervo pessoal do autor.

Em 2018, a partir do Programa Escola Digna³¹ do Governo do Estado do Maranhão, o povoado São José dos Mouras foi beneficiado com a construção e equipagem de uma Unidade de Ensino – Unidade Integrada Maria Adelina de Sousa Chagas – (Lei Municipal nº 736, de 03 de maio de 2018), com 04 salas de aula e autonomia para receber até 200 alunos. Na instituição, em 2020, estavam sendo atendidos os públicos da pré-escola (Educação Infantil) e do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental). As turmas de 1º a 5º ano (Ensino Fundamental) eram remanejadas para São José de Baixo e as turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio levadas à sede da cidade, em ambos os casos havia utilização do serviço de transporte escolar.

Figura 08 – Unidade Integrada Maria Adelina de Sousa Chagas (2020)



Fonte: acervo pessoal do autor.

Também em 2018, foi entregue uma praça no povoado São José dos Mouras. Construída pela Prefeitura Municipal com recursos próprios, a qual foi nomeada “Praça Enoque Romão da Costa” (Lei Municipal nº 738, de 03 de maio de 2018), homenageando, assim, um dos homens que se dedicou à luta pela terra nos anos de 1985 a 1987.

³¹ O Programa Escola Digna constitui-se como a macropolítica de educação da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e tem por finalidade institucionalizar as ações da secretaria em eixos estruturantes que subsidiam teórico, político e pedagogicamente as ações educativas da Secretaria de Estado, como política de Estado, de modo a orientar as unidades regionais, as escolas e os setores da SEDUC, dando-lhes uma unidade em termos de concepção teórica e metodológica para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. (disponível em: <http://www.educacao.ma.gov.br/escola-digna/o-que-e-o-programa-escola-digna/>. Acesso em 05 fev.2020).

Figura 09 – Praça Enoque Romão da Costa (2020)



Fonte: acervo pessoal do autor.

Com a inauguração da Unidade Integrada Maria Adelina de Sousa Chagas, o prédio da Unidade Escolar Elias Feitosa foi entregue para a AAAFGR e funciona atualmente (2020) como sede da mesma, sendo usada para realização de eventos, reuniões e apoio durante atividades de outros grupos coletivos da comunidade (times de futebol, igrejas, etc.).

Figura 10 – Sede da AAAFGR (2020)



Fonte: acervo pessoal do autor.

Sobre o acesso ao lazer e a cultura no lugar, estimo que quase 100% das pessoas do assentamento, incluindo os mais jovens, não tiveram a oportunidade de conhecer e frequentar o cinema, teatro, museus, assistiram a concertos ou participarem de outras formas de expressão artística/cultural. Frente a isso observava-se, a exemplo de outras localidades rurais, que as formas de lazer se expressam no futebol, jogos de mesa (baralho, dama, dominó, sinuca e bingo), banho no açude e festa dançante, onde o consumo de bebidas alcoólicas configura-se como “diversão”.

A esse respeito Bertoni e Santos (2017) apontam que:

[...] A bebida alcoólica é utilizada no meio rural para diversos fins. Segue uma tradição cultural e um marco histórico que se perpetua através das gerações. O consumo da bebida é uma prática preservada na memória coletiva do grupo e através das representações sociais é institucionalizada e transmitida por intermédio das relações de seus membros (p. 111).

[...] O consumo de bebidas alcoólicas é uma prática comum e bastante difundida nas comunidades rurais. Configura-se parte integrante da cultura popular, constituindo um amplo quadro de significações que envolvem crenças, valores e tradições que são transmitidos através dos tempos. O saber local é materializado, compartilhado e transmitido ao grupo, constituindo, assim, uma representação (p. 107-108).

Os limites de acesso ao lazer se agravam ainda mais se observado todo o território do assentamento, pois o complexo de infraestrutura está concentrado em São José dos Mouras e São José de Baixo, sendo que Serrinha, Serrinha II, Olinda e Quinze não dispõem de estruturas relacionadas aos direitos básicos, como escola, posto de saúde, poço artesiano, praça ou mesmo um campo de futebol estruturado.

A cultura, no sentido mais amplo, pode representar uma variedade de questões dentro de um grupo social, podendo ser percebida nas tradições, costumes, valores, manifestações religiosas, saberes e práticas cotidianas, linguagem, relação com a terra, dentre outras.

Para Laraia (2009, p. 25) "A cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade". Portanto, considero que o povoado guarda em si aspectos da cultura que se apresentam em duas frentes marcantes: a religião católica e ao que nomeiam de tradicionalidade, ou seja, saberes e fazeres que são passados de geração a geração.

No campo da religiosidade católica, a cultura se manifesta nos festejos, sendo eles: festejo do padroeiro São José (durante o mês de março ou noutras ocasiões no final do mês de abril), novenário mariano (durante mês de maio), festejo à Senhora Sant'Ana (mês de julho) e o tríduo festivo à São Raimundo Nonato (mês de agosto). Além disso, os terços semanais, a catequese, as novenas, os encontros nas famílias, as visitas aos fiéis defuntos, a via-sacra e as Santas Missões Populares, etc. Essa tradição se deva aos laços estabelecidos pela Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Lima Campos) e da Diocese de Bacabal durante o conflito agrário. Registre-se ainda que existe, no período em estudo, uma igreja evangélica³² no povoado e não há, em todo o território do assentamento, terreiros de umbanda e/ou terecô, mesmo assim, algumas pessoas são seguidoras destas religiões e têm seus cultos realizados em territórios vizinhos.

Ainda no que tange as tradições e/ou os conhecimentos tradicionais não podemos esquecer de citar os saberes populares do povoado, alguns tradicionais, ou seja, passados de geração para geração: a própria dinâmica da coleta e quebra do coco babaçu, o manuseio da lavoura, as técnicas de aproveitamento integral do coco são exemplos de tradições comunitárias presentes, uma vez que são ações ligadas diretamente à tradição. Outras formas de saberes populares são vivenciadas pela comunidade, como por exemplo, o misticismo popular que:

[...] vem desde o Brasil colonial, quando o povo se valia das crendices e fórmulas naturais em busca de melhorias na luta contra as enfermidades, diante da precária assistência à saúde. Assim, de acordo com os costumes e levado pelo limitado conhecimento científico disponível na época, o homem une os recursos da natureza à própria fé, dando início a uma variada farmacopeia composta de mezinhas, garrafadas, infusões, chás, amuletos e oferendas aos santos para tratamento médico. A essas crendices se misturaram os traços culturais e religiosos das três raças que formaram a etnia brasileira, resultando em receitas, habilidades e saberes que se perpetuaram oralmente, passando de pai para filhos de geração a geração (ANDRADE, 2019, p. 11)

Essas mistificações no povoado estão ligadas, sobretudo, ao trabalho das rezadeiras com a cura do mau-olhado, quebranto, espinhela caída, cobreiro, febre, tristeza, míngua, dores em geral e outras doenças que muitas vezes variam de nome de acordo com a cultura local. Além disso, às superstições, vão se perpetuando, pois é

³² Assembleia de Deus

comum ouvir dos moradores afirmações do tipo: “se coam (ave de rapina) canta perto de casa é agouro e traz má sorte”; “se quebra espelho é azar”; “se o galo canta fora de hora é sinal de que alguma moça (mulher jovem que não teve relações sexuais) vai fugir”; “se encontrar palha da palmeira de coco babaçu verde e quebrada é sinal de que algum idoso vai morrer”; “se o olho direito fizer movimentos involuntários é sinal de que alguém está falando bem de você e se for o esquerdo está falando mal”.

A outra frente estaria ligada aos costumes, ou seja, à tradicionalidade, sendo o trabalho coletivo, os mutirões comunitários, a “boa vizinhança”³³, a aquisição de alimentos ou recursos financeiros para as famílias carentes, o cuidado prestado, voluntariamente, para com as pessoas que estão doentes ou realizaram algum procedimento cirúrgico, a troca de dias de trabalho na roça, como aponta CARVALHO (2001, p. 52), “é comum encontrar no assentamento uma relação de parceria para o desenvolvimento de atividades agrícolas, principalmente no preparo da terra para o plantio e colheita”, mas também na quebra e coleta de coco babaçu, entre outras atividades.

Os mutirões comunitários (Figura 11) ganham destaque na fala de Raimundo Alves Veras³⁴, onde ele situa os mesmos como parte de um compromisso em consonância da liberdade adquirida a partir da conquista da terra, diria até que como parte integrante da cultura da vida em comunidade, pois a maneira, o olhar e a própria entonação com que o mesmo relata, passou-me, enquanto pesquisador, essa ligação, disse:

[...] tenho minha liberdade, com compromisso, uma liberdade com compromisso, porque aqui é como tu sabe, aqui a gente tem compromisso no roço de caminho, tem compromisso em limpeza de açude, tem compromisso nos serviços da comunidade [...] a gente é livre por umas partes, mas tem essas responsabilidades por outras.³⁵

Figura 11 – Mutirão comunitário para limpeza do açude. (2020)

³³ Ação em que as pessoas que moram próximas às outras oferecem uma comida específica ou produto obtido em abundância, por exemplo, peixes, frutas ou caça.

³⁴ Conhecido popularmente no Assentamento como Mundico Moita, 65 anos de idade, trabalhador rural, tem 08 filhos, chegou em São José dos Mouras em 1964, vivenciou de forma direta o conflito agrário.

³⁵ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 02 de fevereiro de 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.



Fonte: acervo pessoal do autor.

Quanto a troca de dias trabalhados, citada anteriormente, está ligada a uma questão cultural e econômica, ou seja, se há necessidade de apoio com o trabalho na agricultura e a família não dispõe de recursos financeiros para pagar o trabalhador, os outros membros da comunidade realizam o trabalho em troca da mesma ação. Conforme Figueiredo (2005, p. 57):

[...] existe o costume entre alguns homens de trocar dias de serviços nas atividades consideradas mais dispendiosos de tempo ou mão de obra. Eles organizam um calendário e o grupo realiza em conjunto os serviços de um e de outro membro daquele grupo de serviço, conforme o tempo agrícola da própria atividade.

Isto é mais perceptível no período de coleta e quebra do coco babaçu. Durante o processo as mulheres evidenciam que se alguma companheira estiver em situação degradante, às vezes, de extrema pobreza, sem condições de realizar o trabalho, elas organizam-se para que toda a produção daquele dia específico seja para apoiar essa determinada família que, noutra situação, fará o mesmo para as demais.

[...] é comum ocorrer dentro desses grupos atividades coletivas de ajuda mútua, como quando um grupo de mulheres se senta para quebrar coco e destinar a produção daquele dia de trabalho a uma mulher que esteja passando por problemas de saúde, ela própria ou

alguém da família. Porém, a mulher que recebeu a solidariedade das outras fica compromissada a retribuir a dádiva, quando estiver recuperada da sua crise. Quando outra mulher necessitar de ajuda, quem já contou com a solidariedade do grupo é chamada a contribuir com seu dia de trabalho (FIGUEIREDO, 2005. p. 56).

Em o Ensaio Sobre a Dádiva, Marcel Mauss (2003) traz apontamentos pertinentes em relação ao que estamos chamando de “troca” o que nos remete a pensá-las para além da ação e reação, mas como uma questão socioantropológica. O autor afirma que “[...] a finalidade é antes de tudo moral, seu objeto é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas e, se a operação não tivesse esse efeito, faltaria tudo...” (MAUSS, 2003, p. 211).

Ainda conforme esse autor:

A coisa dada produz sua recompensa nesta vida e na outra. Aqui ela engendra automaticamente para o doador uma coisa idêntica a si mesma: ela não é perdida, ela se reproduz; no outro mundo, é a mesma coisa aumentada que reaparece. O alimento dado é alimento que voltará neste mundo ao doador; é o mesmo alimento, para ele, no outro mundo; é ainda o mesmo alimento na série de seus renascimentos” (MAUSS, 2003, p. 280-281).

Outra questão apontada por Mauss (2003) e que é perceptível nas vivências em São José dos Mouras está ligada a maneira como as pessoas encaram as trocas, as dádivas ou “as doações”, como chamam no povoado, pois tem em si que doar parte da sua produção ou doar sua força de trabalho em favor de alguém necessitado é doar parte de si, é fortalecer o vínculo espiritual com a comunidade, com os companheiros de trabalho e com Deus, ao mesmo tempo em que o receptor, também, tem esse entendimento mútuo.

“[...] Donde resulta que apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si. Em segundo lugar, fica mais clara a natureza mesma da troca por dádivas, de tudo aquilo que chamamos de pretensões totais [...] aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual [...]” (MAUSS, 2003, p. 200)

Relacionando com as tradições do catolicismo, os fatos lembram um dos cânticos mais entoados na igreja católica do povoado São José dos Mouras e sempre cantado nas missas/festas/cerimônias de comemoração pela conquista da terra, de autoria de Zé Vicente, que diz: “quem disse que não somos nada, que não temos nada para oferecer? Repare nossas mãos abertas trazendo as ofertas do nosso viver [...]”³⁶.

³⁶ Música Sacra da Igreja Católica - Quem disse que não somos nada (Zé Vicente)

Sobre os mitos do lugar, há na região quem afirma não ter coragem de passar uma noite em São José dos Mouras ou mesmo trafegar pelas estradas vicinais que cortam o assentamento. Tudo por conhecerem a história de luta e resistência do lugar, e por nutrirem, quanto as pessoas do Assentamento, uma imagem de valentia. Há ainda quem se benza³⁷ ao ouvir o nome “*São José dos Mouras*”, pois têm no imaginário que “é um povo matador de gente”, ao passo que há, em outras pessoas, uma imagem e memória de espaço de refúgio, acolhimento e cuidado das famílias com seus visitantes.

A intencionalidade deste capítulo foi disponibilizar para o leitor um mecanismo de inserção no campo de estudo e as múltiplas questões que se apresentam a mim enquanto pesquisador e que me possibilitaram, entre tantas coisas, compreender o processo organizacional e as peculiaridades de São José dos Mouras. Penso que, imbuídos dessas informações, poderemos, outrora, analisar a luta pela terra em várias nuances, sobretudo, como um processo de resistência das famílias em favor da luta pela Reforma Agrária.

No próximo capítulo nos dedicaremos a trazer a discussão sobre a disputa pela terra, a historicidade da construção, aquisição e/ou consolidação desses territórios a partir de uma questão: a terra como objeto de disputa de poder.

³⁷ Ato de traçar sobre si uma cruz. Gesto comum entre os católicos.

2. A TERRA COMO OBJETO DE DISPUTA DE PODER: CONTEXTUALIZANDO O BRASIL, MARANHÃO E O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO MÉDIO MEARIM

Fazendo uma varredura em bibliotecas públicas, plataformas digitais, sítios institucionais, incluindo aqueles de universidades públicas e privadas sobre pesquisas e estudos que tem como tema os conflitos de terra no país constatei que temos constituído um acervo grandioso e riquíssimo acerca do tema, ainda que a observância de questões de gênero em torno do protagonismo das mulheres, frente aos conflitos pela terra sejam poucas e quase nunca problematizadas.

Em nossa percepção Caio Prado Júnior se destaca como um dos autores clássicos a escrever sobre a questão agrária no Brasil na década de 1970 e inaugura uma discussão profunda sobre a concentração agrária no país e a importância do tema no que se refere à formação econômica, aponta:

“[...] A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. (...) Não se constituiu assim uma economia e classe camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 170)

O autor suscita em sua época a discussão sobre a repartição de terras e a necessidade de beneficiar os que nela trabalhavam, dessa forma, “[...] fazer com que a utilização da terra no Brasil se realize em benefício principal daqueles que nela trabalham, e não constitua apenas, como é o caso presente, simplesmente um negócio de pequena minoria” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 81).

Este exercício nos impõe o reconhecimento de que a disputa pela terra em São José dos Mouras não foi um fato inédito, mas está conectada (direta/indiretamente) à construção histórica do Brasil, sobretudo econômica, está intrinsecamente vinculada aos conflitos agrários e ao reconhecimento de que a disputa pela terra é estrutural e envolve diversas dimensões da vida da população brasileira, sobretudo a mais carente, ao longo de sua história.

2.1. “Verás que um filho teu não foge à luta”, sobretudo, pela posse da terra.

É importante dizer que quando mencionamos a sentença “questão agrária” nos referimos ao pensamento de Stedile, pois este:

descreve a questão agrária como uma área do conhecimento que estuda a natureza dos problemas das sociedades relacionados ao uso, posse e propriedade da terra, ou seja, respectivamente a forma como o homem se apropria da natureza para organizar a produção agrícola, quem são os sujeitos que moram e vivem em um determinado território e a condição jurídica – a partir do capitalismo – da terra, bem como os meios que levaram a sua propriedade. (SODRÉ et al. 2016, p. 03).

Compreendemos que a própria razão da chegada dos portugueses ao território brasileiro, no século XVI, teve a terra como elemento motivador, e que todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais do povo “branco” com o povo “índio” também tinha como cerne a terra ou a utilização/exploração das riquezas da mesma.

Não obstante, é tangível aos olhos e se sobressai através das escritas, registrem-se, as menos conservadoras, que os problemas sociais, principalmente os econômicos, foram intensificados pelo mau uso da terra ou pela concentração fundiária e que, além disso, essa concentração que teve sua gênese ainda no período colonial gerou um antagonismo entre as classes sociais, que corrobora, até hoje, para o sistema de desigualdades e exclusão no qual estamos inseridos. Segundo Coutinho e Rodrigues (2015, p. 02):

A questão da posse da terra no Brasil se funda a partir da concentração fundiária originada desde o período colonial e presente até os dias atuais. Esta questão encontra suas raízes no modelo econômico extremamente desigual que promove os antagonismos entre as classes sociais. Desta forma, os direitos de cidadania se encontram relegados pela ausência de uma efetiva intervenção do Estado em relação aos trabalhadores que se encontram em situação de miséria por conta de uma política fundiária excludente.

Sodré et al. (2016), apresenta em sua escrita outra referência negativa à maneira como o Estado lida com a questão agrária e, assim como citado anteriormente, elege este como responsável pela estrutura de desigualdade não apenas no campo geográfico – a posse da terra, – mas no campo social.

A incapacidade estrutural do Estado brasileiro em lidar com o uso e controle da terra, – de forma particular, com a propriedade privada da terra – criou ao longo dos anos uma estrutura agrária desigual,

responsável por grande parte dos problemas sociais do país, levando a uma questão agrária. A questão agrária, outrora compreendida como sinônimo de “problemas agrários (SODRÉ et al, p. 03)

Carvalho (2001, p. 10) aponta que “a questão agrária é historicamente um tema de importância recorrente por gerar variáveis políticas, sociais e econômicas responsáveis pelas mais diversas situações conflituosas no campo.”

ALMEIDA (1995, p. 26) ajuda-nos a perceber, através da produção de dados estatísticos, porquê se fala numa estrutura agrária desigual, pois na década de 1970 haviam cerca de 186.517 posseiros com uma área de 1.070.605 hectares contra 44.942 estabelecimentos de proprietários com uma área de mais ou menos 7 milhões de hectares. Em 1985 aumentaram o número de posseiros, no entanto, diminuiu o número de hectares de terra, pois 202.015 posseiros ocupavam uma área de 780.883 hectares. Aqui no Maranhão havia 14 imóveis rurais classificados como latifúndio por dimensão com uma área correspondente a 1.611.690 hectares, ou seja, mais que o dobro da área ocupada pelos 202.015 estabelecimentos de posseiros.

Esse debate sobre a concentração de terra no Brasil nos ajuda a entender, dentre outras coisas, o motivo pela qual falamos na e da “falta de terra” em um dos maiores países do mundo em extensão geográfica, um país, segundo Betto (2005, p. 63-64), com dimensões continentais.

Vivemos num território de dimensões continentais, com 600 milhões de hectares agricultáveis e, no entanto, há muita terra sem gente e muita gente sem-terra; nossa economia desponta entre as dez mais ricas do mundo e, no entanto, a concentração de renda faz com que 1% da população possua renda equivalente à de 50% da população.

Essa estrutura agrária desigual de acesso e uso da terra se alastra por diversos contextos e evidenciam cada vez mais o quanto estamos aquém de uma política agrária que contemple os interesses dos camponeses sem terra. A estrutura de desigualdade que se formou ao longo de nossa história em torno da propriedade e uso da terra e que é legitimada pelo Estado é o que nos desafia a buscar entender a terra como *objeto* de disputa de poder onde, os parâmetros da objetificação da terra, ou terra como propriedade privada contrasta com o sentimento e a cultura de pertencimento a ela, como é característico das populações brasileiras, especialmente as do campo. Este último ilustrado na trajetória de luta de mulheres e homens em São José dos Mouras,

diante de um conflito armado. Outro exemplo ao qual podemos nos reportar são as dezenas de comunidades indígenas dizimadas em função do roubo de suas terras, além do impedimento de suas manifestações culturais.

Silva (2018, p. 481) relata que:

A invasão, ocupação e exploração do solo brasileiro foram e são determinantes para as transformações radicais que os povos originários passam no decorrer de cinco séculos. Um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos gigantescos e inúmeras etnias indígenas, especialmente através do rompimento histórico entre os índios e a terra. (...).

Essas disputas, em 1987, também ano do apogeu do conflito agrário em São José dos Mouras, chegam a mais 780 territórios e envolvem mais de 1 milhão e 300 mil pessoas no Brasil, conforme apresenta a Comissão Pastoral da Terra – CPT no quadro a seguir:

QUADRO 1 - GERAL DOS CONFLITOS - 1987						
Tipo	Nº dos Conflitos	Pessoas Envolvidas	Dimensões Há	Mortos		Ameaças de Morte
				Assassinados	Acidentados	
Terra	582	667.177	17.633.879	109	4	143
Trabalhistas	109	317.406	303.800	24	49	11
Sindicais	10	500	-	-	-	5
Garimpo	11	9.599	3.578	16	10	2
Seca	53	50.420	-	1	1	20
Política Agrícola	17	318.627	1.800.125	4	-	-
Totais	782	1.363.729	19.741.382	154	64	181

Fonte: Revista “Conflitos no Campo Brasil”, edição de 1987.

No Brasil, em 1987, nos 582 conflitos de terra documentados, 109 pessoas foram assassinadas, 143 receberam ameaças de morte, 37 foram vítimas de tentativa de assassinato, 276 foram presas ilegalmente, 132 tiveram lesões corporais e 88 foram torturadas vítimas de maus tratos. (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL – CPT, 1987, p. 06)

As questões que envolvem a disputa pela terra, desencadeiam problemas permeados pela violência nas lutas sindicais, de garimpagem, de enfrentamento a seca e a fome. De outro lado a apropriação indevida das terras gerou, para poucos, um acúmulo de capital surpreendentemente exacerbado. A estrutura fundiária no Brasil nos remete a uma realidade extremamente desigual, onde o acesso à terra não se configura de maneira democrática, mas está concentrado nas mãos de uma oligarquia

rural. Podemos observar dentro de um mesmo território, um Brasil repleto de riquezas – econômicas, culturais, ambientais, sociais –, mas para poucos, de outro lado há um Brasil repleto de pobreza e desigualdade social para a maioria, para Filho e Fontes (2009, p. 3):

O Brasil está entre os países mais desiguais do mundo. Os reflexos desses problemas sociais contribuíram para que Edmar Bacha (1975) denominasse o Brasil como Belíndia, ou seja, uma apologia entre a pequena e rica Bélgica com a pobreza e imensidão da Índia. Em geral, por todo o território brasileiro é possível identificar grandes disparidades sociais, dentre elas na distribuição de renda e de terras, nos índices educacionais, de saúde, entre muitos outros.

Assim como as raízes do problema agrário vem desde o período colonial até a contemporaneidade, os conflitos por ele gerados mobilizam e organizam, ao longo deste percurso, movimentos de resistência,

“A partir de 1940, aconteceram lutas organizadas nas quais os lavradores mostravam uma consciência de classe e lutavam pela Reforma Agrária. Assim, houve revoltas em Porecatu (PR) e São Paulo (SP) de 1946 a 1950, em Teófilo Otoni (MG) em 1948, em Trombas de Formoso (GO) de 1953 a 1958 e no sudoeste do Paraná de 1954 a 1962. A partir do final da década de cinquenta, aconteceram alguns movimentos de massa de trabalhadores rurais pela Reforma Agrária. Os mais conhecidos são as Ligas Camponesas que, no Nordeste, chegaram a espalhar-se por 13 estados e o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra – no Rio Grande do Sul. No início da década de sessenta, fundava-se a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. [...] Foi em 1979, que começaram as primeiras ocupações de lavradores sem-terra. (...)” (CESE-CONIC, 1996, p. 43-44).

Esses movimentos de resistência propuseram a Reforma Agrária, como conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais mediante alterações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme preconiza a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). Além de promover cidadania, proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo, a Reforma Agrária favorece: A produção de alimentos básicos; O combate à fome e à pobreza; Promoção da cidadania e da justiça social; A interiorização dos serviços públicos básicos; A redução da migração campo-cidade; A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, (INCRA, 2020).

Essas ideias norteiam as utopias dos povos e comunidades tradicionais, que vem sendo desvirtuada daquilo que a terra é simbolicamente para os nativos.

Até a conquista europeia não existia propriedade privada na América, tudo era bem comum. No embate que sucedeu entre índios e brancos, os primeiros foram dominados e suas terras passaram a ser geridas de acordo com a vontade do colonizador, desrespeitando a maneira em que se organizavam a séculos. (STÉDILE, 1997, apud COUTINHO e RODRIGUES, 2015, p. 03).

Os dados relacionados a conflitos agrários não ficaram no passado, não se esvaziaram após o período colonial, do contrário, tiveram um aumento significativo e nos últimos anos as ocorrências ligadas ao tema da violência armada no campo, à concentração fundiária e ao mau uso e posse das propriedades de terra no país têm sido assombrosas, em manchetes de noticiários on-line podemos ver:

O Brasil registrou mais de quatro conflitos agrários por dia em 2016, segundo levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra. Os defensores de direitos humanos alegam que a Justiça falha nas questões que envolvem o campo e que o enfraquecimento de instituição como Incra e Funai podem piorar ainda mais esse cenário.³⁸

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que 2017 foi um dos anos mais violentos dos últimos tempos para quem vive em áreas rurais no Brasil. O levantamento mostra que 65 pessoas foram assassinadas em conflitos por terra, transformando o Brasil no país mais perigoso do mundo para trabalhadores rurais. A CPT aponta ainda que o número de mortes em 2017 teve o pior resultado desde 2003.³⁹

O Brasil registra ao menos 24 assassinatos ligados a conflitos no campo em 2018. O número de casos é inferior aos computados em 2017, quando houve 71 mortes, mas não representa uma queda na violência, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), responsável pelo levantamento.⁴⁰

Informações como estas nos permitem não apenas reconhecer a gravidade e a atualidade dos problemas relacionados a disputa pela terra, mas também que a luta pela terra é constante e desafia a estrutura agrária do país, orientada por uma

³⁸ Fonte: <https://canalrural.uol.com.br/programas/brasil-tem-mais-quatro-conflitos-agrarios-por-dia-67761/>. Acesso em 03 dez.2019.

³⁹ Fonte: <http://www.portalcultura.com.br/node/49446>. Acesso em 03 dez.2019

⁴⁰ Fonte: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/maranhao-lidera-ranking-de-conflitos-no-campo-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 03 dez.2019

legislação⁴¹ que privilegia os grandes latifúndios em detrimento da produção familiar de subsistência, gerando um complexo sistema de desigualdade no país, o que desperta tanto nos movimentos sociais como nas famílias o interesse comum de que lutar pela terra é também lutar pela vida.

2.2. Maranhão: o estado brasileiro do antagonismo

A questão agrária como problema social engloba todo o território da federação. A que se lamentar que, o Maranhão, quando o assunto são os indicadores de desenvolvimento humano, figura no cenário nacional de forma negativa.

As desigualdades sociais nessas terras são extremas, a pobreza e a miséria assolam grande parte da população, com frequência o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. Enquanto a maioria dos maranhenses que vivem no campo – mais não somente esses, – carecem de políticas públicas de saúde, educação, transporte, segurança e outros serviços que lhes garantam condições dignas de vida, por outro lado uma minoria da população vive quase de forma antagônica. (SODRÉ et al. 2016, p. 05)

Segundo o IBGE, em dimensões territoriais o Maranhão é o oitavo estado da federação, em densidade populacional o décimo em densidade demográfica o décimo sexto, ao passo que, segundo a mesma instituição, em índice de desenvolvimento humano⁴² é o vigésimo sexto, além de ser o último colocado no índice de rendimento nominal mensal domiciliar per capita⁴³.

⁴¹ Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras (**LEI No 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.**), por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades. (Fonte: Agência Senado).

⁴² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. (disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em 19 dez. 2020).

⁴³ O rendimento domiciliar per capita é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. São considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes de todos os moradores, inclusive os classificados como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23852-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2018>).

Sobre a concentração fundiária no Maranhão, COSTA et al (2020, p. 247) apontam que:

A concentração fundiária no Maranhão é fruto de um processo histórico que ainda persiste, em que 59,10% do total de estabelecimentos de até 5 hectares concentram 1,48% do total de terras destinadas à atividade agropecuária; os estabelecimentos agropecuários com área entre 10 e 9.999 hectares concentram 40,86% do total de estabelecimentos e 84,51% das terras.

Refletir sobre os conflitos nas terras que hoje pertencem ao estado do Maranhão requer uma reflexão sobre a relação dos índios com os estrangeiros que aqui desembarcaram, pois os conflitos nascem a partir daí, sobretudo, pela resistência dos nativos em manter uma relação amistosa com os recém-chegados. Segundo SODRÉ (2016) os primeiros conflitos nas terras que hoje pertencem ao Maranhão nascem do contato dos europeus com indígenas que resistiam em manter relações amistosas com os invasores. As grandes dimensões territoriais do estado, suas riquezas naturais e a diversidade de sujeitos que formam o campesinato maranhense são fatores que intensificaram a questão agrária.

Para alguns autores as motivações para o tensionamentos das relações entre as populações nativas e os europeus, ao ponto de gerarem os conflitos pela terra no estado, estão relacionados a geração de capital.

Em qualquer período da história do Maranhão é possível se deparar com conflitos no campo e a intensificação desses a partir da entrada de capital, foi assim na fase áurea dos ciclos econômicos ligados ao monocultivo; da mesma forma com a Lei Sarney de Terras e também com os vários projetos desenvolvimentistas implantados no estado a partir da década de 1980, em nome do capital. (SODRÉ et al. 2016, p. 05)

Compreendemos que o capital, em si, poderia não ser considerado um problema, outrora, o mesmo se apresenta, no interim de discussão sobre a posse da terra não apenas como um modelo econômico, mas como um modelo de exclusão da classe trabalhadora.

Trata-se, portanto, de um capitalismo baseado na exclusão dos camponeses. Excluídos da terra, os camponeses se veem excluídos da nação. Em consequência, a luta dos trabalhadores rurais brasileiros pela Reforma Agrária se inscreve no marco de luta pela cidadania. Foi para conquista-la, por meio da garantia do pedaço de terra para viver

e trabalhar que mais de 667 mil pessoas entraram em luta, jogando sua própria vida. (CPT, 1988, p. 07)

O fato de termos um estado rico em recursos naturais, em minério, vegetação, aquíferos, como também solo apropriado para implantação de diversas culturas, faz do Maranhão ambiente propício as disputas pela terra produtiva que se alastram por todas as regiões, a ponto de nos colocar em primeiro lugar no número de conflitos de terra se comparado a todos os outros estados da federação, como já registrado.

Observando dados da CPT, de 2021, o Maranhão aparece em segundo lugar com mais conflito por terras no país, ficando atrás somente do Pará. Não obstante, esses dados são reflexos da conjuntura agrária formada ao longo dos séculos. É necessário salientar que:

Embora os conflitos por terra ocorram de acordo com a seletividade do capital sobre determinado espaço, no Maranhão eles não se restringem a uma única região. Conflitos de diversas ordens de grandeza são registrados em todo o território, colocando o Maranhão como o estado com os maiores números de conflitos por terra do Brasil. (SODRÉ et al. 2016, p. 07)

Para SODRÉ (2016) e para nós, as áreas de expansão do agronegócio no estado são as que possuem os maiores focos de conflitos por terra, o que relaciona os conflitos ao capital. De um lado estão aqueles que detêm capital de investimento querendo ganhar dinheiro através da monocultura de exportação, que requer gigantescas extensões de terra, do outro, estão aqueles cujo apelo é a sobrevivência, para estes a terra é símbolo de identidade, de sobrevivência, de pertencimento e preservação da cultura do lugar.

A raiz de tantos conflitos está no processo contraditoriamente conservador de modernização da agricultura, que trouxe consigo a apropriação fraudulenta de terras, concentração fundiária, trabalho escravo, desemprego, diferentes formas de violência no campo e um dos mais elevados índices de desigualdade social do país. (SODRÉ et al. 2016, p. 08).

É imprescindível trazer para qualquer discussão que envolva conflito agrário no Maranhão a Lei de Terras, nº 2979, aprovada em 17 de julho de 1969, também conhecida como “Lei Sarney de Terras”, pois, se de um lado, na década de 1980, tínhamos a nível federal a regulamentação de planos e legislações que davam vazão à

reforma agrária, no Maranhão, o governador José Sarney, de certa forma, regulamentava o latifúndio, pois o principal objetivo da lei se concentrava na:

[...] privatização das terras públicas do estado e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais, excluindo famílias rurais do acesso à terra e ao recurso da palmeira de babaçu. A partir dessa lei, projetos de implantação de monoculturas foram intensamente desenvolvidos no Maranhão, seguindo-se um forte processo de concentração fundiário, que originou conflitos pela posse de terras entre os ‘antigos ocupantes’, majoritariamente afrodescendentes e indígenas, e os ditos proprietários. (BARBOSA, 2012, p. 30-31)

Durante a década de 1980, esse processo no Médio Mearim provoca ações de ocupação, de resistência e o constante embate dos camponeses com fazendeiros e/ou ditos proprietários de terra. Segundo Almeida (2016, p. 1):

[...] o acesso à terra tornou-se ainda mais inviabilizado pela aprovação da Lei de Terras em 1969. Como Governador do Estado, Sarney foi o responsável pela aprovação da legislação que é considerada como a responsável não só pela expulsão da população camponesa de suas terras, como principalmente pela regulamentação do latifúndio. [...]

Segundo Figueiredo (2005, p. 39):

A “Lei Estadual de Terras de 1969”, também conhecida como “Lei de Terras do Sarney”, do então governador do estado José Sarney, promove concentração de terras, a extinção de centenas de povoados rurais e o início de violentos conflitos agrários no Maranhão.

Ainda sobre a questão da legislação, Shiraishi Neto (1998, p. 38-39) aponta:

Pelo visto, as Leis de Terras do Maranhão não tiveram objetivo de regularizar as ocupações de terras da população de camponeses havidos no Estado: os índios, os quilombolas, as quebradeiras de coco babaçu, e os pequenos produtores independentes; e, no momento, ao dispor intencionalmente as terras devolutas do Estado no mercado de terras, exclui os seus ocupantes, o que vai resultar num aumento dos conflitos pela posse da terra. [...].

Em se tratando da Lei Sarney de Terras temos, segundo Silva (2013, p. 56), outro agravante da sua engenhosa aplicabilidade, a tentativa proposital do Governo do Estado do Maranhão em invisibilizar as populações que já viviam nas áreas das chamadas terras devolutas. Aponta:

Na verdade, os posseiros que habitavam as chamadas terras devolutas ou terras livres eram invisíveis aos olhos do governo, que confundia,

acredito que, propositalmente, a noção de “terras devolutas” com terras inabitadas. De fato, a propaganda governamental fora do estado era a de que no Maranhão havia muita terra disponível. [...]

Shiraishi Neto (1998, p. 40) faz uma crítica à maneira como o Governo do Estado emerge a aplicabilidade da legislação sobre as terras devolutas, uma vez que, segundo ele, o legislador – José Sarney – tem uma preocupação – “um apego” - com os instrumentos jurídicos formais ao passo que desconhece a realidade no Estado:

[...] Há por parte do legislador um apego aos instrumentos jurídicos formais e um desconhecimento da realidade, evidenciados na própria definição de terras devolutas como sendo aquelas desocupadas. Em toda Lei de Terras, do governo Sarney, não há um único artigo sequer que reconheça as formas de uso dos diversos segmentos camponeses ou seja aplicado à sua legitimação. [...]

Em decorrência de todos esses problemas expostos anteriormente Silva (2013, p. 57) acrescenta que:

[...] não é difícil compreender porque durante a década de 1970, tanto os grileiros, quanto os representantes dos grupos econômicos que pretendiam instalar-se no Maranhão começaram a expulsar sistematicamente os posseiros, com elevado grau de violência praticada por pistoleiros e pela polícia (GISTELINCK, 1988).

Outrora:

[...] nessa disputa pela terra, que também envolvia a luta pela sobrevivência por parte dos camponeses, o governo de Sarney e os que o sucederam colocavam-se, como se observa, a favor dos fazendeiros e dos grandes grupos empresariais, apesar de ser do seu conhecimento que, das denominadas terras livres ou terras devolutas, existiam centenas, ou mesmo, milhares de famílias camponesas que haviam migrado para as regiões de fronteira agrícola do estado, desde as primeiras décadas do século XX, (SILVA, 2013, p. 57-58).

O antagonismo no Maranhão não está somente na dicotomia em que se pauta a riqueza do território com a pobreza de grande parte da população, mas também a partir de movimentos antagônicos que se fincam no interior estado a partir do problema agrário vivenciado no estado. Ora, se de um lado temos os latifundiários cuja pretensão está no acúmulo de terras e de capital, surgem então os movimentos populares e religiosos em defesa dos trabalhadores rurais e seus territórios.

Ligas camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais religiosas (igreja católica), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴⁴, associações comunitárias, associações regionais, entidades internacionais de defesa dos direitos humanos e órgãos estatais dão vazão à luta pela terra, mas, principalmente formam uma rede de reconhecimento e representatividade das populações atingidas pelos tensionamentos da posse e uso da terra, que corroborou para diversas conquistas e resistências dentro desse território.

2.3. O Médio Mearim e a tríade da disputa pela terra

Na região do Território da Cidadania do Médio Mearim considero três situações basilares que se interconectam com as reflexões sobre as disputas pela terra na região, sendo: o discurso acentuado do Governo Federal em prol da Reforma Agrária, a expansão do agronegócio e a chegada de trabalhadores e trabalhadoras de outros estados do nordeste entre as décadas de 1950 a 1970, esta última tem como fundamento, sobretudo, os discursos das pessoas que hoje residem em São José dos Mouras.

No campo político a Reforma Agrária no Brasil tem como uma de suas referências históricas a eleição presidencial de Tancredo Neves em 1985, por defender como plataforma política na redemocratização do país e da Aliança Democrática, a Reforma Agrária, sendo assim, tinha como meta em seu plano de governo a realização de uma ampla Reforma Agrária. Esse projeto não foi concretizado, não apenas pela morte de Tancredo Neves antes de assumir a presidência do país em 1985, mas, também, porque a classe conservadora e detentora de grandes extensões territoriais não foi convencida da necessidade de fazer a reforma.

⁴⁴ As comunidades eclesiais de base (CEBs) são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade. As CEBs nasceram numa conjuntura sociopolítica marcada pelo regime militar autoritário e pelo consequente fechamento dos canais de participação política. Reagindo contra ele em nome dos direitos humanos, a Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB) deu cobertura institucional às CEBs e às pastorais (Indigenista, da Terra, Operária, da Juventude), mais sujeitas à repressão policial militar. Assim, nos anos 1970 e no início da década seguinte muitos setores sociais encontraram nas CEBs seu espaço de atuação política, embora elas não deixassem de ser espaços propriamente religiosos. (disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecliais-de-base-cebs>. Acesso em: 21 de dez. 2021)

Para Lima & Miranda (s.d., p. 3) o conflito pela terra é polarizado por duas forças em condições desiguais:

A questão agrária e as lutas camponesas têm sua historicidade marcada por um sistema dominante, fortalecendo os interesses pessoais, financeiros e políticos de grandes latifundiários, que exploram, escravizam, ameaçam e matam aqueles e aquelas que ousam lutar contra seus privilégios, contribuindo com a negação de direitos dos trabalhadores (as), com a perseguição e com práticas violentas que não raro, chegam à tortura e ao assassinato, em especial de lideranças.

Outro apogeu da discussão sobre Reforma Agrária ocorre nos anos 1985 a 1987, quando o governo federal estabeleceu objetivos e metas para resolutividade dos problemas relacionados ao tema. Tudo fora consolidado em um documento chamado Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, de antemão, o mesmo apresenta o objetivo da Reforma Agrária da seguinte maneira:

Promover melhor a distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural. (OAB Conselho Federal, 1987, p. 195-196).

Outro destaque no PNRA foi estipular o número de famílias que deveriam ser beneficiadas com as desapropriações de terras. No documento VIOLÊNCIA NO CAMPO, encontramos o quadro a seguir:

TABELA 2: Metas do PNRA da Nova República para o quadriênio 1985/1989 (*)

PERÍODO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS (Mil)
1985/1986	150
1987	300
1988	450
1989	500
TOTAL	1.400

Nota: (*) Adotou-se em todos os períodos o ano civil em lugar do ano agrícola pelas facilidades de enquadramento no orçamento

Observa-se na tabela anterior que metas foram estabelecidas pelo PNRA aprovado a partir do decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Ora, acreditava-se que no quadriênio 1985-1989 poder-se-ia assentar de forma legal, de maneira

gradativa, pelo menos, 1 milhão e 400 mil famílias em todo território da federação. Partindo de 150 mil famílias no ano inicial à 500 mil no ano de 1989. Outrora, a aplicabilidade prática da posse em muitos casos, como o de São José dos Mouras, envolveu mais do que a observância da legalidade, mas os tensionamentos, violência e morte.

No Médio Mearim, a exemplo de outras localidades, as expansões dos projetos do agronegócio tiveram forte influência no conflito agrário, sendo mola propulsora dos embates entre fazendeiros, trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu. O cercamento da terra, a monocultura, a bovinocultura, degradavam a terra colocando em risco as formas de vida dos povos e comunidades tradicionais que a centenas de anos habitavam o território.

O aumento da demanda por terra constitui um estímulo indireto à expansão pecuária, incorporando ao mercado formal de terras, novas extensões de florestas e ameaçando as chamadas terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos. A usurpação destas terras tem provocado conflitos sociais. (ALMEIDA et al. 2005, p. 57).

Rego & Andrade (2006, p.45) apud Silva et. al (2016) afirmam que:

Em 1969, com a edição do Estatuto da Terra do Maranhão se iniciou a expansão do latifúndio na região (Médio Mearim). A falta de regularização fundiária aliada aos incentivos governamentais para a expansão da pecuária, provocou o enfraquecimento da pequena propriedade rural, assim como se iniciou a derrubada dos babaçuais para instalação de pastagens.

Figueiredo (2005), também aponta que, desde meados de 1960, o governo adota políticas voltadas à expansão da pecuária que, de alguma forma, tenciona ainda mais os conflitos no campo, pois, como dito anteriormente, a expansão era quase sempre resultante da expulsão das famílias.

É a partir da década de 60 que se intensificam no estado do Maranhão os incentivos governamentais para empresas agropecuárias ou para pecuaristas individuais [...] as políticas governamentais adotadas no estado desde meados de 1960 levam ao agravamento da situação fundiária no campo maranhense, pois os planos de desenvolvimento do estado preveem a ampliação da pecuária em regiões que estavam ocupadas por famílias camponesas. (FIGUEIREDO, 2005, p. 38)

Já a chegada de trabalhadores de outros estados, tem ligação com os conflitos agrários na região do Médio Mearim por interferir na forma de organização da produção existente até a década de 1960, quando era direcionada a garantia da sobrevivência, ou seja, “tendo para sobreviver é mais do que suficiente” (grifo meu). Quando chegam as populações de outros estados, sobretudo, no período da seca que atingiu de forma devastadora alguns estados do Nordeste⁴⁵, a organização para a produção passa a incorporar outros propósitos. No manuseio da terra os trabalhadores/as passam a produzir para o consumo familiar, mas primam para que haja excedente, ou seja, se uma família necessitava de 10 sacas de arroz para que pudesse consumir durante 1 um ano, agora ela produziria o dobro ou o triplo disso. Assim, a comercialização do excedente gerava a renda para aquisição de outros bens de consumo para viver: roupas, acessórios, móveis, utensílios domésticos, etc., como também, para lograr o êxito da vinda dessas centenas de outras famílias para este território.

Movidos, principalmente, pela esperança do discurso que “*no Maranhão tudo que se plantava, dá*”, esses cearenses, pernambucanos e paraibanos fazem jus a promessa e impulsionaram essa nova forma de produção. Hermenegildo Isaías das Chagas⁴⁶ ilustra essa esperança de uma terra melhor no seu discurso quando fala da vinda de sua família para o estado no ano de 1958, disse:

Eu vim parar em São José dos Mouras através dos meus pais que moravam no Ceará nos anos cinquenta e oito. Aí foi um ano de seca no Ceará e o papai resolveu vir embora do Ceará pro Maranhão junto com a família. Reuniu a família e botou em cima do pau-de-arara e nós passamos três dias de viagem do Ceará pra cá, de Granja pro Maranhão, pra cá pro povoado São José dos Mouras. Nós viemos [...] eram doze filho do papai e ele e a mamãe. Nós descobrimos (o povoado São José dos Mouras) através de um tio nosso que veio pra cá pro Maranhão [...] disse que aqui era melhor de trabalhar, tinha mais vida pro homem do campo, aqui não existia seca,

⁴⁵ Considerada como calamidade pública, a seca de 1958 deixa grande parte da população sertaneja na miséria e aumenta o êxodo de retirantes para outras regiões do país, foi o caso de um número significativo de famílias que hoje residem em São José dos Mouras. Vale ressaltar que em 1958 vivíamos um contexto de forte concentração fundiária o que fez com que as famílias mais pobres, que geralmente produziam culturas alimentares em pequenas propriedades, fossem as mais atingidas, pois não conseguiam estocar alimentos no período de chuvas para sobreviver durante a seca.

⁴⁶ Conhecido popularmente no Assentamento como Herre, tem 66 anos, tem 03 filhos, trabalhador rural, foi casado com Maria Adelina de Sousa Chagas (já falecida), chegou em São José dos Mouras em 1958 junto com seu pai, sua mãe e 11 irmãos, vivenciou de forma direta o conflito agrário.

existia uma fonte de renda do babaçu. A gente não sabia mexer com coco, mas aprendemos aqui no Maranhão.⁴⁷

Segundo relatos de moradores mais antigos de São José dos Mouras, esse processo migratório desencadeou outros problemas, como a intimidação de algumas das famílias de negros quilombolas que aqui já estavam, pois há relatos que foram sendo afastados para os territórios vizinhos – Santo Antônio dos Sardinhas, Fedegoso, Nova Olinda, entre outros, ambas comunidades de pretos e reconhecidas legalmente como comunidades remanescentes de quilombo.

Optamos por usar a terminologia “sendo afastados” em detrimento ao convencionado no imaginário e na história oral das lideranças e pessoas mais velhas de São José dos Mouras que, até hoje, acreditam que o afastamento dos negros fora uma saída ou uma desistência voluntária de morar, viver e estabelecer vínculos com a comunidade. Ora, em Figueiredo (2005, p. 58-59), temos um depoimento da Dada onde a mesma rememora essa relação dos migrantes com a população negra que já habitavam o território:

Dada – Na época em 58 aqui era povoado, essa comunidade quase todo era com os negros né, os negros que vieram fugido da Fazenda Santa Rita aqui próximo, então tinha um senhor de engenho, era família de mais posse né, (...) foi formando aqui, acho que quilombo né, esconderijo deles, com a assinatura da lei Áurea né, naquele tempo, (...) eles ficaram trabalhando por aqui, morando por aqui, quando veio povoando nessa década de 50, de 58, que foi a época que veio muita gente pra cá do Ceará, eles foram se afastando, eles não se uniam, não era que brigasse não, mas eles não tinham o costume de conviver com outras pessoas, com outras assim, acho que era com outra raça mesmo e aí eles foram se afastando, hoje tem o Santo Antônio dos Sardinhas e tem o Fedegoso que quase todas as pessoas que hoje mora lá, moravam aqui, quando os cearense começaram a chegar, primeiro tem uma, é assim, histórias, eu acho que é lenda também que dizem que eles não gostavam muito de trabalhar e os cearense quando chegaram era, quando chegaram aqui, era feito burro, trabalhando dia e noite, que era pra produzir pra poder sair de uma situação que já vinham (...), porque hoje em dia eu ainda compreendo eu acho que cearense é racista, ainda hoje eu conheço muitos cearenses, que eu acho que tratava eles talvez com racismo.

Percebe-se no discurso de Dada, mesmo ela afirmando que não houvesse brigas, uma relação conflituosa entre os negros e os migrantes recém-chegados que nos levam a entender nuances significativas do afastamento dessas famílias de pretos.

⁴⁷ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaías das. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 02 de fevereiro de 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

Dada acaba posicionando-se a favor de que os cearenses eram racistas e tratavam essas pessoas negras com racismo, além de expressar o preconceito que havia sobre as relações de trabalho em que, de um lado, tinham os cearenses muito trabalhadores e do outro os negros “preguiçosos”.

Em Figueiredo (2005, p. 58), temos um trecho da entrevista com Teresa – Teresinha Rocha da Costa, moradora de São José dos Mouras e protagonista dentro do processo da luta pela terra em 1985-19787 –, no qual exprimem-se afirmações racistas e de desvalorização do povo negro, outrora, entendida e convencionada como brincadeira, principalmente entre as pessoas mais velhas:

P - Em 58 vocês estavam vindo do Ceará e quando vocês chegaram aqui tinham muitos cearenses aqui. Ou quem é que estava aqui no povoado nesse tempo?

Teresa - (...) aqui quase não tinha cearense, tinha pouco, tinha muito era maranhense, maranhense velho do beirão virado, é tinha maranhense velho do beirão virado, tinha muito.

P - Como é que é o maranhense do beirão virado? Eu não conheço.

Teresa - É os negro que tem o beirão chega pendurado, não tem uns negros do beirão pendurado? Pois é, esses que eu digo. As mulher, tinha umas velhas que era os peitão (risos) cobrindo as virilha, negro, negro mesmo assim debochado mesmo, mas aí eles foram saindo, foram saindo, foram se afastando e aí até que agora não tem mais desses não, ainda tem gente ainda morena mas aí, parece que se deu mais assim com os cearense, aí a gente considera quase a mesma coisa.

P - Mas foram os cearenses que expulsaram os negros ou eles saíram foi na época do conflito?

Teresa - Não, ninguém não expulsou ninguém não, parece que, não sei por que eles foram saindo, aí já era assim, acho mais antigo e aí foram saindo, foram saindo, aí a gente foi, foi ocupando os espaços que eles iam deixando, mas ninguém não expulsou eles não, saíam porque queriam.

Ainda sobre indicadores de racismo na área do Assentamento, Antonia Gomes de Sousa Moreira⁴⁸ afirma que:

[...] os cearenses, na maioria, se achavam brancos, foram expulsando, não é que fosse expulsando eles mandando os negros irem embora, só que a cultura deles era diferente e aí chegou muito cearense e os negros que ainda existia aqui nessa época, em 58, foram se afastando, foram indo fazer casa lá mais pra banda da Serrinha, da Olinda, foram pro Santo Antônio dos Sardinhas, pro Fedegoso, foram se afastando, foram saindo daqui e hoje tem bem pouca gente de origem negra, que se considera negro, né? Bem poucas famílias ainda, aqui no São José mesmo, são poucas as pessoas que se dizem assim: “eu sou negro” que

⁴⁸ Conhecida popularmente como Toinha, é quebradeira de coco babaçu, tem 66 anos de idade, tem 3 filhos e 4 netos, é uma das fundadoras da AAAFGR e atual presidenta da mesma, milita em movimentos sociais e sindicais como ASSEMA, STTR e MIQCB e vivenciou o conflito agrário em São José dos Mouras de forma direta.

a gente olha de pele escura, de pele preta mesma. Mas aí eles estão aqui nas proximidades, Fedegoso, Santo Antônio dos Sardinhas que Lima Campos é povoado de comunidades quilombolas.⁴⁹

Conforme Figueiredo (2005, p. 58-59):

A chegada dos nordestinos causou desequilíbrio para os ex-escravos que já estavam ali, e em algumas situações a convivência num mesmo local não foi possível. Quem terminou se deslocando para outros locais, às vezes criando novos povoados, vizinhos aos antigos, foram *os pretos* – é como os descendentes de escravos, os mais velhos, se referem aos seus antepassados.

No tocante a isto há uma dicotomia quanto aquilo que se diz e aquilo que de fato foi ocorrendo na formatação do que hoje chamamos de Projeto de Assentamento Riachuelo. Se por um lado moradores afirmam e informam sobre uma saída voluntária das pessoas que ali habitavam, em sua maioria escravizadas, ou remanescentes dos escravizados, por outro, percebemos que o racismo velado dos nordestinos recém-chegados, não só afasta os primeiros moradores, como os impede de se reconhecer como povos remanescentes de negros escravizados.

Em processos posteriores de ocupação do território, os ditos proprietários estabeleciam mecanismos de expropriação da produção e do capital dos moradores. A proposta dos fazendeiros na região foi a estipulação do pagamento de renda⁵⁰ que, no ápice do conflito, passaram a ser descomunal, como forma de pressionar as famílias para desocuparem a terra. Como essas medidas não foram suficientes para que as famílias abrissem mão “voluntariamente” de continuar na propriedade optaram pela expulsão coercitiva. Francisco de Paulo Rocha⁵¹ e Toinha relatam:

A partir daí começou bolando, aí aumentou a renda, aumentou pra dois alqueiro de 35 quilo. Aí você podia pagar de arroz verde ou seco, era 35 quilos de arroz, dois alqueiro. Aí passou, passou... aí lá o Chico Messias desmembrou mais o Antônio. Aí o Antônio ficou com as terras, os bens que era de Independência e ele ficou com essa daqui. Aí botou alguém pra tomar de conta e renda subiu pra três alqueiro. Aí

⁴⁹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 09 de fevereiro de 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

⁵⁰ Pagamento de renda é a transferência gratuita obrigatória de parte da produção, em alguns casos, sem que haja negociação com o produtor em troca da utilização da sua terra. Comum nas áreas de assentamento onde existem moradores “não posseiros”. Outrora, de maneira abusiva obrigava muitas famílias a se deslocarem de determinadas propriedades, pois a cobrança era injusta. (Grifo meu)

⁵¹ Conhecido popularmente como Chico de Paulo, é trabalhador rural, tem 70 anos de idade, é pai de 04 filhos. Milita movimentos sociais e sindicais como ASSEMA e STTR. Foi o primeiro delegado sindical de São José dos Mouras. Chegou no território em 1958. Até hoje é umas das principais lideranças do assentamento. Foi um dos protagonistas durante o conflito agrário.

105 quilo por linha de arroz, eu paguei muito. Pagava 1050 quilos todo ano, porque nossas roças era dez linha todo ano, as vezes a gente fazia um pedacinho por ali, mas era pouco, a roça mermo era dez linha. Isso foi um bocado de ano.⁵²

Algumas famílias pegaram os 200 cruzeiros e foram embora porque não suportaram, não foi porque era muito dinheiro ou porque eles tavam querendo ir embora, não foi, era porque a pressão era muito grande, só ficou aqui realmente quem era corajoso ou quem não tinha condição nenhuma de sair. [...]⁵³

Reforçando a medida abusiva do pagamento de renda, conforme Almeida (1982) *apud* Silva (2013, p. 72), a cobrança nada mais era do que tentativa de expulsão gradual das famílias do território, lê-se:

A renda agregada a outros serviços na fazenda (semeadura de capim nas capoeiras, consertos de cercas, entre outras) e a pressão dos que gerenciam ou dos próprios proprietários sobre os camponeses, quando se recusam cumprir tais imposições, tornam-se em certa medida, “... uma forma de expulsão gradual, que é adiada pelas vantagens mais imediatas propiciadas pela exploração do trabalho camponês” (ALMEIDA, 1982, p. 11). Noutros termos, enquanto o trabalho do camponês é lucrativo para o patrão e o primeiro sente-se devidamente recompensado pelo seu trabalho, mais tempo ele ficará na fazenda ou em torno dela, mesmo que esteja vivendo em condições desfavoráveis do ponto de vista econômico.

Para Ronilson Costa, coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão, em reportagem ao Portal G1 Maranhão⁵⁴, isso se deve à ausência de políticas voltadas para a questão agrária. Ainda segundo o mesmo, “falta reforma agrária, falta mexer na estrutura fundiária do nosso estado e isso vai se somando com outros fatores como a impunidade e o avanço do agronegócio”.

[...] aqui na região do Médio Mearim como um todo, era palco de conflito nessa mesma situação nossa. Quando esses órgãos que vieram pra fazer reforma agrária nos municípios, nas propriedades improdutivas, veio aqui pra Lima Campos, pra Lago do Junco, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga – em São Luís Gonzaga teve conflitos horríveis igualzinho aqui no São José, em Lago do Junco – Ludovico, Pau Santo, São Manoel, em Esperantinópolis, aquela região de Serraria, Palmeiral, Centro do Coroatá, Bom Princípio tudo são

⁵² ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 02 de fevereiro de 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

⁵³ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁵⁴ G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. Foi lançado em 18 de setembro de 2006, ano que a Rede Globo fez 41 anos. O portal disponibiliza o conteúdo de Jornalismo das diversas empresas do Grupo Globo - Rede Globo, Globo News, Rádios Globo e CBN, Jornais O Globo, Extra, Expresso, Valor Econômico e Diário de São Paulo, revistas Época e Globo Rural, entre outras - além de reportagens próprias em formato de texto, fotos, áudio e vídeo.

áreas hoje desapropriadas, mas que as pessoas passaram por um conflito tremendo com morte de trabalhador, com morte de pistoleiro, com uma confusão danada, né?⁵⁵

Tendo interpretado brevemente o tema de conflito agrário a nível nacional, estadual e regional, no próximo capítulo faremos uma interpretação, a partir da história oral, de todo o processo de luta e conquista da terra em São José dos Mouras. Neste esforço metodológico nos alicerçamos em três pontos, sendo o primeiro no que se refere às origens de São José dos Mouras, no qual me proponho a evidenciar a construção histórica da comunidade e do território; o segundo na gênese do conflito agrário, ou seja, os motivos que levaram aos tensionamentos, uma vez que trata-se de um território habitado há mais de 100 anos, portanto, é importante entender o que fez deste um campo de disputa, e por último uma construção histórica do que chamo de “o processo de luta e conquista da terra”, uma vez que elucidarei fatos e relatos que corroboram para o registro documental do que houve durante os anos de 1985 a 1987 na localidade.

⁵⁵ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

3. HISTÓRIAS DE VIDA E CONFLITO AGRÁRIO: O PROTAGONISMO, O PROCESSO E AS CONQUISTAS EM SÃO JOSÉ DOS MOURAS

Articulamos este estudo, este capítulo em especial, ao movimento decolonial. Segundo QUIJANO, (2005) a decolonialidade é sinônimo de “pensar e fazer”, questionando ou problematizando as histórias de poder procedentes da Europa, desde os primórdios da colonização. Por isso, a decolonialidade se refere as abordagens analíticas e práticas, socioeconômicas e políticas, se configurando como projeto tanto político quanto epistêmico.

Nossas identificações com o movimento decolonial se justificam pela abrangência de diversas formas de crítica teórica, articuladas por várias camadas de pensamentos, que tem como principal intuito libertar o campo do conhecimento. Perspectivas de pensamento dessa natureza vem ganhando maior destaque no ideário da América Latina. No meio acadêmico, ele se manifesta pela análise da distinção de classes, dos estudos étnicos, estudos de gênero e estudos regionais, para citar algumas das dimensões nas quais nosso estudo se encaixa.

Os estudos decoloniais privilegiam metodologias críticas pautadas na sabedoria de povos originários indígenas e comunidades tradicionais. Portanto, privilegiamos as histórias de vida contadas pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu, sujeitas do processo, e não resultado dele.

3.1. As origens de São José dos Mouras

Registro que estamos falando de uma comunidade centenária, originada antes mesmo da abolição da escravatura em 1888. São José dos Mouras tem sua gênese atrelada à luta dos afrodescendentes escravizados, uma vez que os primeiros moradores do povoado foram os negros fugidos da Fazenda Santa Rita – localizada a cerca de 10 km de distância. Naquela época o nível de preservação de matas virgens fazia com que a pequena distância de 10km fosse suficiente para manter segurança com relação ao opressor.

O que eu aprendi até hoje, o que fica na minha memória até hoje é o que os mais velhos contam sobre a origem de São José dos Mouras. É que lá no Tucunzal, depois do Tucunzal – onde nós morávamos – tinha uma fazenda, isso há muito tempo atrás, não é do meu tempo, no meu

tempo ainda existia a fazenda, só que não existia mais escravo. Mas antes de eu nascer, lá era uma fazenda que tinha um engenho, tinha senzala, que tinha escravo, que todo trabalho feito naquela fazenda, a mão-de-obra era escrava, de negros vindos da África, mas aí com o tempo eles foram se refugiando, fugindo dos maus tratos, da miséria que viviam na fazenda Santa Rita, os mais velhos contam que aí eles foram se escondendo aqui em São José dos Mouras que era mata, só tinha vereda. Daqui pra estrada que é a BR que só são 3 km, da BR pra cá, que nem era BR, nessa época só era a estradinha que nem passava carro. Aí aqui era só mata e eles foram se escondendo, foram formando um quilombo, acho que era essa a denominação porque eles eram todos negros que tavam fugindo da fazenda Santa Rita. Só que com o passar do tempo, outras famílias foram chegando e foram morando e foi aumentando.⁵⁶

Outra questão ligada ao povoamento da região e que já foi registrada, mas que reforço, foi a migração em virtude da seca de 1958. Relatos apontam que até este período haviam poucas famílias em São José dos Mouras, sobretudo, aquelas antes escravizadas. Alguns moradores guardam na memória a ideia de quilombo, muito embora não haja nenhum registro oficial que reconheça o lugar como território quilombola.

Por conta da seca a migração foi grande, né? E eu fui dos que já cheguei em junho, já tinha gente chegado aqui desde abril. Tinha umas sete carradas de gente que chegaram em 58 e eu fui dos que já cheguei em junho. Aí os parentes já tinham feito casa e a gente já vinha pra casa dos parentes. Em 59 chegaram mais duas carradas aí tiveram aqui e passaram um tempo. [...] por causa da seca que escorraçou gente.⁵⁷

Quando nós chegamos aqui só existiam os pretos, os quilombolas né que chamam? Nós viemos de lá, nessa época, nós viemos oito família. Aí fomos chegando e foi chegando mais gente, nós demos o endereço para as famílias de lá do Ceará e, entre todo, nós viemos parece que quatorze famílias nessa época, nos anos cinquenta e oito. Chegamos aqui em maio de cinquenta e oito. Chegamos aqui nove hora da noite.⁵⁸

A partir do final da década de 1950 a população local teve uma taxa de crescimento rápida, alcançando na década de 1970 o número de aproximadamente 400 famílias na área. Não havia fazenda de bovinos nem empreendimento agropecuário no território até a década de 1980. As famílias sobreviviam da produção agrícola e até esse período (1970), sequer pagavam taxa (renda) do que era produzido para encarregados de ditos “donos da terra”. Ou seja, temos um intervalo de cerca de 40

⁵⁶ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁵⁷ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

⁵⁸ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaiás das, *op. cit.*

anos, desde o *boom* da chegada dos migrantes, em que as famílias não sofreram com tensionamentos agrários.

Nesse período aí de 58 até 73 aqui teve umas 400 famílias. Era muita gente. Era povoado do jeito que tá aqui hoje, só que não tinha as ruas que tem hoje. [...] ali por onde é o açude tudo era casa de gente. Ali morava o Bernaldino e o Manoel de Pinho que morava ali na entrada que vai pro Inácio, o Militão que morava ali por onde é o cemitério hoje e ali adiante morava nós e mais a diante, pela quinta do Zé Paraibano, morava o Luís Gonçalves. [...] Certo é que moravam tudo nessa região, as casas eram mais perto, não era como hoje que só tem casa aqui o no São José de Baixo não, tinha casa meio que frequente, não tinha muito, mas tinham três ou quatro casa ali.⁵⁹

Na década de 50, em 58, ela foi mais povoada ainda com os refugiados que vinham do Ceará por conta da seca do Ceará, veio muito cearense, muito paraibano pra essas bandas daqui do Maranhão porque o Maranhão era visto como uma terra produtiva, uma terra boa que tudo que se plantava dava e de muita fartura.⁶⁰

O fato de chamar-se São José dos Mouras está ligado, segundo Chico de Paulo, a uma das pessoas que tiveram posse da terra e que, como dito por ele, eram considerados os legítimos proprietários, pois “*em todo lugar tinha os legítimos, que eram os negros, que se afastaram por conta dos cearenses, chegaram e eles foram se afastando*”⁶¹.

Relata:

Por que Mouras? Porque Moura era o sobrenome de um não sei o quê Mouras, africano, negro africano, que vieram da África e era o dono desse terreno aqui, se apossaram. Em 1888, quando foi gritada a liberdade dos negros, eles voltaram pra África, aí deram esse terreno pra uma outra pessoa, pra um afilhado dele, que era um filho de uma senhora de Tomásia Baima. Esse filho de Tomásia Baima morreu e bolou até que se acabou a geração e aí ficou uma área que a gente chamava de devoluta.⁶²

Ainda com relação ao processo de posse da terra, Toinha recorda:

Com a libertação dos escravos quem se dizia quem era os donos era quem tinha vindo pra cá pela primeira vez, quem tinha formado o quilombo e que já era um povoado grande, era um negro vindo da África. Ele resolveu, com a libertação ele se sentiu livre, e disse: “eu vou voltar pra minha terra, eu não vou ficar no Brasil, eu vou voltar

⁵⁹ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

⁶⁰ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁶¹ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

⁶² *Idem.*

pra minha terra” e deu essa terra, que eles consideravam uma légua em quadro pra um afilhado dele e a mãe desse afilhado dele se chamava Damásia, Nastácia sei lá, nem lembro mais o nome. Aí ele voltou, foi pra lá. De lá pra cá essa terra foi passando e passando de mão em mão.⁶³

O vínculo de pertencimento ao território se expressa no medo eminente de que a história do lugar seja perdida. A terra, para estas famílias, não é apenas um espaço geográfico ocupado, nem somente um espaço usufruído para suprir as necessidades de sobrevivência, como por exemplo, a produção. Ela representa a história, a vida, a construção da identidade das pessoas, que eles chamam de reprodução. Relatam:

A minha relação com esse território, com essa terra é de vida, é de reprodução, é o meu porto seguro, é o que eu tenho pra deixar pros meus filhos, pros meus netos e é a minha história, que isso é o que me marca, a minha relação com essa terra é a minha história, minha história de vida tá toda aqui, o meu pai já se foi, a minha sogra, meus tios por parte de pai, mas aí a minha mãe ainda tá aqui, tá meu irmão, tenho tios, tá meus filhos, meus amigos, minha vida. A relação com essa terra é minha vida, eu sem essa terra, sem esse lugar eu não seria nada, pra mim isso aqui é meu porto seguro.⁶⁴

Rapaz, pra mim não existe outra fonte de vida a não ser a terra porque terra é o primeiro poder que se tem, quem não tem terra não pode fazer nem uma casa, essa é a verdade. Então tendo a terra você tem como se manter se ser grande que dê pra trabalhar e sobreviver, trabalha e sobrevive. E se não ser grande, ser só um pedaço de chão pra fazer uma casa, mas você tem onde morar. Agora se não tiver, aí não tem nada.⁶⁵

Sobre o medo de que a história da luta pela conquista da terra se perca com o tempo ou pela falta de interesse das gerações futuras em mantê-la viva, dizem:

Eu tenho medo, porque a Dada já foi, que era quem sabia dessa história, a Teresa tá indo, que não sabia mais tudo porque largou de mão, eu que ainda tô sabendo um pouco daqui uns dias “quebro o banduleco”⁶⁶ também. E aí, quem fica com essa história? A não ser que fique alguma coisa escrita por outras pessoas e é justamente pra isso que eu faço questão de fazer essas falações ou bem ou mal, mas justamente pra garantir que fique alguma coisa registrada.⁶⁷

Eu tenho medo, porque é o seguinte: a juventude hoje, 95% da juventude não tá se incomodando com o conflito. Aí a Dada já morreu, aí vai a Toinha morre, o Herre morre, Mundico Moita morre, aí será

⁶³ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁶⁴ *Idem.*

⁶⁵ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

⁶⁶ Expressão usada na comunidade, sobretudo, pelas pessoas mais velhas. Significa morrer.

⁶⁷ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

que essas pessoas – meu filho, o filho da Toinha, o filho do Herre, será que vai dizer assim: “rapaz o papai morreu, a mamãe morreu eu vou ter que assumir”. Eu tem uns bem aqui, mas a coisa que eu mais peço pra eles – eu já tenho 65 anos de idade, pra mim morrer não tem hora nem dia, mas a coisa que eu mais imploro pro meus filho: “no dia que eu morrer, vocês não abandone a nossa luta” porque essa luta é pra mim, é pra meus filho, meus filho morre e é pros filhos deles, nunca se acaba, enquanto o mundo ser mundo, se não abrir mão disso aqui, nós somos dono de tudo, passando de mão em mão, de família em família e não se acaba.⁶⁸

Eu tenho. Eu tenho muito medo, porque tá se perdendo. Olha, a Dada já foi, ela contava essa história muito melhor do que eu, melhor do que o Chico de Paulo. O Chico de Paulo tá aí velho, já doentinho [...]. Eu que consigo contar, que consigo lembrar, eu nem me lembro mais de tudo, tem coisas que eu não sei mais [...] E o medo maior que eu tenho de perder, é pela falta de interesse de algumas pessoas e que eu tenho medo de não terem esse interesse os meus filhos, os meus netos, os filhos de Chico de Paulo... de não valorizar isso, de não saber. Todo nosso 12 de outubro, que é o dia da nossa festa de comemoração da emancipação da nossa terra, a gente faz questão de lembrar um pouco. Na igreja, nas homilias a gente tenta falar um pouco disso, mas assim, parece que não é de muito interesse. Os meninos, os mais novos: “Ah, vai falar de coisa do tempo do ronca, coisa do arco da véa, não sei o que”, aí eu fico com medo dessa história se perder, apesar da gente tá tentando refazer ela, a gente tem que fazer isso, eu acho que é preciso que alguém tenha coragem de fazer isso, pra ficar escrito num livro, ter um panfleto, nem que seja um cordel, uma literatura de cordel onde conte um pouco dessa história e que esse livro seja bem guardado pra que, daqui a 100 anos, as pessoas que aqui estiverem, esteja recontando ela da forma como eu tô recontando ela hoje. Aí vão lembrar: “tinha a Toinha, tinha o Atalicio que gostava de escrever e que escreveu isso e isso” e contando as coisas novas, ne?⁶⁹

Tanto no decorrer das entrevistas como na sistematização das informações e incorporações delas ao trabalho me detive a perceber como a historiografia local tem ficado e sido distante das populações tradicionais, pois é a primeira vez que algo sobre as origens de São José dos Mouras está sendo escrita por alguém nascido na própria comunidade. É certo dizer que já há sistematizações e pesquisas sobre o conflito de terra e sobre as quebradeiras de coco babaçu da região, como é o caso do título “Do esquecido ao silenciado: memórias da violência entre quebradeiras de coco no Maranhão” de MELO & BARBOSA (2015) ou mesmo “Luta camponesa e movimento social na região do Médio Mearim: conflitos e conquistas na Comunidade de Ludovico, Lago do Junco (MA) de LIMA & MIRANDA (s/d) ou ainda “Empates nos babaçuais:

⁶⁸ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

⁶⁹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco no Maranhão de FIGUEIREDO (2005), outrora, nada que esteja, de forma minuciosa, descrevendo as origens do lugar e suas nuances.

Quantidade significativa das próprias pessoas que residem no assentamento Riachuelo não conhece a história de São José dos Mouras ou a conhece de modo superficial e fragmentada. É comum dizerem que teve “guerra”, que teve morte e que teve conflito, mas poucas conseguem relatar algo que evidencie mais do que isso, nossa hipótese de que a ausência de registros escritos inviabiliza o conhecimento da história do lugar pelas novas gerações foi confirmada pelos moradores do lugar.

3.2. Conflitos agrários em São José dos Mouras: a gênese

Três questões já citadas anteriormente alicerçam a discussão deste tópico. A primeira tem ligação com a definição política de atuação do governo brasileiro na década de 1980, quando José Sarney assume a presidência em 1985 e traz consigo um amplo debate em torno da Reforma Agrária e, de certa forma, a criação e/ou fortalecimento de órgãos estatais cuja práxis estava ligada a regularização ou, pelo menos, a discussão fundiária; a segunda ancorada na Lei Sarney de Terras de 1969, quando, em detrimento do que houvera sido discutido em âmbito nacional, incorporase no território maranhense o que muitos autores chamaram de regularização do latifúndio; e, a última ligada às formas ilegais de apropriação de terras muito comuns na região do Médio Mearim: a grilagem⁷⁰.

Segundo Figueredo (2005, p. 104):

[...] Com as mudanças no cenário político global, as terras vão sendo griladas e documentadas por meio de ações fraudulentas, realizadas em cartórios. Quando descobrem que as perderam já é tarde para apenas argumentar com os instrumentos da legalidade, pois títulos falsos forjados em cartórios lhes negam o direito jurídico de permanecerem nas propriedades que então deixam de ser de uso comum e se constituem em terras privadas de um pretenso proprietário.

⁷⁰ Ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro (INCRA, 2009).

Outrora, vale destacar um quarto aspecto da gênese dos conflitos agrários em São José dos Mouras, notadamente importante, mas historicamente apagado pelo conservadorismo: a resistência das famílias, pela necessidade de manter-se vivas. Emocionada, Toinha relata:

O Chico Messias, que disse que era o dono da terra um dia chegou na comunidade dizendo que ele agora ia produzir na terra, que era pra todo mundo ir embora e desocupar a terra porque ele não queria mais renda, nós tava livre de renda, era pra todo mundo ir embora. Nessa reunião devia ter umas 30 famílias daqui, da Serrinha, da Olinda. Foi um choque. Aí a gente se olhou, olhou pra um lado, olhou pra outro. “o que nós vamos fazer? A gente não pode ir embora.”⁷¹

Até o final da década de 1960, segundo moradores, não haviam proprietários da terra e esta era considerada como área devoluta.

Quando nós viemos pra cá, foi justamente sabendo que aqui era uma área devoluta, uma terra que não tinha dono e isso funcionou até nos anos 70. Sem dono. Trabalhava onde queria. Quando nós chegamos aqui, isso aqui, essa serra aqui em frente, toda era mata virgem.⁷²

Teresa, moradora de São José dos Mouras, em depoimento à Figueiredo (2005, p. 104) lembra do período em que a terra “não tinha dono”, diz:

(...) quando nós chegemo aqui em 58, aqui não tinha dono, aí cada um trabalhava e ninguém pagava renda, aí com o tempo foi começar aparecer dono, dizendo que era dono daqui, apareceu um homem de São Luís, disse que essa terra era da Carioca que a gente tinha que ficar pagando renda e ficou pagando, e aí desse tempo pra cá, era até Anísio o nome do homem, aí daí pra cá ficou assim passando de uma mão pra outra, até quando chegou no cara que não queria morador.

Com a expansão dos projetos agropecuários na região do Médio Mearim apareceram os primeiros “ditos proprietários” da terra. Conforme relatos dos moradores, a cronologia da propriedade da terra foi a seguinte: no final da década 1960 Zé Rodrigues afirma ter a propriedade da terra com o objetivo de tirar madeira para a construção da estrada de ferro que passaria pela cidade de Pedreiras, Maranhão, no entanto, não houve atrito e nem aspectos que viessem mudar a estrutura de uso da terra por parte das famílias que já moravam no território desde a década de 1950. Na década de 1970 uma empresa de denominação “Carioca” afirma ter a posse da terra e inicia-

⁷¹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁷² ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

se o processo de pagamento de renda pelos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu. Em 1974 a terra passa a ter Vitor Trovão como posseiro e no mesmo ano o fazendeiro Chico Messias aparece com a alegação de que tinha comprado por 90 mil cruzeiros, no entanto, por falta de documentação comprobatória há uma intermediação de repasse da terra pelo valor de 104 mil cruzeiros da empresa Carioca diretamente para o fazendeiro Chico Messias.

O Zé Rodrigues comprou sabe pra quê? Pra tirar a madeira pra fazer essa estrada que vinha de Coroatá, do trem, pra Pedreiras [...] depois vendeu pra firma Carioca. [...] Aí ficou, ficou e em 74 o Vitor Trovão comprava a produção de arroz. O compadre Manezim arrecadava todo e vendia pro Vitor Trovão, ele era quem vinha pegar duas, três, quatro carradas de arroz de renda e mais alguns que era vendido. O certo é que em 74 o Vitor Trovão disse que tinha comprado da empresa Carioca [...] no dia 02 de dezembro de 1974 o Chico Messias chegou bem aqui no comércio, bem aqui mais a Dinair, que vinha se apresentar que era o dono que tinha comprado do Vitor Trovão por 90 mil cruzeiros, aí deram quarenta e cinco e ficou os outros quarenta e cinco pra dar depois. Nessa conversa de prazo e tanta coisa, bolou uma questão legal. Quando bola a questão legal aí eles não tinham legalidade porque não tinham documento. Esse negócio foi feito através do Montenegro que era vereador em Coroatá e passou a ser prefeito e intermediou essa venda do Vitor Trovão pro Chico Messias [...] certo que bolou, virou e mexeu e foram atrás de comprar de novo, e Montenegro intermediando. Compraram por 104 mil cruzeiros e os 45 que tinha dado pro Vitor, perderam. Aí a Carioca vendeu pro Messias por 104 mil cruzeiros.⁷³

Nesse contexto de posse do território, os trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, habitantes há décadas da propriedade, são afetados de forma direta, de antemão pela necessidade de pagamento de renda, o que não ocorria até o final da década de 1960, mas, posteriori, pela tentativa de expulsão, sendo esse último o estopim para o que poderíamos chamar de deflagração do conflito agrário de São José dos Mouras.

Em vídeo amador, produzido em 1987 durante uma visita da Polícia Federal, entidades de apoio a comunidade e o INCRA, Padre Almecy, pároco de Lima Campos no período, fala ao “repórter” de modo a historicizar o conflito pela posse da terra entre as famílias e o fazendeiro. Ele diz:

Olha, praticamente a dois anos atrás, em junho de oitenta e cinco, quando o INCRA fez o primeiro levantamento dessa área, que foi

⁷³ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

constatado realmente posseiros aqui, com seus sítios, mandiocais, bananais e depois disso então, quando o INCRA fez esse levantamento, o senhor que se diz proprietário aqui da área o Francisco, Chico Messias como é conhecido por aqui por nós, começa então, para mostrar que a área não era, de fato, improdutivo, começa botar estacas, bolas de arame e daí começa a puxar cercas, inclusive essas cercas atrapalhando o caminho da população de ir até na cidade de Lima Campos para fazer suas compras e etc. Daí então começa toda essa luta, né? O povo querendo ficar, o Chico Messias querendo expulsar pra ficar com toda a área. [...] (Documentário; O conflito em São José dos Mouras; DVD. 1987).

Perguntados, durante a entrevista, sobre o que poderia ter impulsionado o conflito em São José dos Mouras, os moradores da comunidade trazem relatos que nos ajuda nesse processo de entendimento, seja pela lógica de aspectos ligados a conjuntura política, como também com relação à necessidade de resistência dos moradores.

Eu acho que foi essa conjuntura política. Daí a gente começou a receber visitas de alguns órgãos do estado, do estado do Maranhão, que vinham e queriam reunir com a população. “a gente quer reunir com a população aqui desse povoado, rumbora, articula todo mundo, rumbora sentar, rumbora conversar”. E aí as primeiras conversas eram: “a gente tá fazendo um levantamento da situação e vocês, como é que tá essa terra? O quê que vocês produzem? O que o dono dessa terra produz? O que ele tem aqui? que trabalho que ele faz aqui?” Nós dizíamos: “nada” porque não tinha nada, aqui não tinha uma estaca, não tinha um fio de arame, aqui não tinha plantado um pé de capim, aqui era só reserva, a gente trabalhava fazendo roça, plantando arroz, milho, mandioca, feijão, aboba, maxixe e essas coisas, criando nossas galinhas e nosso porco. Ninguém nunca teve uma cabeça, nem um chifre, imagine um boi. Então era assim, a nossa vida era assim e aí com esse anúncio, com essa coisa começou essas pessoas ficar incentivando. Aí veio alguém e disse assim: “vocês têm que fazer alguma coisa para que essa terra passe a ser legalmente de vocês”. Eu acho que era mais ou menos isso, mas eu duvido que algum de nós entendesse, eu acho que a maioria nem entendia que era isso que eles queriam dizer. Eu só sei é que muito rápido, depois dessas 2 ou 3 visitas que fizeram aqui a nós, chegou um senhor chamado Chico Messias que a gente só ouvia falar que era o dono da terra.⁷⁴

Porque eles não queriam que a gente ficasse na terra. O conflito só foi porque ele não queria que nós ficasse na terra trabalhando. Nós planejamos acordo com latifundiário que dizia que era dono, mas ele não quis acordo, era sair todo mundo, não era pra ficar ninguém aqui dentro.⁷⁵

O impulso mesmo era a gente não ter pra onde ir, era pra não trabalhar, era pra brigar sobreviver e foi isso que aconteceu. Era pela

⁷⁴ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁷⁵ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaiás das, *op. cit.*

sobrevivência das famílias, nem de todas, porque algumas delas foram embora, mas das outras... Era brigar pra sobreviver, pra trabalhar na terra pra sobreviver e foi isso que aconteceu.⁷⁶

Pela terra. Porque o seu Chico Messias que era o dono, que dizia que era o dono da terra, acabar não era, nós com tanto tempo aqui e aí ele começou, nós pagando renda pra ele, aí começou um curral de gado bem aqui, fez um curralzão de gado bem aqui onde é esse colégio hoje, fez um criatório de ovelha e aí começou cercar a estrada de um lado e outro, deixar cercado as casa, deixando só a estradinha no meio e aí foi... e nós fomos cortando arame, era eles fazendo de dia e nós cortando de noite, que era a nossa obrigação. Como é que nós ia atravessar com uma carga? Como é que nós ia passar com os nossos filho? Nós tinha que caçar nosso jeito. Aí nós metia... eles faziam de noite e nós desmanchava de dia [...] eles faziam açude, nós arrebentava, porque ele fez esse açude bem aqui, eles queriam tomar a estrada, a gente tinha que cortar o açude pra gente ficar livre com a estrada pra gente passar.⁷⁷

Os relatos confirmam que essas famílias campesinas entendiam a permanência na terra como a única possibilidade de sobreviver, assim resistem as ofensivas daqueles que se declaravam donos da terra.

3.3. 1985 a 1987: interpretação histórica da luta pela desapropriação da terra

Esta interpretação histórica da luta pela desapropriação da terra de São José dos Mouras aproxima diversos temas, pessoas e movimentos em conjunturas distintas. Anteriormente aportamos ao que chamamos de gênese do conflito, agora, vislumbramos elucidar fatos a partir da história de vida das mulheres e homens, não apenas para rememorar os acontecimentos, mas, escrevê-los sob a lógica de um dos objetivos deste trabalho, qual seja, produzir interpretações sobre a história da luta pela conquista da terra do Assentamento Riachuelo.

3.3.1. 1985: o marco do tensionamento e do movimento de resistência em São José dos Mouras

A luta pela terra é apresentada dentro de um conjunto de fatos que perpassam pelos relatos dos moradores e permitem o entendimento de que o tensionamento foi

⁷⁶ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

⁷⁷ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

processual. Os anos de 1985 até 1987 são marcantes no tocante ao conflito agrário em São José dos Mouras por estar na memória das famílias como uma tríade de sofrimento, miséria e medo entrelaçada com o sentimento de orgulho, esperança e resistência, da qual geram emoções fortes nas pessoas que protagonizaram o processo até os dias atuais.

A mim, como pesquisador, coube a postura de acolhimento e compreensão. Para CARDOSO (2018) a entrevista é instrumento de pesquisa de que oferece ao pesquisado uma situação de comunicação excepcional, livre de constrangimentos temporais, os quais pesam nas trocas cotidianas, além de possibilitar alternativas que o autorizam expor mal-estares, faltas e necessidades, cabendo, para tanto, a disposição acolhedora e compreensiva ao pesquisador.

Na prática das entrevistas experienciei o que BOURDIEU *apud* CARDOSO (2018) se reportam como sendo a ocasião excepcional em que o entrevistado/a aproveita para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública, explicar-se, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles veem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar.

Perguntadas sobre como se sentiam ao relembrar o conflito, ouvi das pessoas entrevistadas a seguinte narrativa:

Rapaz, pra falar a verdade, não é eu não, não tem quem não chora porque a situação não foi fácil nem pra mim nem pro outros, mas quem viveu ela do primeiro dia até o último, foi eu. Pra aqui ou pra acolá não tem Antônio Moreira, não tem Bil, não tem Roxim, não tem ninguém. Quem manteu mesmo isso com força foi eu e a Dada e a Teresa, fomos nós três, porque eles ficavam por aqui e nós três ia por todo canto. Daqui a Brasília e Rio de Janeiro nós reviremos tudo em busca dessa solução e graças a Deus encontramos e aí não tem jeito pra gente não tá com cara de choro, né siô?⁷⁸

Eu me sinto bem. É tão tal que eu tenho um filho que mora no Pará e peleja pra mim ir embora. Todo mês ele me liga pra mim largar isso aqui de mão, mas eu não tenho como largar porque aqui se alguém pensa que eu ganhei isso aqui foi dado por prefeitura ou por prefeito

⁷⁸ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

ou por deputado, tá enganado. Eu ganhei foi através da luta junto com os trabalhador.⁷⁹

Hoje eu já nem choro mais, mas é ruim, eu nem gosto de relembrar. Primeiro porque muita coisa mudou e a gente já perdeu muita gente eu acho que é isso que me dói muito eu ficar relembrando, eu não ter mais a Dada minha irmã que foi tão incentivadora, tão lutadora, tão livre, tão mobilizadora, tão sábia, conselheira, amiga, ela era muito humana. Eu acho que é isso que faz a gente lembrar e eu não gosto muito de recordar. É de ver que teu pai foi embora, a Mariana não tá mais aqui foi embora também, o seu Antônio Moreira já morreu, a Teresa já tá doentinha e aí a gente fica se lembrando. Tão sofrido, tanto sofrimento e a gente sabe que esse é o ciclo da vida, de que a gente nasce, vive e morre, mas isso dar uma dor tão grande. É como se do tanto que a gente sofreu o sentimento que eu tenho é de que a gente devia se eternizar, que a gente não devia morrer, que a gente agora tinha que usufruir da luta, do que a gente lutou, do que a gente fez. Tanto que a gente sofreu. Hoje a gente tem uma vida melhor, hoje a gente tem uma casa boa diferente daquela taperinha que a gente tinha, a gente conseguiu estruturar nossa comunidade, hoje é uma comunidade toda asfaltada, campo de futebol bonito, uma escola linda, mas com o nome de Maria Adelina que já não está mais entre nós, posto de saúde que foi o grande sonho e ela nem viu funcionar e que tem o nome de Raimundo Machado de Sousa, o nosso pai, de ver a nossa praça tão bonitinha ali e tá ali o nome do Enoque Romão da Costa que já se foi. Eu acho que é isso o sentimento que eu tenho.⁸⁰

Rapaz, hoje, pra te falar a verdade, eu me sinto orgulhoso da luta que eu tive, hoje eu me sinto uma pessoa como se diz, eu me sinto uma pessoa aberta, uma pessoa sensível, uma pessoa [...] eu me sinto muito bem hoje, porque hoje eu tô na minha casa, eu tenho meu lugarzinho de eu trabalhar, eu tenho meus filhos, eu tenho muita coisa que me representa satisfação, não sabe?⁸¹

É triste [...] porque a gente sofreu muito. Tinha dia que eu dizia: “a Meu Deus esse negócio não vai terminar nunca não”. Tinha dia que a gente só faltava entrar no desespero e a gente não tinha nada, passava necessidade, fome. Tudo a gente passava nesse tempo.⁸²

Sobre essa rememoração do conflito, Melo e Barbosa (2015, p. 105) trazem um depoimento da Dada, onde ela diz:

[...] descrever os conflitos é complicado porque tinha de vários tipos, desde a agressão verbal até o tiro mesmo [...] até a espingarda por fora, a cerca de arame que passava no terreiro, que tirava a privacidade, o direito à liberdade, tudo isso teve aqui no São José, até que teve a briga mesmo armada, no tiro, era uns aparecendo e os outros escondidos, mas o tiro era comendo e quem é que é besta pra aparecer, nas

⁷⁹ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaiás das, *op. cit.*

⁸⁰ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁸¹ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

⁸² ENTREVISTA. BRANDÃO, Filomena, *op. cit.*

escopetas, nos revolveres, porque senão a gente não tinha conseguido não, fia. Aqui tinha gente muito poderosa por trás!

Após o levantamento socioeconômico realizado pelo INCRA, em meados de 1985 constatou-se que não haviam no território outros investimentos senão aqueles dos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, fato que concedia o direito de titularidade da propriedade às famílias e não ao “dito proprietário”. Parece um fato simples e de fácil resolução, no entanto, uma das partes não se contentou com a hipótese e tomou algumas providências que desencadeou violência e mortes.

Em abril de 1985, logo após as movimentações em torno do levantamento socioeconômico, e atraído pelos projetos de expansão da pecuária na região, Chico Messias, fazendeiro que afirmava ter a posse da terra, reuniu-se com as 58 famílias que ainda resistiam em permanecer no território, mesmo com a exigência de pagamento de renda, mesmo com o aumento exacerbado da renda nos anos seguintes e mesmo com ameaças sofridas por parte do fazendeiro e pessoas ligadas a ele. Na reunião, Chico Messias não propunha acordo, renda ou negociação, apenas a definição de que todas as famílias desocupassem suas casas e deixassem a propriedade. Toinha recorda:

Nós não tínhamos pra onde ir. Como é que nós vamos embora com uma reca de filho? Com tudo? Nossa vida tava aqui, o nosso pé de banana tava era aqui, o nosso pé de laranja, o nosso pé de manga, a nossa galinha, o nosso porco [...] pra onde é que a gente ia com essa trouxa na cabeça. Morrer de fome nas periferias?⁸³

É muito comum nos discursos das lideranças o apelo de que o conflito agrário não foi uma escolha das famílias, não fazia parte do imaginário das lideranças, basta lembrar das falas relacionadas às tentativas de acordo, das reuniões realizadas. O que se propunha, naquele momento, era a desapropriação da terra dando direito às pessoas que já a habitavam há décadas e quem, de fato, produzia e se reproduzia no território. Mundico Moita relata:

Quando a gente se decide a fazer é quando a gente não tem mais o que fazer, quando a gente não tem mais jeito, não tem mais opção nenhuma, aí o camarada tem que caçar seu jeito. Ele tem que ficar brabo sem ser, ele tem que ser bruto sem ser, o camarada tem que amostrar o que a gente tem que fazer. Aí o mole tem que ficar duro nessas horas.⁸⁴

⁸³ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁸⁴ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

Muito embora algumas famílias tenham desocupado suas casas após a reunião sob a lógica do voluntariado⁸⁵, outras permaneceram na terra e assumiam, nestas condições, todos os riscos em decorrência da luta pela conquista do território. Percebendo a resistência das famílias para a saída “voluntária” o fazendeiro Chico Messias passou a oferecer uma indenização de 200 cruzeiros para as famílias que resolvessem sair de São José dos Mouras. Herre e Toinha recordam:

Saiam não era pelo dinheiro não, saíam com medo das ameaças porque as ameaças deles não eram só de tirar as pessoas, se não saísse de um jeito saia de outro. Só faltou dizer: “se não sair vivo, sai morto”, né? Aí teve uns que não resistia e nesse tempo eu ainda era um cabra meio novo, eu não tinha muito nervoso e aí chegou até de eu dizer pro gerente o que disse pra ele que eu só saio com o meu direito ou morto, mas sair assim rebolado eu não saía não.⁸⁶

Até que eles vendo que a gente tava com resistência de sair, eles começaram a oferecer dinheiro, dizendo eles que era indenizando o nosso pé de manga, o nosso pé de banana, o nosso pé de laranja, nossas coisas que nós tinha. “Não, a gente vai indenizar, essa casinha de vocês não vale nada” porque não valia mermo, era uma casa de taipa coberta de palha, mas pra nós era o nosso palácio, era o nosso apartamento, era o que nós tinha e nós erámos felizes, era naquela casa, naquelas condições. “Nós não vamos sair”. Aí “nós damos pra cada um 200 cruzeiros”. E na proporção que eles começaram a oferecer dinheiro, a pressionar pra que as famílias fossem embora, eles foram devastando, fazendo derrubada, enfiando estaca, plantando capim, trazendo gado de fazendas de amigos dele, que ele não tinha, ele era empresário de cidade, ele era dono dos armazéns Riachuelo que tem lá no bairro do João Paulo em São Luís que a gente ficou sabendo dessas coisas depois. Então, ele não tinha gado, ele não tinha nada aqui na terra [...]⁸⁷

Logo após a medida de expulsão ou indenização não ter surtido o efeito desejado, o conflito foi tomando proporções ainda maiores. Mais uma vez os trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu tomam conhecimento de uma decisão de Chico Messias, dessa vez, a proibição de “colocar roça”, incluindo ameaças à vida dos trabalhadores que resolvessem descumprir a ordem.

Agora pra falar a verdade, eu tive muito medo durante esse tempo todinho, mas nesse dia não foi só eu, todo mundo veio de lá assombrado. Nós nunca tinha visto um tipo de coisa daquele, maromba de pistoleiro desceram do carro tudo de arma na mão, não sei nem que

⁸⁵ Conceito utilizado para informar a saída de algumas famílias sem que houvessem sido realizados pagamentos pelas benfeitorias já realizadas na terra (roça, casa, árvores frutíferas e, até mesmo, animais de pequeno porte, como galinha).

⁸⁶ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaías das, *op. cit.*

⁸⁷ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

arma era aquela, encostaram lá [...] e o Chico Messias e o Elias Figueiredo. E aí começaram lá a falação lá, aí o Diocrécio: “é porque o Chico de Paulo marcou a roça lá e não era pra ninguém brocar roça, ele marcou”. Aí o Chico (Messias) disse: “não precisa de mais nada, basta pegar os nomes e mandar pra mim que eu sei resolver e ninguém broca, é pra ir embora todo mundo”.⁸⁸

Criou-se no interim dos tensionamentos a lógica de lideranças comunitárias que, em termos práticos, seriam mulheres e homens que se posicionavam frente à luta e que orientavam e incentivavam as outras pessoas quanto aos passos a serem dados, os trabalhos coletivos a serem realizados, além de dar vazão às informações do que acontecia no território para entidades de apoio e órgãos do Estado atuantes no processo de desapropriação da terra. Esses líderes tornaram-se alvo para os ditos proprietários da terra.

Estamos, na verdade, diante de uma violência que seleciona aquele que deve morrer. Aqueles lavradores que são capazes de dar maior união, aqueles lavradores que são capazes de dar maior consistência à resistência, esses têm a preferência na morte. Também, nessa seleção das mortes, hoje se assassina e antes de assassinar, se tortura. Essa é uma característica da violência seletiva: a tortura. (Depoimento do Padre Ricardo Rezende (Coordenador CPT em Araguaína), retirado do documento “Violência no Campo” da OAB Conselho Federal, 1987, p. 84).

Toinha, durante a entrevista, relembra o quanto era inapropriado e inaceitável surgir como liderança em São José dos Mouras durante os tensionamentos:

A família do seu Mariano, o Pulucaro ficou no conflito até o quanto que aguentou, foi violentado, foi açoitado, foi preso e aí com a pressão ele não aguentou, ele foi embora, ele foi embora não foi porque ele quisesse não, porque ele tava vendo a hora ele ser morto porque se surgisse como liderança, como uma pessoa que tava orientando, aconselhando, incentivando as outras famílias a ficarem era visto como uma pessoa que não podia ficar.⁸⁹

Dentro dos movimentos organizativos da luta em favor da Reforma Agrária e entidades de apoio aos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu essas lideranças, são identificadas como:

[...] pessoas que dedicaram parte de seu tempo, de sua liberdade, de sua capacidade de luta, de seu esforço organizativo, de sua criatividade, para alcançar objetivos definidos por eles. A quase

⁸⁸ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

⁸⁹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

totalidade dessa gente deu esses passos animados pela sua fé no Deus da Libertação. (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL – CPT, 1987, p. 08).

3.3.2. A violência contra as famílias: “nós enfrentamos umas barras pesadas”

Após a pesquisa de campo no povoado São José dos Mouras, onde ouvi atentamente os testemunhos daqueles/as que se disponibilizaram a ser colaboradores/as desse estudo, tive convicção de uma verdade: se estivéssemos diante de uma produção audiovisual este subtítulo seria acompanhado daquela nota em tela preta que adverte os espectadores sobre as cenas fortes, uma vez que não é possível lê-lo e tampouco produzi-lo sem que, por vezes, houvessem as contorções abdominais relativas ao peso daquilo que era ouvido e ao mesmo tempo lido nas transcrições.

Não obstante, é necessário embarcar na dimensão da violência a partir de um conceito, uma vez que, sem isso, estaríamos reféns de uma percepção que esvaziariam ou dariam menor importância a algumas situações drásticas vividas pelas famílias e, principalmente pelas mulheres, já que o tiro, a coronhada e o soco, no imaginário das pessoas tem maior peso que a ameaça, o xingamento e a discriminação.

Dentre variadas conceituações de violência, a que mais nos identificamos foi a de Marilena Chauí (1998), uma vez que para ela, violência é tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser; é todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; é todo ato de violação de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; é todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito.

Ao enumerar situações de violência ocorridas durante o período do conflito agrário neste recorte temporal de 1985 a 1987, chegamos à caracterização de pelo menos seis tipos evidentes na memória das pessoas que participaram do processo de escuta, sendo elas: a ameaça, a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a destruição de bens e os homicídios.

Do conflito eu me lembro que eu sofri demais, eu e minha mulher – a Mariana, a comande Dada – que é madrinha da minha menina mais velha, Chico de Paulo, Herre, que nós corremos muito nessas boca de boqueirão com medo de pistoleiro. Eu fui ameaçado demais, não foi

nem só eu, como os outros companheiro – ameaçado dos pistoleiro, e nós enfrentamos umas barras pesadas. Uns corria, outros chorava, outros achava graça, porque não pode todo mundo chorar e nem todo mundo sorrir, mas e aí a gente foi levando a vida, mas nós tivemos um sofrimento muito grande.⁹⁰

Aqui teve mulher que sofreu de chegar a ser mandada botar os peitos pra fora, mulher que o cabra disse: “eu podia era meter o dedo na tua vagina e rasgar”. Os jagunço tudinho dizendo isso. Pisou no pé de mulher aqui que ficou um bolão de inchado dele esfregar o pé com a bota em cima do pé da mulher. Foi muito violento, provocaram muita violência. A gente é por que sempre teve um Deus que nos ajudou.⁹¹

A violência física, comumente praticada por policiais militares e pistoleiros, ocorreu algumas vezes e não fazia distinção de gênero, pois houve situações em que os homens apanharam, até mesmo recebendo golpes na cabeça com cabo das armas de fogo e também mulheres que tiveram seus pés pisados por botas de policiais.

Houve pessoas açoitadas, seu Hilário ainda hoje é surdo porque ele apanhou, deram coronhada no ouvido dele, o compadre Pulucaro foi preso, o Chico de Paulo foi algemado, a cumade Mariana foi violentada psicologicamente, que quando os jagunços vinham eles humilhavam a gente no barracão onde a gente tava, a gente era o tempo todo rezando.⁹²

A destruição de bens era uma das formas de violência mais comuns no período, talvez pelo entendimento de que sem um teto e sem alimentos para o consumo as famílias abandonassem a terra. É certo que as destruições deixavam desdobramentos bem desafiadores para as famílias. Por vezes tiveram suas casas, sua produção, roupas e objetos consumidos pelo fogo. Outras vezes eram saqueados, principalmente enquanto dormiam no mato para não serem mortos pelos jagunços ou presos pela polícia, suas casas eram invadidas e lhes roubavam os bens materiais.

O barracão que nós morava, eu mais o Bil, que o Bil tinha 7 filhos e eu tinha 5 e os outros povo, que a nossa família era junto – eu e o Bil e a Filomena e a Mariana com nossos filho. Agora os outros povo daqui era tudo lá, tudo nesse barracão e aí eles chegaram e largaram fogo em tudo, não ficou nada, nada, só ficou as roupa que a gente tava vestido, roupa não, os tilango, a gente tava vestido só com os tilango e o resto foi queimado tudo.⁹³

⁹⁰ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

⁹¹ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaiás das, *op. cit.*

⁹² ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

⁹³ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

[...] depois disso veio outro marcante que eles projetaram, lá na sede, de queimar minha casa com tudo dentro. Queimar com a família dormindo e eu dentro. Nesse tempo eu passei acho que mais de seis meses sem dormir em casa, dormia fora, fora mas assim pertinho de casa, e via na hora eles chegarem e queimarem mesmo porque eles tinham planejado. Até que um dia eles vieram. Chegaram e passaram na casa do meu sogro aí fizeram a bagaceira, cortaram saco de milho, arrebentaram o guarda louça dele e se aproximaram até perto de lá de casa, mas graças a Deus que não encostaram não.⁹⁴

Em Melo e Barbosa (2015, p. 106), Toinha relembra:

Quando [os jagunços/capatazes chegavam e] não achava ninguém em casa eles tocavam fogo. Uma vez tocaram fogo no barracão e todo mundo ficou sem nada [...] Era assim, era tudo uma confusão muito grande né, e pra que a gente tivesse sossego foi preciso essas tragédias acontecerem, mas não era a gente que ia atrás. Era eles que vinham pra matar a gente e a gente tinha que ter uma defesa: ou a gente ficava pra defender todo mundo ou a gente morria todo mundo!

Houve situações em que as famílias se viram obrigadas a escolher quem deveria se sujeitar e a quais tipos de violências. As mulheres utilizaram seus corpos e mentes como escudo humano, e tornaram-se símbolos de resistência. Nessas condições de ameaça é possível compreender o contínuo entre seus corpos e seu território, ambos como representação da vida.

Rapaz, a minha mulher e a dona Filomena chegou ficar até nua pra dar de mamar a menino pra eles ver. A Filomena... eles chamavam a menina da Filomena até de macaquinho. “Tira a roupa e dar de mamar pro teu macaquinho”. E aí foi esse tipo de coisa assim, né?⁹⁵

Eu acho que eu tinha uns 9 anos de idade. Eu lembro muitas coisas ainda, eu com nove anos, aí dá pra lembrar algumas coisas. Na época eu cheguei até andar escondido, corrido, dormir noites no mato com minha mãe e minhas irmãs e realmente era um sufoco.⁹⁶

Ah! Eu lembro de muitas cenas horríveis. Lembro que a gente vivia num barraco, aí cumpoca os fazendeiros entrava com a polícia e os jagunços e aí os homens caíam nos matos e nós ficava lá. A gente era humilhada por eles, xingava a gente de macaca, tudo enquanto era nome.⁹⁷

Toinha, em Melo e Barbosa (2015, p. 110), rememora o período como sendo um tempo de muita humilhação, sobretudo às mulheres, diz:

⁹⁴ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaiás das, *op. cit.*

⁹⁵ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

⁹⁶ ENTREVISTA. COSTA, Raimundo Rocha da, *op. cit.*

⁹⁷ ENTREVISTA. BRANDÃO, Filomena, *op. cit.*

Na hora que a gente ouvia qualquer zoadada de carro, os homens corriam e se escondiam, [e] a gente [mulheres] é que ficava [as] testas de ferro. Mas a gente sofreu tanta humilhação... era muita humilhada as mulheres... e aí, eles vinham e esculhambava os maridos da gente [diziam] “cadê os cachorros de vocês? Cadê os vagabundos de vocês? Os covardes? Por que eles não esperam nós aqui? Quem é(sic) essas macaquinhas aí? [...]” aí, humilhavam os filhos da gente, chamava de macaco, de tudo! Ia nas panelas, comia as comidas, roubava as coisas que a gente tinha em casa.

Em torno da violência sexual sofrida pelas mulheres que, algumas vezes, foram obrigadas a mostrar partes íntimas aos jagunços é lembrada por Francisco das Chagas Gomes Machado⁹⁸:

Rapaz, eu lembro na época veio uns jagunço aqui saliente, chegou, a cumade Mariana – não lembro quem era a criança, os jagunço chegou com as espingarda e disse: “cadê os cachorro, cadê o cachorro teu marido, cadê os cachorro daqui? Tão tudo escondido, eles são uns cachorro, bando de covarde”. E metia a espingarda entre as pernas da cumade Mariana, pisava de bota nos pés da cumade Mariana, mandou a cumade Mariana baixar a blusa e mostrar os peitos pra ele e ele dizia: “Tu tá dando de mamar pra esse cachorrinho? Nós quer pegar os marido de vocês, os macacão grande”.⁹⁹

Ainda em Melo e Barbosa (2015, p. 111), Toinha detalha um episódio em que uma mulher sofreu esse tipo de violência, segundo ela, absurda:

Um dia nós ‘tava’ (sic) na casa aí... aí a Violeta [...] ela ‘tava’ dando de mamar, aí na hora que o carro parou [com os capatazes], que eles desceram [do carro], aí ela botou o peito para dentro [da blusa/vestido] e ficou com [sua filha no colo]. Aí ele [o capataz] olhou assim pra ela e disse: ‘E essa macaquinha aí, de quem é?’ [...] aí ela disse: ‘é minha’. ‘E que é que tu tá fazendo com ela aí?’ [disse o capataz]. Aí ela disse ‘ela “tava” mamando.’ Aí ele disse: ‘pois dá de mamar aí pra ela!’ Aí ela disse: ‘ela não quer de mamar não, ela já mamou.’ [E eles disseram] ‘Bota o peito pra fora que nós quer vê (sic) mamando!’ Aí a Violeta teve que botar o peito pra fora [...] aí ficou mamando. Aí eu acho que isso é uma violência absurda. Um diabo que vem lá da baixa da égua que não tem nada a ver com a vida da gente [...] querer vê (sic) os peito da gente, os filhos da gente mamando!

As vivências e intersecções a que estavam submetidas as mulheres quebradeiras de coco babaçu de São José dos Mouras fez com que as formas de

⁹⁸ Conhecido popularmente como Chaga Machado, é trabalhador rural, tem 64 anos, tem 04 filhos. É socio fundador da AAAFGR e atualmente compõe a diretoria do STTR de Lima Campos ocupando o cargo de Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente. Chegou em São José dos Mouras em 1987, teve participação ativa no conflito agrário.

⁹⁹ ENTREVISTA. MACHADO, Francisco das Chagas Gomes. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 09 de fevereiro de 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

violências, das quais foram vitimadas, fossem invisibilizadas, frente ao ocorrido com a morte dos jagunços. Em se tratando dessa invisibilização, Rosenilde Gregório, liderança do movimento das quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense, diz: *“O que acontecia é que vivíamos na invisibilidade. Não há registro do número de mulheres violentadas por coronhadas de revólveres, violentadas sexualmente”*.¹⁰⁰

As mortes ocorreram em dois momentos durante o conflito agrário, sendo um no ano de 1986, onde morreu um jagunço e outro no ano de 1987 que resultou na morte de outros 3 jagunços enviados, segundo moradores, pelo fazendeiro Chico Messias.

[...] aí eu disse; “Oh! Pois vão todo mundo pra cortar o arroz, pode irem tudo pra lá que hoje aqui não vai prestar, hoje aqui só vai ficar eu, Raimundo Durico e o Bil e o resto pode irem embora tudo. Mulher e menino pode cair no mato. Aí tiraram, as mulher se esconderam [...] E fiquemos, fiquemos, fiquemos e quando deu duas horas da tarde eles apareceram lá em cima e eu sempre ficava olhando, o medo era tamanho que eu não me continha de ficar sem tá olhando. Aí eu fiquei olhando e quando foi duas horas da tarde eles apareceram lá em cima, de pé, dois emparelhado, um dum lado e outro doutro, aí eu disse: “os cabra vem chegando, apareceram lá em cima”. Aí eu fiquei, fiquei olhando, daí a pouco apareceu mais outros, aí daí a pouco veio a polícia atrás, aí eu disse: “Oh, os dois cabras vem na frente e mais quatro atrás e a polícia vem mais atrás e segura os primeiro” e aí fiquemos. Rapaz era medo siô. Eu disse: “segura os primeiro, num deixa os homem ir embora”. Porque se pegasse o primeiro os outros não vinha. Aí vieram, vieram, vieram, vieram, e eu olhando por de trás e eles nos ponto¹⁰¹ [...] o Raimundo Durico pegou um e outro correu, aí o Bil correu atrás e lá do meio do campo ele deu um tiro pra trás e aí o Bil foi e deu um tiro, aí foi, peitou no arame e caiu pra trás e ajumentou¹⁰² e os outros voltaram, num vieram não. Eu disse que se pegar os primeiro os outros num vem, num vem siô.¹⁰³

Após o homicídio ocorrido no ano de 1986 o conflito agrário de São José dos Mouras teve visibilidade, de alguma forma movimentou pessoas, entidades e órgãos do Estado na criação de vínculos com as famílias e de fomento a elas ao passo que acelerou, de algum modo, o processo de desapropriação da terra. Por outro lado, agravou exorbitantemente o tensionamento entre as famílias e o fazendeiro Chico Messias.

¹⁰⁰ Mesa Redonda Gênero, Poder e Relações de Trabalho, no V Encontro do Núcleo Interdisciplinar sobre Mulheres, Cidadania e Relações de Gênero, 26/04/2018, Universidade Federal do Maranhão.

¹⁰¹ Termo utilizado para descrever os locais em que as pessoas ficavam escondidas. Ponto de vigilância, ponto de guarda.

¹⁰² Termo utilizado no povoado São José dos Mouras como sinônimo de correr de forma rápida.

¹⁰³ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

Na edição de 23 junho de 1987, o Jornal do Brasil trazia a manchete: “crime de posseiros cria um clima de medo no Maranhão” e seguia:

O assassinato do capataz Manoel Messias Ferreira, 39 anos, supostamente irmão do fazendeiro Francisco Ferreira, o Chico Messias, numa tocaia organizada por posseiros, sábado a tarde, provocou novamente um clima de intranquilidade na Gleba Riachuelo, próxima ao povoado São José dos Mouras, cuja área de 2 mil 600 hectares fora desapropriada por decreto para reforma agrária, no mês passado. Manoel foi morto a tiros de espingarda, às 14h, e enterrado no próprio local do crime, a cerca de 250 quilômetros de São Luís. Temendo represálias por parte dos jagunços que guardam a propriedade, 30 famílias abandonaram suas casas, desaparecendo. Há mais de um ano a fazenda vem registrando conflitos, tendo seu dono, Francisco Ferreira Lima, 44 anos, insistido em manter a posse. [...] Segundo o coronel Duailibe, três posseiros, todos foragidos, teriam disparado contra o capataz da fazenda Riachuelo: Antônio Moreira, Francisco de Paulo e Raimundo Dorico. (JORNAL DO BRASIL n° 76, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1987).

Os moradores de São José dos Mouras rejeitam a maneira como a maioria dos jornais da época se apropriavam dos acontecimentos na área e afirmam que, muitas vezes, estes distorciam a atuação das famílias. Na matéria anterior, por exemplo, desmentem o parentesco do capataz com o fazendeiro Chico Messias, afirmam que a atuação fora em decorrência da necessidade de proteção das famílias e suas moradias, já que tinham conhecimento, a partir das próprias ameaças dos jagunços, que estes viriam queimar as casas, sendo assim, não fora tocaia premeditada, além de não terem enterrado o corpo no próprio local do crime. Toinha lembra:

“Os jornais difamaram tanto a gente, mentiram tanto, que até pouco tempo as pessoas tinham medo de entrar aqui na comunidade, acho que até hoje tem gente que tem esse medo. Até crediarias ou vendedores ambulantes não entravam na comunidade por medo das famílias porque o que conheciam era que aqui na comunidade só tinha gente mal e quem espalhou essas histórias foram os próprios jornais. Nunca faziam uma entrevista, mas as manchetes era as piores que existia” (informação verbal).¹⁰⁴

Sobre as mortes em 1987, as pessoas entrevistadas lembram:

Rapaz, essas morte que aconteceu é o seguinte: nós tava cortando um arroz lá pro seu Hilário, lá na Olinda aí cumpoca chegou uma pessoa avisando pra nós que os pistoleiro do Chico Messias vinha invadir as casa, invadir já tava invadido, mas praticamente vinham botar fogo

¹⁰⁴ Fala de Antonia Gomes de Sousa Moreira, durante a festa de comemoração dos 32 anos da conquista da terra do Assentamento Riachuelo. Em 12 out. 2019.

nos barraco que a gente tava morando, e aí essa pessoa foi informar pra nós e nós larguemos lá o arroz, todo mundo largou e aí nós viemos. Quando chegemos, nós se precaver, cada qual dá seu jeito. E na hora certa que eles marcaram de vir, eles vieram. Quando eles chegaram, não contaram história, foi chegando e nem desceram do carro, começaram o tiroteio e pá, pá, pá, e era o seguinte: aí nós se defendendo, podemos fazer o que nós fizemos.¹⁰⁵

Disseram, pra mim e a Mariana. Nós tava tudinho debaixo dos pés de pau dando peito pros nossos filho e eles com as armas em cima de nós dizendo coisa. Ai os homens tavam escondido, quando os homens chegaram nós dissemos pra eles, quando eles [os jagunços] foram embora. Ai eles [os homens] disseram “ah, eles não vêm não” e nós dissemos “vem, eles vem” [...] no outro dia eu fui no Tucunzal vender coco mais a Francisca minha [filha], [...] Foi nós chegar no Tucunzal e a D20 passou cheia de homem, tudo armado e aí não demorou 10 minutos os homens voltando, tudo já ensanguentado, tudo. Ai eu digo “meu Deus do céu”, aí eu chorava lá e a Francisca chorava “mamãe rumbora se embora”. Eu imaginando que quando chegasse achava as outras [filhas] que era a Ciça e a Digue e a Neném e a Francisca, eu digo “quando chegar as meninas também tão morta lá” e chorava, chorava, chorava. [...] quando nós chegemo aí de longe eu vi o Antônio Moreira, aí eu procurei por todo mundo, ele disse “tá vivo”, quando eu olho lá pro cruzeiro tava os homens caído lá, morto.¹⁰⁶

Quando carro parou, nós botemos o pau e ele parou, aí passou esse Zé não sei o quê, que a gente chamava do Chico Porto, desceu aqui que vinha amarelo. O carro parou no Tucunzal e ele desceu aqui que vinha amarelo e disse: “o Elizeu tá vindo aí matar vocês tudinho”. E aí todo mundo se escondeu mesmo que um relâmpago. Aí chegaram, o carro zoou de lá pra cá, chegaram, os menino tinham botado um pau atravessado e chegou parou. Na hora que o carro parou, aí o pipoco foi “pei, pei, pei, e pei, pei,,pei, e pei, pei, pei e isso ligeiro.[...] Aí foi uns cinco minuto de tiro. Tiro vai e volta, vai e volta, vai e volta, era cruzado. Aí calmou aí ei olhei assim, vi uns bocado lá pelo chão [...] aí certo que foram embora, saíram deixando as arma por aí, [...] fomos olhar, tava os caboco lá, três, pronto. Elizeu Paraibano que era quem dirigia o carro, foi o primeiro deles, o Pinheiro e o Manoel Filho, todos três tavam pronto. Aí os outros saíram chumbado aí, era um chumbo meio espatifado, saiu gente chumbado de todo jeito e daqui ninguém teve nada, nada, nada.¹⁰⁷

[...] quando chegemo em casa toda mulher tava desesperada chorando porque eles disseram que vinham matar todo mundo, no outro dia não ia escapar ninguém não. Os homens e as mulher iam matar de tiro e as crianças iam rebolar pra cima e aparar na faca, estrepando todo mundo na faca. Aí quando nós chegemo tivemos uma decisão se saía ou se não saía, se reunimo e uns diziam pra sair e outros diziam pra não sair. Quando foi no horário que eles marcaram de chegar no outro dia nove hora do dia, eles não redaram um segundo

¹⁰⁵ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

¹⁰⁶ ENTREVISTA. BRANDÃO, Filomena, *op. cit.*

¹⁰⁷ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

das nove hora, a tropa de dezessete homem para acabar com todo mundo.¹⁰⁸

Toinha, presidenta da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Gleba Riachuelo, durante o discurso na festa de comemoração pela conquista da terra no ano de 2019 lembra das mortes ocorridas na comunidade e afirma:

[...] eu nunca tinha visto um carro do exército, com tanto soldado, na minha vida inteira, mas nesse dia eu vi. Parecia que nós trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu éramos criminosos, chegaram a dizer em jornais que cometemos crimes bárbaros na comunidade porque os corpos ficaram queimados, mas isso aconteceu porque a D20 que eles vinham em cima incendiou com os tiros, mas, duvido, que alguém tenha vindo saber o sofrimento, o medo e a fome que nós passávamos, se não fosse a igreja e outras entidades nós tinha morrido não era por causa dos pistoleiros não, era de fome. Foi só morrer gente aqui que nós viramos, pra muitas pessoas, os monstros da história. O carro do exército veio e levou os corpos dos 3 pistoleiros que ficou de 10 horas da manhã até 4 horas da tarde na frente de onde é hoje nossa capela de São José.¹⁰⁹

As mortes ocorridas em São José dos Mouras geram desdobramentos judiciais envolvendo algumas lideranças da comunidade, Francisco de Paulo Rocha, Hermenegildo Isaías das Chagas, Geraldo de Sousa Frota, Raimundo Dorico e Antônio Moreira chegaram a depor três vezes no Fórum de Justiça de Pedreiras – MA na tentativa da justiça de encontrar os culpados pelos crimes. No entanto, após algum tempo, o processo fora extraviado, tendo sido registrado um boletim de ocorrência informando que os papéis foram roubados em um ônibus durante uma transferência dos arquivos (autos do processo) de Pedreiras – MA para a capital São Luís – MA, corroborando para a finalização do mesmo e não havendo penalidades para os trabalhadores indiciados.

No processo, a fala das mulheres é silenciada, pois mesmo estando a frente do conflito, não foram convocadas como testemunha sobre o caso.

Percebe-se nestes cenários de violências e mortes o aparecimento de uma categoria muito comum nos conflitos agrários: o pistoleiro ou, na fala dos moradores, os jagunços. Eram homens contratados pelos fazendeiros, não para garantir a segurança

¹⁰⁸ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaías das, *op. cit.*

¹⁰⁹ Fala de Antonia Gomes de Sousa Moreira, durante a festa de comemoração dos 30 anos da conquista da terra do Assentamento Riachuelo. Em 12 out. 2019.

da propriedade ou a realização de trabalhos agrícolas nesta – suas reais funções, eram fazer ameaças, expulsar as famílias e o assassinato de lideranças.

Contudo, acima de qualquer código, religião ou sentimento, reina na região a ganância da força bruta corrompendo os que podem fazer alguma coisa contra e simplesmente expulsando ou matando aqueles que não conseguiram ou não interessava corromper. Naquelas terras que representavam a esperança de viver para muitos e de enriquecer para poucos, foram sendo cavadas as sepulturas dos que resistiam à lei do mais forte. Aos mortos ou ausentes nada mais resta. Muito menos esperar por uma Reforma Agrária bem mais mexida pela caneta do burocrata que realizada pelo teodolito do agrimensor. E enquanto os burocratas não acionam os topógrafos, um outro profissional ganha destaque na região: o pistoleiro. (Documento “Violência no Campo” da OAB Conselho Federal, 1987, p. 09).

Ainda sobre os pistoleiros:

No princípio, o gatilho da arma do pistoleiro apenas detonava a bala que estava no fim da linha da violência. Era um meio, uma causa, entretanto, do trabalho de garantir ou ampliar os limites das propriedades, os matadores de aluguel passaram a ser contratado para uso generalizado. Enriqueceram resolvendo qualquer questão. Assim, adquiriram importância, sendo os chefes de bando respeitado pelo temor que infundem e pela impunidade que ostentam. O império da violência tornou-se total e as armas de fogo, utensílios do cotidiano. (Documento “Violência no Campo” da OAB Conselho Federal, 1987, p. 09).

Outro destaque nas entrevistas é a controversa atuação da Política Militar contra os trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, pois, quando pensamos no acometimento de violência já nos vem à mente a possibilidade de denúncia ou de, pelo menos, o apelo aos órgãos do Estado responsáveis por garantir nossa segurança e nossa integridade física. No entanto, durante os tensionamentos em São José dos Mouras temos, segundo relatos, uma atuação controversa da Polícia Militar, uma vez que, não só negligenciaram as violências vividas pelas famílias, como foram responsáveis por realizar outras.

Em Moreira et al (2009, p. 25), Chico de Paulo relata:

A Polícia Militar de Lima Campos de vezes em quando estava na área a mandado do fazendeiro. Lembro que no dia 17 de junho de 1986 a Polícia Militar veio conversar comigo e com a Dada, nós percebemos que eles estavam “tramando”, então quando eles vieram de novo no dia 18 para conversar com a gente, nós ficamos escondidos dentro de casa. Quando foi no dia 19 de junho de 1986 eles para ter a desculpa de vir aqui trouxeram um ofício dizendo que o Enoque Romão da

Costa tinha que ir na delegacia de Peritoró, mas nós dissemos que ele não fosse. No outro dia (20/06) lembro como hoje, as duas horas da tarde eles apareceram com a intenção de queimar as casas, vinha duas pessoas na frente, um grupo de jagunços no meio e um grupo da Polícia Militar atrás. Antes deles começarem a queimar as casas houve uma troca de tiros onde no final dele morreu o primeiro jagunço, um senhor de Manoel Linhares, depois disso corremos todos para o mato, homens, mulheres e crianças e no dia 21 de junho de 1986 eles vieram novamente e queimaram as casas com tudo o que eles não puderam roubar.

Durante as filmagens para um documentário realizadas no ano de 1987 no decorrer de uma visita de órgãos e movimentos apoiadores das famílias em situação de conflito (PT, CPT, Cáritas) o repórter, enquanto as cenas mostram uma casa da comunidade totalmente queimada, contextualiza dizendo:

A ação de policiais militares de Lima Campos, dia 21 de junho, aqui no povoado de São José dos Mouras pode ser sentida pela condição que ficou essa casa de um dos moradores aqui do povoado. Ele estocava uma pequena quantidade de arroz, fruto da sua produção e que foi totalmente destruída e carregada pelos policiais militares que estiveram no local. Além do arroz, eles carregaram também criação de porcos, nessa casa, especialmente, levaram quatro discos que a família tinha, quatro discos LP e arrebentaram totalmente todos os utensílios domésticos. [...] (Documentário; O conflito em São José dos Mouras; DVD. 1987).

Em seguida, o mesmo pede uma intervenção de fala do padre Almecy no sentido de elucidar a situação na qual encontra-se a moradia. O padre responde:

[...] Quando a polícia entra na área e faz isso, se passando por Polícia Federal e ainda outros bandidos que acompanham se faz passar, também, por agentes da Polícia Federal amedrontando assim o povo, botando armas na cabeça de senhoras, de crianças e isso aí gera isso que vocês tão vendo aqui, né? Essa miséria, esse caos [...] (Documentário; O conflito em São José dos Mouras; DVD. 1987).

Essa atuação violenta da Polícia Militar dentro de conflitos agrários é muito evidente na década de 1980, não apenas em São José dos Mouras ou na região do Médio Mearim, mas em todo o território da federação em que houvera tensionamentos. Ludwico Goulart da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás, em pronunciamento, expõe:

[...] Para lá desceram 60 policiais, mas o estranho para a gente que acompanhava é que até policial estava pretendente a dono de fazenda. A Polícia Militar foi lá dentro da fazenda e lá pegaram os posseiros. Quiseram limpar as casas deles que estavam fechadas há muitos dias.

Fizeram limpar a terra e se não bastasse isso aí, torturaram e espancaram os posseiros, como nós temos o relatório que mostra o espancamento de mulher, criança de dois anos, velhos de 70 anos. Foi um espancamento e faziam os trabalhadores subir nos paus de cabeça para baixo e faziam os trabalhadores solteiros cantar as mocinhas que estavam ali fazendo mutirão a mando do Governo do Estado.

Se a Polícia foi para lá, deveria apurar e fazer o inquérito na forma da Lei e não prendendo as vítimas que já estavam sofrendo. [...], mas a Polícia foi lá como todo rancor, com toda a raiva, com todo ódio, como se posseiro, o trabalhador rural fosse a fera mais braba deste País. (Fragmento de depoimento de Ludwico Goulart da Silva (Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás), retirado do documento “Violência no Campo” da OAB Conselho Federal, 1987, p. 105).

Enquanto em 1986, a polícia apareceu em 117 ocorrências, em 1987 ela aparece em 179 ocorrências, fazendo-se presente em 156 conflitos de terra, isto é, 26% deles. [...] além de estar indicada como responsável por 14 assassinatos, houve 180 prisões ilegais (62% do total nacional) e praticou, somente no estado do Pará, 66 dos 79 casos de torturas e maus tratos (89% do total nacional) registrados na região. (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL – CPT, 1987, p. 09-10).

Todo o tensionamento, leia-se todas as formas de violência, gera nas famílias o sentimento de medo e insegurança não apenas nas investidas de pistoleiros ou ações policiais, mas no cotidiano das pessoas, sobretudo, quando relatam sobre a trajetória que era necessário realizar para chegar à cidade. Chico de Paulo diz *“aí nós viemos, chinelemos de lá pra cá – a lua clara – isso mais ou menos uma hora da madrugada, aí nós três emparelhado. Isso ninguém não dava um piu, sentindo a dor do chumbo nas costas de lá até...[...]*”¹¹⁰

Eu passei muitos anos andando nessa estrada com minha costa ardendo eu tendo a impressão de sentir um tiro e eu acho que foi muita gente. Tem gente que eu acho que até hoje sente isso quando passa ali no cemitério do jenipapo porque a estrema da nossa terra com a que ficou pro Chico Messias.¹¹¹

Em Figueiredo (2005, p. 110), Teresa lembra um dos episódios em que tiveram que fazer o trajeto. Importante perceber como a memória coletiva foi se constituindo, uma vez que em situações diferentes e pessoas que viveram o conflito de forma diferente o fazem da mesma forma:

¹¹⁰ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

¹¹¹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

[...] viemo que ninguém não sabe nem se vinha pisando no chão, (...) eu não sabia, pra mim que eu sentia a dor dos tiros de noite, passava pelas mangueiras assim escuro, jenipapo, ou na cancela onde era pra eles subirem pra sede deles, eu pra mim nós não chegava em casa vivo [...].

Além disso:

[...] Elas declaram ter passado por muito medo – eram noites e noites sem dormir, as mais velhas adoeciam do que os camponeses no Maranhão denominam queda de nervos e descontrole intestinal. Acreditavam que não podiam dormir, pois se os pistoleiros invadissem o povoado teriam seus filhos mortos, logo teriam que estar preparadas a todo instante para sair correndo com as crianças e se esconderem também. Segundo os relatos muitas carreiras foram dadas com panelas de comida na cabeça (FIGUEIREDO, 2005, p. 109)

3.3.3. Das portas abertas, algumas fechadas: negligência e ajuda no âmbito do conflito.

A Delegacia Sindical de Lima Campos, ligada no período ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pedreiras – MA - não só negligenciou a luta dos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu pelo acesso à terra como, também, contribui com o fazendeiro Chico Messias com declarações públicas de apoio ao mesmo. Da mesma forma a Prefeitura Municipal de Lima Campos na pessoa do prefeito Sr. Sousa¹¹² que, no período, chegou a declarar que “em luta de interior ele não se metia, mas que sabia que o direito de ter as terras era todo do Chico Messias.

Em Moreira et al (2009, p. 25), Dada, liderança da comunidade São José dos Mouras, em depoimento relembra:

O Sindicato de Lima Campos nunca nos ajudou em nada e o presidente do STTR Manoel Raimundo dos Reis Xavier deu até uma entrevista ao jornal “O Imparcial” junto ao Prefeito de Lima Campos da época o Sr. Sousa dizendo que os moradores e as moradoras eram invasores e que a terra era do fazendeiro, pois ele tinha até documento provando isso. Ao perguntarem o que a prefeitura estava fazendo a respeito do conflito o prefeito respondeu que em luta de interior (zona rural) ele não se metia, mas que sabia que o direito de ter as terras era todo do Chico Messias.

¹¹² José de Sousa foi empossado prefeito de Lima Campos – MA em 31 de janeiro de 1983, ficando no cargo até 31 de dezembro de 1988.

Durante os depoimentos as lideranças recordam a ausência de apoio destas instituições. Importante evidenciar a percepção que essas pessoas têm de que, de algum modo, foram negligenciados por aqueles que deveriam defendê-los e apoiá-los.

E na época também teve muita força também do Sindicato de Lima Campos que era a favor do fazendeiro. O presidente do sindicato era o Manoel Xavier. E o prefeito, na época, era o José de Sousa que era a favor também do latifundiário. O sindicato era pra defender a classe trabalhadora, mas na época defendia o fazendeiro porque o Chico Messias tinha dinheiro.¹¹³

Quando começou as primeiras reuniões, as primeiras investidas do fazendeiro a gente recorreu ao Sindicato de Lima Campos e não tivemos apoio, deu foi declaração pro fazendeiro dizendo que a terra era dele e de que nós não produzía nada. Nós recorremos a administração pública, ao prefeito, na época, se não me engano era o Sousa, não deu apoio. Quando o fazendeiro procurava eles davam apoio era pra ele.¹¹⁴

Agora uma coisa que nós não tivemos nesse tempo foi de prefeito, não tivemos ajuda de prefeito não, porque o prefeito de Lima Campos era uma desgraça nesse tempo, não sabe? Aí a gente não pode dizer, eu não digo, eu e nem ninguém diz que nós tivemos ajuda do prefeito porque nós não tivemos. O prefeito era uma lazeira de ruim.¹¹⁵

Buscado para falar sobre o conflito agrário, o delegado sindical da época, Manoel Raimundo dos Reis Xavier diz:

Tivemos conhecimento da luta desde o tempo em que só havia uma delegacia sindical em Lima Campos, esta, ligada ao STTR de Pedreiras e apenas no ano de 1986 foi fundado o STTR no município de Lima Campos, Não ajudamos diretamente e tínhamos conhecimento de que a terra era do fazendeiro e que ele tinha inclusive registro em cartório, fomos ameaçados e interrogados a respeito de nossa participação no conflito e o fazendeiro veio pedir nome e foto de algumas pessoas que estavam marcadas para morrer, mas não demos.¹¹⁶

Com esta negação de apoio institucional do STTR, as famílias, a partir de orientações de outras organizações sindicais do estado, decidiram criar uma delegacia sindical autônoma e local, como mecanismo para dá força, voz e vazão dos acontecimentos na região para o INCRA.

¹¹³ ENTREVISTA. MACHADO, Francisco das Chagas Gomes, *op. cit.*

¹¹⁴ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

¹¹⁵ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

¹¹⁶ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

Com as declarações negativa do sindicato foi preciso a gente fundar uma delegacia sindical pra que a gente levasse o nome da delegacia sindical nas reivindicações pro estado, pro município e tudo, porque a gente tinha que ter um órgão onde nos representasse porque a gente não podia ir todo mundo pra São Luís, então ia alguém que representasse a delegacia sindical que na época era o seu Chico de Paulo. O seu Chico de Paulo foi uma das pessoas que tomou a frente, ele era o delegado sindical e era quem a gente confiava pra nos representar nas instituições lá em São Luís.¹¹⁷

Há, também na memória e na história das famílias e lideranças que lutaram e ainda residem no Assentamento, grupos de apoio que contribuíram com a visibilidade da luta e a oportunidade de continuarem se alimentado em um período de muita pobreza, como a Igreja Católica, através da Paróquia de Lima Campos e da Diocese de Bacabal, a SMDH, a CPT, a Cáritas Brasileira e, inclusive a partidos políticos, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) que apoiaram as famílias.

A partir da vivência comunitária e das entrevistas, evidenciamos três frentes principais de apoio as famílias, sendo elas, a formação social das famílias e lideranças, ou seja, entidades que contribuíam para o entendimento do processo de desapropriação e da importância da organização coletiva, incluindo-se levar os trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu para participarem de congressos, reuniões, seminários; a segunda frente ligada ao apoio com bens de consumo e utilidade, ou seja, alimentação, roupa e remédio; e, a última a frente de apoio com o processo de desapropriação em si, ou seja, órgãos que se dedicaram para acelerar o processo judicial em torno da definição de propriedade do território.

Um das primeiras ajudas e muito presente na memória das lideranças está ligada ao, na época, advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Domingos Dutra, pois a partir de um incidente com o fazendeiro no qual ele esteve presente, fez com que ele tivesse se tornado não apenas defensor, mas também o articulador de outras entidades para apoiar a causa, bem como as mediações entre os trabalhadores rurais e o INCRA.

[...] a sorte da gente foi o Dutra. Veio passar um sábado de aleluia aqui na casa do Herre, comer uma leitoa mais o Herre, que nessa época o Herre morava lá depois da Luciana. Aí na chegada do Dutra, demorou pouco, quando a gente tava lá com as panelas tudo no fogo já querendo

¹¹⁷ *Idem.*

assar a carne, chegou os jagunços procurando o Dutra, aí a gente escoltou [...] o Dutra [...], até Lima Campos. Ele, a Dasdores, o Casal e o no caminho a Dasdores até quebrou o braço. Aí o Dutra fretou um ônibus e levou meio mundo de gente lá pro INCRA pra resolver isso. Foi através disso que [...] se não ainda hoje a gente ia lutando, a gente tinha perdido a questão.¹¹⁸

[...] um belo dia, veio pra nossa região, passar uma semana santa, um advogado chamado Domingos Dutra, de São Luís, ele veio pra cá pro São José passar a semana com a gente porque ele era casado com nossa irmã, com minha irmã, irmã da Dada, com a Neuza. Eles tinham uma filha então eles tinham uma relação de família. Quando ele chegou aqui ele ficou sabendo dessa história aí foi que nós contamos da situação em que estava essa terra, né? Que tava assim, que a gente tava agoniado, que a gente não sabia o que fazia. Resultado: ele trabalhava numa organização chamada Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, ele era advogado dessa organização e ele disse: “gente pois vocês têm que ir em São Luís, vocês têm que fazer denúncia, vocês têm que ir nos jornais denunciar esta invasão, vocês precisam fazer isso”. “Tá bom, nós vamos fazer isso”. Aí com isso ele, Domingos Dutra, ele mobilizou também a Cáritas [Brasileira] [...]¹¹⁹

É marcante o envolvimento da igreja católica em todos os tensionamentos entre trabalhadores rurais e fazendeiros, sobretudo, a partir da CPT e das CEBs.

Essas intervenções da igreja estão notadamente alinhadas com as transformações com as quais ela vivenciou ao longo da história, sobretudo, a partir do avanço da chamada “teologia da libertação”¹²⁰. Com isso surge uma lógica progressista que permitiu ao clero avaliar que, enquanto instituição que presta serviço ao povo, não poderia, nestes casos, ficar contra “o povo”.

Dizem dos sacerdotes adeptos da Igreja progressista que não é possível que no Terceiro Mundo, onde todos os países são subdesenvolvidos, o clero fique distante dos verdadeiros problemas sociais. Partindo desse princípio, cada dia que passa assistimos ao avanço vertiginoso da teologia da libertação, em detrimento da concepção católica tradicionalista que hoje praticamente não existe mais. Quem se dispuser a assistir uma missa não verá mais, durante os sermões, pregações, mas tão-somente considerações de cunho social. (Fragmento de depoimento de Rubens Carlos Neves, retirado do

¹¹⁸ ENTREVISTA. MACHADO, Francisco das Chagas Gomes, *op. cit.*

¹¹⁹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

¹²⁰ A teologia da libertação pretende dar nova interpretação global do Cristianismo; explica o Cristianismo como uma práxis de libertação e pretende constituir-se, ela mesma, um guia para tal práxis. Mas, assim como, segundo essa teologia, toda realidade é política, também a libertação é um conceito político e o guia rumo à libertação deve ser um guia para a ação política. (disponível em: [O que é a Teologia da Libertação? - Prof. Felipe Aquino \(cancaonova.com\)](http://www.cancaonova.com)). Acesso em: 21 dez. 2021)

documento “Violência no Campo” da OAB Conselho Federal, 1987, p. 94)

Conforme dados da CPT do ano de 1987, a igreja cristã esteve presente em um de cada três conflitos ocorridos no campo, fato que demonstra o quanto a teologia da libertação e o princípio progressista, definidos a partir do Concílio Vaticano II, tomou forma e atuação dentro das igrejas, paróquias e comunidades cristãs.

Somando-se as diferentes formas de atuação - notas de apoio, solidariedade, cartas, manifestações públicas, romarias, sepultamentos, missas, cobranças de ação dos poderes públicos, ações na justiça, reuniões, assistência material - pode-se afirmar, a partir da documentação disponível, que as Igrejas Cristãs denunciaram e solidarizaram-se com um em cada três conflitos ocorridos no campo. (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL – CPT, 1987, p. 12)

Por muitas vezes a CPT foi denunciada por fazendeiros como uma entidade responsável pelos tensionamentos ou pelo agravamento desses.

Qual teria sido a razão que motivou esse agravamento das relações rurais, acirrando em contrapartida os ânimos? A resposta não se faz esperar: a Comissão Pastoral da Terra – CPT, órgão que defende a ideologia da Igreja Progressista está por trás de todas essas tragédias. Criou-se nos dias atuais, uma mentalidade lá dentro da Igreja Católica. Entendeu o clero, depois do Concílio Vaticano II, que a missão da Igreja, além de pastoral, deve ser, acima de tudo, uma missão social [...] (Depoimento de Rubens Carlos Neves, retirado do documento “Violência no Campo” da OAB Conselho Federal, 1987, p. 94)

O envolvimento dessas entidades religiosas na discussão sobre Reforma Agrária, na década de 1980, não era bem visto pelos fazendeiros, uma vez que não consideravam que este assunto pudesse ser de jurisdição das mesmas. Demerval Rodrigues, fazendeiro em Araguaína, diz:

[...] Nós dialogamos com o Governo, mas não admitimos que a Igreja e a CPT interfiram na reforma agrária. Qual o direito deles? Por que uma organização sem jurisdição – não sei se o termo é esse – dando corda errada para o Ministério da Reforma Agrária para fazer reforma agrária? (Fragmento de depoimento de Demerval Rodrigues, retirado do documento “Violência no Campo” da OAB Conselho Federal, 1987, p. 89)

Nesse interim, confirmando os dados da CPT, é possível dizer que, conforme as lideranças da comunidade, a igreja católica de Lima Campos foi a única entidade no município que apoiou e esteve do lado das famílias durante o conflito. Padre Almecy, pároco da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Lima Campos) em 1987,

conseguiu, junto com o Bispo de Bacabal – Dom Pascásio, mobilizar a comunidade religiosa da região e até mesmo de outros países em torno do apoio às famílias e fazer articulação entre algumas entidades e a comunidade, já que o acesso se tornara cada dia mais difícil.

Ah, eu ia falar do padre Almecy que foi da igreja de Lima Campos que foi a única entidade, organização de todo o município, de todo o estado, foi quem nos apoiou, foi a igreja católica, a católica apostólica romana. Aí o padre Almecy que era o pároco da época começou a denunciar também, começou a falar pra outras igrejas, nos encontros que ele ia, da situação que tava aqui a nossa região, o Médio Mearim. E aí vinha celebrar missa, aí foi constituída a comunidade (*católica*).¹²¹

Tinha recorda do apoio da igreja ao passo que evidencia em sua fala o estado de miséria que as famílias viviam em decorrência do conflito agrário.

[...] aí daqui a pouco começou chegar as ajudas de alimentação, de roupa, de rede, lençol porque a gente ficou foi quase nu, de sandália, de sapato, dessas coisas que gente não tinha era nada, nada, nada, a gente já tava era passando fome. Veio ajuda pra nós até da Alemanha, a igreja conseguiu mobilizar roupa, calçado, rede, lençol porque a gente ficou na mais extrema miséria nessa época, mas sem desanimar.¹²²

No vídeo produzido durante uma visita em julho de 1987, padre Almecy é questionado sobre os comentários de que a igreja católica era a grande incentivadora do conflito, o padre respondeu:

“Olha, eu acho que a igreja não incentiva ninguém a invadir propriedades alheias, eu acho que a igreja está do lado do pobre, do marginalizado, do oprimido e eu acho que a igreja de Jesus Cristo não pode nunca deixar de lado esse povo oprimido e sofrido, ela tem que está do lado apoiando, levando a essas pessoas essa mensagem evangélica, essa força, essa vitalidade do evangelho que exatamente dá forças para que essas pessoas resistam tudo isso com coragem e com muita esperança” (Documentário; O conflito em São José dos Mouras; DVD. 1987).

¹²¹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

¹²² *Idem.*

3.3.4. Os ritos legais do processo de desapropriação da terra.

É sabido que o processo de desapropriação além de ser um caminho de conflitos e violências é uma trajetória jurídica que inclui o rito legal. Portanto, torna-se necessário citar os meios jurídicos pelos quais o processo foi encaminhado.

Após o levantamento situacional da terra e o levantamento socioeconômico das famílias, realizado pelo INCRA no ano de 1985, há uma constatação de que as famílias eram detentoras do direito de propriedade e com isso o órgão dá entrada, junto ao Governo Federal, no processo de desapropriação em abril daquele mesmo ano.

De abril de 1985 até abril de 1987 não há nenhuma movimentação legal expressiva em se tratando do processo iniciado pelo INCRA, contudo, em abril de 1987 há uma movimentação interna dos trabalhadores e quebradeiras de coco babaçu no sentido de tentar pressionar os órgãos do governo a darem celeridade ao processo. Assim, com apoio da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, um número considerável de pessoas da área em questão viajou para São Luís, Maranhão, para uma agenda de ocupações de prédios públicos, afim de pressionar junto aos poderes estatais constituídos celeridade nos processos.

No dia 19 de abril de 1987 a ocupação ocorreu na sede do INCRA, no dia 20 na sede do governo do estado, situação na qual, o então governador, Eptácio Cafeteira se comprometeu em levar pessoalmente o decreto de desapropriação para o presidente da república José Sarney.

A primeira vitória legal dos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu ocorreu no dia 21 de maio de 1987 com a publicação do Decreto nº 94.358¹²³ (anexo A), cujo teor tratava em declarar de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural em questão. Porém, em junho de 1987, o fazendeiro Chico Messias e a Agropecuária Riachuelo Ltda. tornam-se impetrantes em um mandado de segurança (nº 20.724), junto ao STF com a tentativa de anular o que antes fora decretado.

¹²³ Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Gleba Riachuelo" situado no Município de Lima Campos, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências. (BRASIL, 1987).

No mandado de segurança, Chico Messias inclui no seu pedido de anulação do decreto algumas fundamentações, sendo: a de ter adquirido o imóvel ainda no ano de 1965; a de que ainda em 1967 começaram a ser construídas benfeitorias, incluindo, 80 km de cerca, 04 açudes, pasto, 1.400 cabeças de gado e 01 casa de fazenda; a de não haver provas da vigência da desapropriação, uma vez que não havia conflito social na área, até porque, segundo ele, a empresa propôs doar 500 há de terras para abrigar as poucas famílias que existiam no local; a do imóvel está cadastrado em seu nome; a do decreto ser uma afronta ao art. 8º do Código Florestal, entre outras.

Enquanto o mandado de segurança transcorria junto ao poder judiciário brasileiro, as lideranças comunitárias se ocupavam em juntar e organizar provas que oficialmente comprovassem que as alegações de Chico Messias eram falsas, sobretudo, aquela que afirmava que só haviam chegado moradores à área já na década de 1980.

[...] eles tinham entrado com uma liminar no Supremo Tribunal Federal com mentira e aí eu corri atrás de documentos e consegui pegar 65 documentos de pessoas, inclusive da velha Isabel que nasceu em 1888, em julho, que eles diziam que o povoado era só de cinco anos pra cá e eu comprovei com documentos e eu entrei com o processo lá em Brasília, aí nós levamos a documentação todinha e xerocamos e entregamos lá. Levei os originais e entreguei a xerox, aí trouxe e entreguei de novo.¹²⁴

O julgamento do mandado de segurança ocorreu em Brasília no dia 12 de novembro de 1987, data em que a vitória em favor das famílias fora definitiva, pois o mandado foi indeferido por unanimidade, mantendo a decisão da desapropriação da terra. Na ocasião estavam presentes o impetrante Chico Messias e 04 representantes das famílias de São José dos Mouras. O relator do processo fora o Sr. Ministro Carlos Madeira, que, além do voto favorável ao indeferimento do mandado de segurança, desmentiu o fazendeiro de suas alegações, disse:

Até então, São José dos Mouras se caracterizava como um típico lugarejo do interior nordestino, com seus habitantes secularmente dedicados a atividades rurais, na forma humilde e pacífica que lhes é peculiar. A rudimentar manifestação do direito de propriedade traduzia-se pela conhecida e tradicional observância aos "limites de respeito". A existência de pretensos donos da região, com seus papéis tão duvidosos quanto os do famoso 'grilo da fazenda Pindaré', nunca perturbou a paz da região, pois as terras foram sempre livres. Apesar da possível antiguidade de seus documentos, esses senhores nunca por

¹²⁴ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

lá apareceram. Daí a tranqüila permanência, por mais de 150 anos, dessa gente - exemplo da formação étnica cultural nordestina. (BRASIL, Supremo Tribunal Federal (Plenário). 12 de novembro de 1987)

Aponta ainda para o que chama de “guerra contra a população de São José dos Mouras”:

A vergonhosa oposição à ocupação iniciou-se em 1985, em decorrência do amplo debate desencadeado nacionalmente em prol da melhoria da estrutura fundiária nacional. Dizem os proponentes da medida, no item 1.5 da inicial: 'A empresa foi constituída face às constantes mudanças no sistema brasileiro, especificamente no setor agroindustrial, que inibiram a iniciativa em nome próprio, como era comum no Norte e Nordeste do país.' Assim, imbuído dessa fantasia, o titular da empresa e ora segundo proponente desencadeou uma verdadeira guerra contra a população de São José dos Mouras, cujos efeitos estão enfatizados nos documentos ora juntados (documento 6). Casas e benfeitorias foram destruídas sob um rastro de espancamentos, torturas, sequestros e tentativas de homicídio. Ao mesmo tempo, da noite para o dia, começaram os investimentos na área [...] (BRASIL, Supremo Tribunal Federal (Plenário). 12 de novembro de 1987)

E, como mencionado outrora pelos moradores da comunidade, afirma a inexistência de criação bovina de propriedade do fazendeiro ou de sua empresa Agropecuária Riachuelo Ltda.

Mesmo diante de tão claras evidências, o pretense dono das terras onde o povoamento tem bases não se conformou com a declaração do interesse social, e vem provocando todo o tensionamento antes noticiado (documento 6). E se existe algum gado sobre as terras, não é de sua propriedade, porquanto só traz números sem nada provar: nos órgãos sanitários inexistem registros de vacinação, bem como ele nada junta para fundamentar suas meras alegações. Ora, se tais assertivas prosperassem, igual valor jurídico teriam as notícias de que o gado encontrado na área foi-lhe emprestado por outros proprietários. (BRASIL, Supremo Tribunal Federal (Plenário). 12 de novembro de 1987)

Para finalizar este capítulo apresento o quadro cronológico dos principais acontecimentos durante os anos de 1985 a 1987. Acredito que, além de elucidar ainda mais a trajetória de luta e resistência das famílias, pode-se tê-lo como uma ferramenta de apresentação rápida do conflito, processo de desapropriação e conquista da propriedade.

QUADRO CRONOLÓGICO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DURANTE OS ANOS DE 1985 A 1987 NO ASSENTAMENTO RIACHUELO		
ANO	DIA/MÊS	ACONTECIMENTO
1985	**s.d./abr	INCRA realiza levantamento situacional da terra e o levantamento socioeconômico das famílias residentes na área.
1985	s.d./abr	INCRA inicia o processo de desapropriação por interesse social junto ao governo federal.
1985	s.d./abr	Chico Messias proíbe as famílias de colocarem roça ou realizar atividades agrícolas de produção.
1985	s.d./abr	Chico Messias realiza reunião com as famílias e informa que a partir daquele dia não queria mais nenhuma família morando na área.
1985	s.d./abr	58 famílias mantem-se na área e resistem às tentativas de expulsão do Chico Messias, inclusive recusando o pagamento de 200 cruzeiros.
1985	s.d./abr	Famílias recorrem a entidades de apoio e ao INCRA, para que pudessem ter uma área para fazer roça.
1985	s.d./abr	INCRA delimita área de 100 hectares de terra para as famílias fazerem roça enquanto o processo de desapropriação tramitava.
ANO	DIA/MÊS	ACONTECIMENTO
1986	s.d./mar	Lideranças participam de Seminário da SMDH em São Luís – MA.
1986	s.d./mar	Lideranças participam da Assembleia da FETAEMA em São Luís – MA.
1986	s.d./abr	Chico Messias realiza cercamento na propriedade, incluindo a construção de cercas de arame farpado na frente das casas dos moradores.
1986	s.d./abr	Famílias se organizam e derrubam a cerca da frente de suas casas.
1986	s.d./abr	Antônio Arculano de Sousa (Antônio Pulucaro), foi preso pela Polícia Militar acusado de destruição dos bens (cerca) do Chico Messias.
1986	20/jun	Manoel Linhares (pistoleiro) é morto a tiros durante tentativa de intimidação das famílias e destruição de bens dos moradores.
1986	21/jun	Pistoleiros saqueiam arroz, milho, utensílios e objetos das famílias e ateam fogo em várias casas do povoado.
1986	s.d./jul	Lideranças participam de congresso da CUT no Rio de Janeiro – RJ.
ANO	DIA/MÊS	ACONTECIMENTO
1987	12/jan	Hilário é levado coercitivamente pela PM à delegacia de Lima Campos – MA para prestar depoimento e listar nomes de lideranças no conflito.
1987	19/abr	Famílias realizam ocupação na sede do INCRA em São Luís – MA.
1987	20/abr	Famílias realizam ocupação na sede do Governo em São Luís – MA.
1987	s.d./abr	Pistoleiros impedem o Padre Almecy de realizar a Santa Missa no povoado.
1987	s.d./abr	Pistoleiros atentam contra a vida do advogado da SMDH, Domingos Dutra.
1987	s.d./abr	Pistoleiros ateam fogo no barracão das famílias.
1987	20/mai	Presidente José Sarney assina o decreto de desapropriação da terra.
1987	21/mai	Decreto de desapropriação é publicado no Diário Oficial da União.
1987	s.d./jun	Chico Messias e Agropecuária Riachuelo Ltda. entram com um Mandado de Segurança ao STJ pedindo anulação do decreto de desapropriação.
1987	s.d./jun	Entidades de apoio, agentes da Polícia Federal e INCRA realizam visita na área de litígio. Gravação do “documentário” sobre o conflito.
1987	s.d./jul	Documentação das famílias são levadas à Brasília – DF para contraprova às alegações de Chico Messias contidas no Mandado de Segurança.
1987	10/out	Elizeu Paraibano, Francisco Pinheiro e Manoel Filho (pistoleiros) são mortos a tiros durante confronto com os trabalhadores rurais.
1987	12/nov	Lideranças do povoado participam da sessão no Supremo Tribunal Federal em Brasília - DF para julgamento do Mandado de Segurança.
1987	12/nov	Mandado de Segurança é indeferido por unanimidade no Supremo Tribunal Federal, dando posse definitiva da terra às famílias.

Fonte: elaborado pelo autor.

**s.d. é usado no quadro para informar que não houve (durante a pesquisa) delimitação do dia.

É imprescindível falar das emoções geradas durante a escrita deste capítulo. A história de vida das mulheres e homens, contadas sob o viés da metodologia da história oral, me permitiu uma aproximação não apenas da memória ou da vivência dessas famílias, mas a possibilidade de sentir, de alguma forma, as dores dessas mulheres e homens, talvez por me sentir parte dessa história.

No próximo capítulo, após investigar as formas de participação da mulher no contexto do conflito agrário do Assentamento Riachuelo, analisaremos as diversas nuances das atuações das mulheres quebradeiras de coco para a consolidação da desapropriação do território, bem como as múltiplas funções desempenhadas em prol da conquista da terra.

4. AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO DO CONFLITO AGRÁRIO DO ASSENTAMENTO RIACHUELO

A fundamentação deste capítulo reflete a importância da participação de mulheres no âmbito de um conflito agrário, nos aspectos da relação de gênero, de poder e de identidade. A pergunta que me faço como homem e pesquisador é que lugar de fala ocupo para debater um tema que tem custado caro aos pesquisadores/as da área que desafiam o pensamento conservador sobre produção do conhecimento e insistem em fazer investigações sobre o tema. Há em mim, como neto, filho, sobrinho, mas especialmente como pesquisador, um desejo pujante não apenas de evidenciar a participação dessas mulheres no processo de apropriação do território, mas contribuir para que ocupem lugar de destaque nesse processo de lutas, resistências, mobilizações e conquistas.

Figueiredo (2005, p. 96) denomina esta postura, de estar sensível ao sentimento e vivência das pessoas entrevistadas, sob a lógica de que, com a devida cumplicidade, pudesse dá sentido a partilha dos acontecimentos e memórias de vida e não apenas detalhar situações.

Em nosso papel de pesquisadores, é preciso nos permitir ser vistos pelos informantes da pesquisa como pessoas sensíveis ao que o outro sente e vive, pois só estabelecendo laços de cumplicidade com ele obteremos as informações que melhor se aproximam de sua vida cotidiana.

No âmbito da construção deste trabalho, desde a idealização do projeto de pesquisa, existiram sempre dois questionamentos (problemas) evidentes e que ocupavam um lugar central em minha proposição de tema: de que forma as relações de gênero, poder e identidade se manifestam durante o conflito agrário do Projeto de Assentamento Riachuelo?; e, porque as mulheres, mesmo assumindo papéis de liderança, dona de casa e extrativista do babaçu não foram/são reconhecidas do ponto de vista dos registros históricos?

Minha hipótese é a de que elas acreditaram na luta “pela vida” e pela liberdade. Ouvir relatos sobre as mulheres se posicionando a frente e se engajando na luta pela terra em muito lembra as práticas sociais, historicamente vinculadas a mulheres, de manter a família unida, de buscar a felicidade, de pensar nas trajetórias de vida dos filhos. A este respeito Toinha relembra:

[...] a mulher sempre foi mais preocupada com o bem estar da família e eu acho que foi isso que motivou as mulheres tomarem a frente e irem. Talvez pelos homens tinha se acomodado, tinha ido embora ou ainda hoje tava brigando, não tinham saído. Mas aí a gente não, nós mulheres sempre nos preocupamos com o melhor pro nosso filho, pra nossa casa, pra nós ter nosso sossego. Eu acho que foi isso, essa consciência, essa coisa nata da mulher, do cuidar, de ser a protetora, de proteger o filho, de proteger a casa, de ser quem cuida da galinha, de ser quem cuida do cachorro, quem cuida do bicho e homem é só pra fora, é só pra rua, vai pra roça quando chega se banha, vai jogar baralho, vai jogar sinuca, vai beber cachaça e a gente tá cuidando, a gente tá buscando.¹²⁵

Este comportamento revela que as mulheres não estão presas ao ambiente da casa, mas apropriam-se deste espaço como seu, para garantir a sobrevivência da família a qual gerou.

Sobre a relação entre o engajamento na luta e as aproximações com o sentimento “materno” ou de proteção à família, Toinha lembra da fala de uma companheira de luta:

[...] A Tereza também foi uma outra liderança que eu considero até hoje porque era uma mulher corajosa e ela foi umas das que disse: “eu tenho é nove filho pra criar, meus filhos todos nasceram e se criaram aqui, eu não posso sair daqui, pois eu vou lutar até morrer”. Ela dizia assim: “eu vou lutar até morrer, porque eu com essa reca de filho não tenho pra onde ir” e aí era corajosa. [...] ¹²⁶

A área de babaçu disponível na região, também, é elemento motivador para o engajamento das mulheres, visto que as atividades do extrativismo do babaçu eram desempenhadas majoritariamente por mulheres, tendo impacto direto na renda das famílias. Defender a floresta de babaçu era ter as garantias de vida. “[...] *mas é justamente isso que é a origem do conflito era a defesa do babaçual que era a sobrevivência das pessoas, que era o meio de capitar algum dinheiro [...]*”.¹²⁷ A participação em movimentos, a educação popular é outro elemento que se soma, não apenas para a conquista da desapropriação da terra, mas para que as mulheres alargassem o olhar para outras dimensões do conflito.

[...] Parece que foi o sofrimento, a dor que a gente passou e também a participação, as idas e vindas pra um encontro, pra um seminário, pra uma oficina, pra um congresso aí quem foi, foi se capacitando, foi

¹²⁵ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

¹²⁶ *Idem.*

¹²⁷ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

abrindo a mente, eu digo isso na pessoa da Dada, da Tereza, da cumade Mariana e aí eu lembro que a Dada dizia assim: “Toinha mermã, mermã a gente precisa reagir, Toinha a gente não pode se acomodar, a gente precisa ir pra luta também, a gente tá conquistando essa terra”.¹²⁸

Além disso, Francisca Rodrigues dos Santos (Chica Lera), liderança e quebradeira de coco babaçu do estado do Piauí, evidencia:

Dentro do movimento eu aprendi tudo isso. Aprendi que eu não tenho só o dever de estar em casa cuidando do marido e dos filhos, lavando prato e panela, lavando a roupa dos filhos. Eu tenho direito de estar lá fora, ajudando nas outras coisas necessárias. Eu não tenho direito de estar só enfiada naquilo ali, não. Eu não posso ir para acolá, porque eu preciso fazer comida para meus filhos? Ele se vira! Tudo isso eu digo para vocês, tudo isso eu digo que aprendi dentro do movimento. (SANTOS, 2019, p. 37)

Essa nova possibilidade de observar o mundo a partir de novos elementos implica na maneira como passam a se portar em questões sociais, políticas, econômicas ou culturais, e, também na própria maneira como passam a perceber-se no mundo, sobretudo, enquanto mulheres. Em depoimento a Figueiredo (2005, p. 92), Dada rememora esse despertar das mulheres, atribuindo as possibilidades de participação e, mesmo a sua percepção enquanto mulher, ao que vivenciou a partir do tensionamento em São José dos Mouras, diz:

Bom, é, é, essa experiência enquanto mulher, eu nem sei, eu nunca me ative muito pra tá pensando como mulher mas eu sempre acho que, enquanto mulher a gente tem sempre algumas dificuldade é, é, mas aí a gente as vezes deixa passar meio que despercebido, é, mas uma das coisa boa que eu acho da minha participação inicia pelo conflito né, às vezes eu digo até em 1985 eu era uma outra pessoa, eu acho que eu era do sexo feminino, mas eu não era mulher, sabe. [...] essa liberdade que eu tenho de expor alguma coisa que eu não gosto, mesmo dentro da minha casa. Sabe? Eu acho que isso foi, é uma coisa muito boa, é um saldo positivo que eu tenho desde o conflito [...]. (FIGUEIREDO, 2005, p. 92)

Considerando esses elementos é que sentimos a necessidade de aprofundarmos o tema da participação das mulheres a partir do debate sobre gênero, participação e identidade, que seguem.

¹²⁸ *Idem.*

4.1. Tecendo aproximações entre gênero, participação e identidade com a história das mulheres quebradeiras de coco babaçu de São José dos Mouras.

Vimos, no interim da discussão em torno da participação das mulheres no conflito agrário, a necessidade de contextualizar conceitos que fundamentam nossa análise, sem os quais incorreríamos sobre o risco de trafegar por caminhos tortuosos.

São eles: a **participação**, uma vez que transitamos pela observação da maneira como as pessoas, sobretudo, as mulheres atuaram, ou seja, participaram da luta pela conquista da terra; **gênero e poder**, pois não há possibilidades de analisar as formas de participação das mulheres, dentro de um contexto de conflito agrário, na década de 1980, sem que haja uma nuance da observação dos valores sociais atribuídos a estas; e a **identidade**, pelo viés de estarmos trabalhando com o universo de memórias individuais e coletivas de um grupo de mulheres que denominam-se não apenas sob a lógica do gênero (mulher), mas por identidades construídas de maneira coletiva: *quebradeiras de coco babaçu*.

Para melhor problematizar a participação das mulheres no conflito agrário sob a ótica de gênero foi necessário compreender que.

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. (SCOTT, 1995, p. 72).

Para Carvalho (2017, p. 15) “discorrer sobre o gênero, não é apenas tratar de macho e fêmea, mas do masculino e do feminino, em sua dinâmica de masculinidade e feminilidade”.

Assim,

A ideia de gênero é uma construção sócio histórica, político-cultural, que se referem as disputas materiais e simbólicas que se convergem em definições de identidades, papéis e funções sociais, hierarquicamente distribuídos em recursos e poder, definindo, assim, o que é e o que não é em relação ao ser homem e ao ser mulher nas sociedades ao longo do tempo. (CARVALHO, 2017, p. 15)

Carvalho (2017, p. 16), usando uma afirmação Butler evidencia que “[...] o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto ao sexo”.

Para Scott (1995, p. 86) “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Ainda segundo essa autora,

Alguns(mas) pesquisadores(as), notadamente antropólogos(as), reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando seu olhar sobre o universo doméstico e a família como fundamento da organização social). Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero). Não tem muito sentido limitar essas instituições a sua utilidade funcional para os sistemas de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre homens e mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco baseados nas trocas de mulheres. O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco. (SCOTT, 1995, p. 87).

Nesse sentido a categoria gênero traduz o vivido por mulheres, a exemplo daquelas que estiveram à frente do conflito agrário no Assentamento Riachuelo, por nos permitir perceber-las engajadas, não apenas na dinâmica da casa (espaço privado de trabalhos domésticos não reconhecidos), mas visibilizarmos o percurso de ruptura com as fronteiras para ocupar os espaços públicos de poder. A participação das mulheres na igreja, nas Associações, Sindicatos e na organização do MIQCB foi conquista, como expressa DEMO (2001), não podendo, nesse sentido ser considerada dádiva, concessão ou coisa preexistente.

Participação é uma conquista, um produto sócio-histórico-cultural que se realiza de forma dinâmica e processual ao longo das lutas sociais, no contexto da democratização da sociedade brasileira. Segundo Demo (2001), a participação não pode ser entendida como *dádiva*, pois não resultaria da conquista, mas da tutela, em que o dirigente delimita o espaço concedido e permitido. Não pode ser entendida como *concessão*, pois sendo um dos eixos elementares da política social não pode ser secundarizada, nem tampouco desconsiderado seu caráter de conquista. Também não pode ser entendida como coisa *preexistente*, pois a construção de um ambiente participativo não é uma concessão divina, coisa predestinada, mas decorre de um processo histórico que se delinea em lugares e tempos diferentes. (MORAIS, 2011, n.p.).

Participar, no conflito armado era imperativo, dada a única possibilidade de permanecer na terra e garantir a sobrevivência da família. A participação foi ato de coragem e força, pois quando lhes faltava tudo se dispuseram a lutar. Ainda que as demandas intrafamiliares fossem imperativas.

Dada, em Figueiredo (2005, p. 108), relembra esse aspecto da participação nas reuniões em São Luís, inclusive sob o aspecto do que chama de “missão”:

[...] eu não sei o que era aquilo, acho que era uma missão nossa, porque não é que nós não tivesse o que fazer, nós tínhamos o que fazer, a Aline era pequena, a Aline tinha entre sete e oito anos. Aline começou a fazer todo trabalho de casa nessa época ela foi minha escrava, é sabe de assumir toda a minha responsabilidade de cuidar, de varrer casa, de cozinhar, é, de arrumar tudo, de pisar arroz, de botar água, é, o trabalho que eu fazia era a Aline que fazia nessa idade e da comadre Teresa era a Aldeni, é que era mais ou menos a idade bem aproximada da Aline, (...) eu lembro que uma vez é, chegaram e disseram “Teresa, tem que ir pra São Luís” ela tava com a bacia, eu tava com uma bacia de roupa que eu já ia pro poço lavar, eu corri na casa da comadre Teresa, ela “comadre Dada eu vou lavar roupa” eu digo “a minha bacia de roupa também tá lá mais eu vou deixar, Aline vai lavar”, ela “então nós vamos”, então a gente viajava muito.

Ao ocupar lugares de liderança, tendo que estar presente nos espaços de negociação de desapropriação da terra, submetia as mulheres a outros dilemas relacionados ao papel social de cuidados com a casa. Dada, no período do conflito, estava casada com Herre, tinham 2 filhos (Aline e Marcos). Mesmo Aline sendo a mais nova, o marido e o filho, do sexo masculino, não poderiam ser responsabilizados pelas atividades domésticas, pois estava definido socialmente que a eles caberia o trabalho na lavoura ou quaisquer outras atividades que não fossem de cunho privado (na casa), já para a filha, mesmo pequena – oito anos de idade, cabia-lhe cuidar de si, do irmão mais velho e do pai, em algumas situações, por mais de 15 dias seguidos.

Nessa direção Toinha recorda uma situação recorrente com as mulheres lideranças:

[...] porque era assim: ele ia, pra mim ir eu tinha que arrumar quem ficasse com os filhos ou se eu quisesse ir, mesmo ele ficando em casa, mas eu tinha que deixar os filhos com alguém porque não era responsabilidade dele filho. Gente quando eu me lembro que eu vivi

isto, eu fico imaginando: meu Deus eu era doída, eu era cega, surda, muda. [...].¹²⁹

Em sentido complementar, o ideário de participação das mulheres não representa apenas uma reação simples ou obrigatoriedade imposta, mas algo complexo, cheio de sentidos, saberes e fazeres que perpassam pela esperança da transformação da realidade vivida. Sendo assim, deixar, de alguma forma, ainda que por uns dias, de participar da vida doméstica e engajar-se na vida pública da comunidade não foi resultado do percurso, mas uma conquista daquelas que se dispunham a vivenciar de frente o conflito pela posse da terra.

Para Demo (2001) a participação reduz as desigualdades, o que se pode perceber em variados aspectos da vida social, política e cultural de São José dos Mouras, não apenas pela apropriação legal do território, mas pelas conquistas, sobretudo, das mulheres neste processo.

[...] a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos. Não há por que enfeitar ou banalizar este processo, ainda que não deva em si ser necessariamente violento. Todavia, nos casos de desigualdade extrema, dificilmente se escapará da violência, mesmo porque já está instalada no cerne do processo. (DEMO, 2001, p. 23).

Para as mulheres do Assentamento, participar não era apenas arriscado, participar era romper com o paradigma de dominação masculina, os estereótipos de gênero, uma vez que *“naquele momento a gente achava que nosso papel, era de tá na cozinha, era de criar filho, era de obedecer marido, só ir pra algum lugar se o marido deixasse ou se ele fosse junto”*.¹³⁰

[...] por tendência histórica, primeiro encontramos a dominação, e depois, se conquistada, a participação. Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade. (DEMO, 2001, p. 19).

Mundico Moita e Toinha falam do desafio da participação das mulheres, pois, segundo suas falas, os maridos daquelas mulheres que saíam da comunidade para São

¹²⁹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

¹³⁰ *Idem.*

Luís, Brasília ou outras cidades a fim de reivindicarem ou denunciarem alguns atos de violência, ficavam incomodados com a situação, por isso, as mulheres enfrentavam muitas barreiras.

Ô meu filho, enfrentaram muitas barreiras, eram mal faladas, era mulher vagabunda, não tem o que fazer. As próprias mulheres, tinham muitas que diziam isso. “A parece que não cuida da família, só vive pelo mundo”. Os maridos brigavam, algumas mulheres nessa luta, nessa confusão toda se separou, outras viviam em conflito com a família, outras eram mal vistas pela comunidade. Ave Maria, as mulheres pra se empoderar, pra se capacitar, pra se formar eram vistas, as mulheres que saíam com esse papel de formação de capacitação eram vistas como chifreiras¹³¹, que saíam era trás de macho, era pra namorar, é por isso por aquilo, mil coisa precisava tu ver, na época era horrível. Enfrentamos muita barreira meu irmão.¹³²

[...] A mulher passava 4 dias no mundo, quando chegava em casa o homem passava 5 com a cara ruim, torcido pra acolá. Isso era a dificuldade que elas achavam, né? “Ah, porque minha mulher não vai sair” e se a mulher saísse quando chegava em casa o homem parecia a cara dum bicho, porque acho que não confiava, acho não, tenho certeza, porque se a minha mulher sair de casa e quando ela chegar eu tô com a cara torcida é porque eu tô desconfiando alguma coisa dela, eu não tava confiando nela, né? Isso acontecia com os outros, acontecia comigo, porque a minha mulher foi muito de luta, mas quando ela saía e passava 4, 5 dias, 8 dias fora de casa eu tava com a cara que parecia a cara dum bicho. Eu assumo, eu começo por mim.¹³³

Sobre isso, Filó, falando da companheira de luta, Dada, enfatiza: “enfrentou muita barreira, muita vez até briga em casa com o marido. Tinha vez que ela saía e ele ficava com a carona e quando chegava a carona tava do mesmo jeito, mas ela não tava nem aí, ela passava por cima de tudo e ia mermo”.¹³⁴

Muito profundo a ideia de “não tava nem aí” e mais ainda a concepção de que “passava por cima de tudo e ia mesmo”, pois revela parte de um segundo conflito dentro de uma relação já tensionada pela questão agrária, ou seja, temos as mulheres se colocando de frente nas investidas dos jagunços e pistoleiros, sofrendo violências até mesmo físicas e sexuais ao passo que essas mesmas mulheres encaram um conflito intrafamiliar, baseado, sobretudo, pela lógica de dominação masculina que não

¹³¹ Termo utilizado na comunidade para definir uma mulher que pratica adultério.

¹³² ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

¹³³ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

¹³⁴ ENTREVISTA. BRANDÃO, Filomena, *op. cit.*

permitia, naquela conjuntura, que as mulheres tivessem ou manifestassem “poder” em detrimento dos maridos.

Rocha (2020), entretanto, traz uma questão muito pertinente para análise situacional das atitudes dos maridos e que corrobora para a verificação da desigualdade de gênero. Pois, os homens ao “deixarem” a mulher sair do espaço doméstico era visto de forma negativa pelos outros membros do grupo, inclusive por outras mulheres. Havia, nessa “autorização,” da saída das mulheres, uma taxaço negativa do homem, por ser governado pelas mulheres e isso, até certo ponto, era visto como sinal de fraqueza.

[...] não existia direitos iguais, por mais que fosse de acordo um com outro, mas existia um domínio do homem e quando, por exemplo, a Dada, uma Tereza que se envolvia na luta, os homens eram taxados que não eram homem, que as mulher era quem tomava de conta, então, por quê?¹³⁵

Essa relação de controle, pautada, sobretudo, pelas crenças coletivas ou pelas tradições comunitárias vigentes naquele período é parte integrante da análise de gênero até aqui posta. Costa (2008) a esse respeito afirma que historicamente:

[...] a sociedade através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constrói mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação (COSTA, 2008, p. 34).

Carvalho (2017) não apenas discute a dicotomia antropológica construída em torno do lugar de gênero, mas denuncia a supervalorização estabelecida nesta dicotomia.

As sociedades, conservadoras em suas estruturas, há séculos determinou o lugar do gênero humano em uma dicotomia antropológica: gênero masculino e gênero feminino. Essa bipolarização dos gêneros repercutiu em todas as esferas da vida social. Separou-se o inseparável, o gênero humano. A ideia da dicotomia não é neutra. O problema não reside em ser binário, mas na supervalorização estabelecida na dicotomia, onde um torna-se privilegiado e o outro, sua contrapartida negativa, criada a partir de um limite em torno de si próprio, que afasta o outro, que lhe será sempre subordinado, negado, ausente e privado de sua primariedade. (PASSOS, 2012). Homens de um lado, mulheres de outro. Antes

¹³⁵ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

justapostos, agora separados. Segregaram a comunidade humana, impondo rígidos comportamentos, intransponíveis, principalmente, às mulheres, deixando-as à margem do processo de participação e conquistas da sociedade dominada por homens. (CARVALHO, 2017, p. 14).

Além disso, o autor relata sobre as consequências da dicotomia:

A separação dos gêneros trouxe consequências terríveis à mulher: marginalização, discriminação, ódio, intolerância, maus tratos, submissão, dor e morte. O homem, no ideário conservador, se apresenta com características típicas do sexo masculino: poderoso, forte, insensível, viril, visceral. A mulher frágil, meiga, dependente, recatada, submissa, dócil e mais sentimental. (CARVALHO, 2017, p. 14).

A relação de domínio construído a partir dessa perspectiva do lugar de gênero é, sem dúvida, o calcanhar de Aquiles no bojo da discussão sobre poder numa época em que as mulheres eram consideradas fracas. Moreira lembra que:

[...] meu filho, naquela época a gente era muito submissa, a gente não tinha noção dos direitos, dessa discussão de gênero, de igualdade de direito, de respeito as diferenças, que mulher é diferente de homem, então a diferença na família era de que mulher **era fraca**, mulher era chorona, mulher era faladeira. Tinha coisas que os homens queriam fazer, algumas reuniões que proibia as mulheres de participar. “Não a gente vai conversar aqui é um assunto sigiloso que as mulheres não podem ouvir” porque a gente tinha fama até de fofoqueira e aí a gente saía assim tão desgostosa. [...].¹³⁶

No entanto, no período do conflito as mulheres não só evidenciaram um sentimento de força e resistência, como destacaram-se pela capacidade de manter-se em silêncio e salvar a vida de filhos, companheiros e familiares que estavam nos esconderijos e/ou foragidos dos jagunços.

Sobre isso, Chico de Paulo e Chaga Machado falam:

[...] nós tivemos a participação das mulher. Da Teresa e a Dada no movimento de vai e volta, de denúncia e tudo em quanto, atuaram na caminhada interno e externo, mas aí nós tivemos a participação das outra mulher no interno que ficavam em casa na hora de receber opressão da polícia, dos bandido dizer que nós era vagabundo, que elas tinham que dá conta de nós, então, elas resistiram, essa participação foi **forte** delas, inclusive da mulheres minha ali, quando já foi pro final do conflito e da cumade Raimunda e Filó, e Eurides que era mãe da

¹³⁶ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

Filó, enfim. As outras também, tudo foi. A contribuição delas foi no de **se manter sem informar** o que a gente tava tramando, né? [...] ¹³⁷

Rapaz, as mulheres lutaram muito mais, teve muito mais serventia nessa luta de que os homens, porque os homens corria, ia pros matos. Ficavam as mulheres, as mulheres era que **reagiam** com os jagunços, com polícia falsa, né? Com gerente. Não tinha disso não, as mulher **enfrentavam** mesmo, **discutiam com eles**, diziam: “não, ninguém sabe de ninguém e não sei o quê e nós não sai daqui agora não”. ¹³⁸

A ênfase (negrito) em algumas palavras nos dois depoimentos é para destacar a contradição daquilo que era dado socialmente, naquela conjuntura, como verdade, antagonizando ao que se evidenciou durante a luta pela conquista da terra. Pois, fraca e falar demais talvez não eram os adjetivos apropriados para direcionar-se as mulheres que se engajavam na luta utilizando os instrumentos que dispunham, como mediadoras do conflito.

O paradigma de gênero sobre a confiabilidade das mulheres, tanto sobre o viés do matrimônio – já que aquelas que tomaram frente do conflito e das mobilizações externas foram consideradas infiéis aos maridos, quanto no viés de manterem-se “caladas” com relação algumas discussões internas. Dada e Toinha em Figueiredo (2005) trazem essa questão vivenciada pelas mulheres da comunidade São José dos Mouras e apontam sentimentos negativos com relação ao tratamento dado pelos homens – “aí nós ficamos com raiva”; “aí nós ficamos zangadas” – ao passo que falam da luta interna que travaram para serem respeitadas – “a gente já não aceitava um não, não calava a gente assim fácil.”

Aí quando foi um dia já tava, mais ou menos calmo, aí disseram que ia ter uma reunião [...]. Era uma reunião em segredo, aí só os homens iam participar, aí foram pra [...] lá pra igreja, fazer essa reunião, porque as mulheres não podiam saber, aí nós ficamos com raiva né, porque em todo o processo nós participamos. Tu sabe o que, que era [o assunto da reunião secreta]? É que o Chico Messias [fazendeiro] tinha botado o gado lá da propriedade lá no Quinze, nos 70 hectares, e que era pra completar as 2.223 [hectares], e eles [os homens da comunidade] tavam vendo de que forma que tinha surgido essa uma história, que tinha uns policiais no Tucunzal e tava fazendo toda essa conversa. E que nós não podia saber porque senão nós ia andar conversando pro povo, e aí nós ficamos zangadas e terminou que nós, nós mulheres foi que resolvemos essa questão, fui eu, a comadre Teresa, a Toinha, comadre Mariana, a Filó, a comadre Antônia, precisava ver a gritalhada dos meninos [filhos] porque nos ia no

¹³⁷ ENTREVISTA. ROCHA, Francisco de Paulo, *op. cit.*

¹³⁸ ENTREVISTA. MACHADO, Francisco das Chagas Gomes, *op. cit.*

Tucunzal e nós foi que resolvemos e os homens com toda a besteira que nós não podia participar, terminaram ficando e nós indo resolver a questão. (FIGUEIREDO, 2005, p. 115).

[...] aí nós ficamos se olhando, olhava pra cara da Teresa, olhava pra cara da Dada, olhava pra cara da comadre Mariana, daqui a pouco nós dissemo assim “gente que reunião é essa e porque nós não pode tá nessa reunião, nós sempre estivemos presente em tudo em todos os momentos aqui, porque que agora tão excluindo a gente? Vambora lá, já já saber, agora nós vamos lá saber porque que nós não pode.” E a porta tava fechada e nos batemos e foi desse jeito que nós chegemos lá e falamos “é nós quer saber porque nós tamo excluída dessa reunião, o que é que tá acontecendo, o quê vai acontecer aqui que a gente não pode mais participar, em todo momento até hoje a gente teve junto, tudo a gente participou, tudo a gente ajudou” e meu filho, aí nessa época a gente já tava mais, também mais sabidinha né, a gente já não aceitava um não, não calava a gente assim fácil. (FIGUEIREDO, 2005, p.115-116).

A submissão feminina não se findava apenas no dialeto usualmente utilizado naquele período, para caracterizar as mulheres, mas era vivenciado na prática cotidiana.

[...] Deus defenda de na década de 80 alguma mulher aqui no São José vestir um calção, vestir um short ou andar com uma miniblusa ou com uma blusa de alça, ou cortar o cabelo. Nós era tudo parecido umas “almas peidona” de feia porque nem se arrumar a gente podia, não tinha como ou não podia usar um batom, nem nada. Era assim, uma submissão imensa, na década de 80 a gente ainda vivia assim.¹³⁹

O testemunho de Moreira nos remete a ideia de poder, uma vez que ele se manifesta de variadas maneiras e tem duas interfaces, sendo a primeira relacionada ao universo particular, ou seja, a capacidade de decidir sobre a própria vida, mas, também, uma interface coletiva, sendo esta última a capacidade de decidir sobre a vida do outro. Kirkwood (apud COSTA, 2008, p. 36), discorre sobre isso:

“... a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos [...]. Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder”.

Além disso, Lagarde (apud COSTA, 2008, p. 36), acrescenta:

¹³⁹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

“... o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato”.

A participação das mulheres numa conjuntura de conflito agrário é, portanto, um tema revelador, sobretudo, pela observação do protagonismo de algumas delas que foram instigadas a questionar e modificar as relações do gênero que estavam postas e solidificadas na perspectiva do masculino. Assim, deixam o espaço privado (a casa) e participam nos espaços públicos (movimentos coletivos), tomando decisões e ocupando espaços de poder.

Figueiredo (2005, p. 47) aponta que:

Essa dicotomia entre privado e público se reflete nas instituições e na ideologia que se tem sobre como lidar com elas. Há instituições sociais que representam o público, por exemplo, o Estado, a escola, a igreja. Como instituições consideradas de âmbito privado, aparecem principalmente a família e o casal.

Durante o conflito, as mulheres também foram estigmatizadas pelas atividades laborais que realizavam, motivando uma luta pela autoafirmação de suas identidades. Pois, consideravam-se como ‘ser mulher’ e “*sou quebradeira de coco babaçu*”.

Essa categoria identitária foi se constituindo ao longo de anos de discussão e, em todas as pesquisas sobre o tema, é evidenciada como uma identidade construída de modo coletivo, sobretudo, em função da criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Do ponto de vista histórico não é uma categoria antiga, do contrário, é datada da década de 1990 quando passa a fazer parte do cotidiano das mulheres que realizam a atividade de extração da amêndoa do coco babaçu. Sobre isso Barbosa (2007, p. 12-13) aponta que:

A construção da identidade de quebradeiras de coco foi algo lento e processual. Inicialmente, muitas mulheres espalhadas pelo estado tinham como principal atividade a quebra do coco e eram vistas pela sociedade local como quebradeiras de coco, entretanto, esta não era uma identidade coletivamente pensada e manipulada por elas. A partir da década de 1990, a identidade de quebradeira de coco é definida e construída em mobilizações pela garantia da posse da terra, e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu.

Almeida (1997, apud Barbosa 2007, p. 99) aponta que:

[...] a identidade de quebradeiras de coco se caracteriza pelo “encontro da auto definição com os atributos positivos que contrariam estigmas e preconceitos e que são utilizados para elas se representarem face à sociedade”. A afirmação dessa identidade vem acompanhando o MIQCB desde suas primeiras articulações, chegando, através de intercâmbios de experiências, sobretudo no convívio social nos povoados, às mulheres que não se vincularam a essa organização.

Santos (2019, p. 76) descreve:

Antes, os direitos nossos não eram reconhecidos como quebradeira, a gente não se identificava, tinha vergonha de dizer: “Eu sou quebradeira!”. Ainda hoje existe mulher que tem vergonha de dizer que é quebradeira. Eu não tenho! Eu não tenho vergonha de dizer que sou uma quebradeira, eu sou filha de quebradeira.

O MIQCB tem um papel extremamente decisivo e importante não só na construção desta perspectiva identitária da atividade laboral de coleta e quebra do coco babaçu, mas de seu conhecimento, sobretudo, a partir do engajamento de mais mulheres no movimento.

Apesar da questão sobre assumir a identidade de quebradeiras de coco já ser posta anteriormente por algumas poucas quebradeiras que tinham algum contato com espaços de discussão, formalmente, ela só passou a existir a partir do MIQCB. Tornou-se uma das preocupações das lideranças desse movimento levar uma imagem positivada do extrativismo às quebradeiras em geral, principalmente àquelas que foram se agrupando à organização, (BARBOSA, 2007, p 103).

Ainda que tenhamos constituído essa perspectiva identitária do *ser quebradeira de coco* é importante evidenciar que estamos lidando, segundo Barbosa (2007), com uma identidade que se vincula a outros tipos de identidade, já que não estamos falando de mulher que apenas quebra o coco babaçu, mas se identificam como tal.

Nesse sentido, deve-se considerar que a identidade de quebradeiras de coco não se apresenta de forma homogênea e se liga a outros tipos de identidades. Não existe a quebradeira de coco, mas mulheres (no plural) que quebram coco babaçu e que podem assumir uma série de outras identidades além desta. As outras identidades assumidas por elas estão relacionadas, sobretudo, à territorialidade. (BARBOSA, 2007, p. 99).

Os laços que aproximam as mulheres com a cultura tradicional do coco babaçu aparecem de forma explícita. Durante a entrevista Moreira relata, de forma muito emotiva, o quanto essa atividade é relevante para a vida dessas mulheres. Expressa no

seu discurso não ser apenas uma ação habitual das mulheres que vivem na região dos babaçuais, mas traduz relações afetivas, políticas e culturais com a palmeira de coco babaçu.

[...] pra mim é uma identidade, o coco babaçu, a palmeira do babaçu é como se fizesse parte do meu ser, fizesse parte do meu corpo, é como se ela tivesse impregnada em mim porque eu fico doente quando eu ouço alguém dizer que cortou uma palmeira ou que vai cortar alguma palmeira. É assim a relação hoje e graças a essa nossa consciência que a gente foi adquirindo com o tempo, com o movimento, participando do movimento social, se articulando com outras quebradeiras, com outra regiões, com outros estados foi que a gente foi adquirindo essa consciência, foi formando essa identidade que hoje é uma identidade reconhecida em todo território brasileiro – da quebradeira de coco – foi, como se diz, emergiu uma categoria profissional, emergiu uma comunidade que não existia, que veio existir do final da década de 80 pra década de 90, foi quando se constituiu, foi que se constituiu essa coisa da quebradeira de coco e da gente se identificar enquanto quebradeira.¹⁴⁰

4.2. Liderança, protagonismo e participação das mulheres no conflito agrário

As motivações pelas quais decidimos evidenciar no subtítulo deste capítulo três diferentes verbos (liderar, protagonizar e participar) se conecta com o princípio de que não houve, dentro do contexto do conflito agrário em São José dos Mouras, uma única forma de participação das mulheres, mas formas de participações (no plural) que corroboraram, de modo significativo, à conquista da terra.

De certo modo, a participação ou o direito a ela em si já é uma ruptura de paradigma, outrora, o lugar de liderança ocupado por algumas mulheres e o protagonismo no processo de tomada de decisão acompanhado do aspecto de poder exercido dentro do território em conflito é um fato, diria, novo para a maioria, senão, para todas as mulheres que vivenciaram os tensionamentos na luta pela terra, na década de 1980. Nesse sentido os conflitos agrários, impulsionam nova lógica das relações de gênero, nas palavras de FIGUEREDO (2005):

O conflito pela terra ou pelo babaçu provoca, na unidade familiar e no grupo social mais amplo, a necessidade de rever regras de ordem interna. Até por motivo de sobrevivência, o grupo é obrigado a dar respostas às provocações externas, mas que afeta internamente. Neste caso, a luta pela sobrevivência coloca em xeque a própria forma tradicional pela qual as relações de gênero intra e interfamiliar estão solidificadas, pois se encontram questionadas pela necessidade que

¹⁴⁰ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

exige de homens e mulheres novas formas de interação para que toda a unidade familiar e todo grupo social sobrevivam à ameaça externa. (FIGUEIREDO, 2005, p. 93).

Romper com o universo privado da casa, o cuidado com os filhos e a simples obediência aos homens/maridos já não são suficientes quando se coloca em jogo a vida das pessoas e a existência da comunidade. Então, o ser mulher e o ser homem adquire um novo significado dentro do contexto de conflito, uma vez que ambos passam a desempenhar papéis sob uma ótica diferente, por exemplo, permanecer em casa para as mulheres de São José dos Mouras deixou de ser atividade cotidiana passando a ser reconhecida como ação de resistência, força, coragem. Figueiredo (2005) e Barbosa (2007), ressaltam:

As mulheres assumem uma função importante, o que pode ser visto como uma falta de alternativa do que fazer frente à situação de ameaça de morte dos maridos, vira um papel de extrema importância. Elas ficavam com seus filhos crianças e os familiares mais velhos, no povoado, nas suas casas, resistindo para que não se caracterizasse a expulsão das famílias ou o domínio dos invasores (FIGUEIREDO, 2005, p. 108-109)

Para Barbosa (2007, p. 59):

[...] Nas décadas de 1970 e 1980, as lutas dos trabalhadores rurais aumentaram consideravelmente. Exatamente nos anos 1980, as mulheres adquiriram maior visibilidade nos conflitos sociais no campo. No contexto rural brasileiro desta época era comum as mulheres se inserirem nas lutas pela saúde, educação, moradia, alimentação e religião e, cada vez mais, ocuparem cargos de direção em instituições.

Reconhecer situações dessa natureza implica releituras sobre a história das mulheres, sobretudo aquelas que se engajam em movimentos sociais. A narrativa dos fatos históricos ocorridos, o papel diferenciado desempenhado pelas mulheres, coaduna com o processo de enfrentamentos a hegemonia do masculino, como ordem universal vigente.

Um dos principais papéis atribuídos às mulheres durante o conflito agrário é o que Figueiredo (2005) denomina de “guardiãs do povoado” uma vez que assumem a função de vigiar os homens, salvaguardar as crianças e idosos, proteger as moradias, mesmo que isso lhes custasse a integridade física e/ou psicológica.

Além de cumprirem o papel de guardiãs do povoado, de vigia dos homens, além de enfrentarem as ameaças direta dos pistoleiros, policiais e milícias privadas, as mulheres integravam a lista dos que saíam para as articulações externas. Em alguns conflitos sua presença nessa atividade é mais forte do que os homens e em outros são os homens que mais saem. (FIGUEIREDO, 2005, p. 111).

Durante o conflito agrário em São José dos Mouras pode-se perceber três frentes de participação das mulheres: a primeira relacionada ao aspecto de liderança, ou seja, as mulheres que assumiram um papel estratégico, inclusive, junto a outras entidades de apoio. Elas viajavam, denunciavam, articulavam e tinham uma participação ativa nas decisões comunitárias.

[...] a Dada e a Tereza foram duas mulheres corajosas que qualquer hora da noite ou do dia elas saíam pra denunciar as coisas que aconteciam aqui e elas corriam pra São Luís. Lá elas iam em jornal, elas iam na Cáritas, na CPT e falavam”.¹⁴¹

A segunda frente seriam as mulheres que insistiam em permanecer nas casas, ou seja, as “testas de ferro”, como elas chamam. É um grupo de mulheres que sofreram inúmeras violências, mas que não abandonavam as casas “[...] *Era como nós fôssemos as testas de ferrø*”¹⁴² e a última frente seriam as mulheres que participavam, de alguma forma, doando sua força de trabalho ao coletivo: elas cozinhavam, lavavam, cuidavam das crianças e adolescentes, inclusive das filhas e filhos das mulheres que estavam viajando. Sobre isso Mundico Moita e Herre relatam:

Aqui era o seguinte, era umas fazendo uma coisa “fulana fica aí que eu vou ali atrás de um tiracó de coco, fica com tudinho”. Ficava com a meninada, era menino de todo tamanho. Aí a Filomena e a Mariana ficavam, a Dominga da Filomena com os outros meninos, aí chegava, jogava um tiracolzinho de coco aqui, começava quebrar.¹⁴³

[...] as mulheres participavam de vigiar, compartilhava no avisar pros maridos: “lá vem a tropa”. As mulheres era de quebrar o coco, as mulheres era de fazer o almoço, fazer a janta e não dormir de noite. Enquanto nós dormia a mulher não dormia. Então, elas foram uma guerreira.¹⁴⁴

A narrativa de Toinha, resume a participação das mulheres como sendo fundamental no âmbito do conflito. Em nossa percepção, ruptura de paradigma com os papéis sociais estabelecidos para as mulheres no cuidado com a casa e com a

¹⁴¹ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

¹⁴² *Idem.*

¹⁴³ ENTREVISTA. VERAS, Raimundo Alves, *op. cit.*

¹⁴⁴ ENTREVISTA. CHAGAS, Hermenegildo Isaías das, *op. cit.*

família/filhos. Acumulando esses papéis sociais elas se revelaram capazes de ousar manifestar opinião, militar em espaços públicos, onde historicamente foram proibidas de participar, ou mesmo, tiveram suas contribuições apagadas. Assumiram seu protagonismo e se tornaram lideranças reconhecidas interna e externamente.

Meu filho a participação das mulheres foi fundamental nesse conflito, eu acho que foi até mais importante – que eles não me ouçam, os homens – mas eu acho que foi mais importante, mais decisiva do que dos homens porque eles, os homens, não podiam ficar de frente porque eram perseguidos, as mulheres sempre era a dona da casa, era quem tinha que cuidar de menino, era quem tinha que fazer comida pros homens porque sempre foi assim, principalmente naquela época. Hoje em dia a gente já divide alguma tarefa, mas naquele tempo era só mulher que fazia essas tarefas. Então, por isso a gente que tava em casa era quem recebia toda a pressão do conflito, dos capanga, dos jagunço, dos pistoleiro era as mulheres porque os homens eles não achavam um e eles chegavam e deixavam só o recado: “diga pro cabra vagabundo do teu marido, diz pro cabra safado do teu marido que não é pra fazer isso, que não é pra fazer aquilo, que nós vamos descobrir quem foi que cortou a estaca e o arame bando de vagabundo...” esculhambava os marido e a gente caladinha ali tremendo, morrendo de medo e nas atividades domésticas, cuidando de filho, lavando, cozinhando pra quando os homens aparecessem a noite ter o que comer pra poder voltar pra se esconder. Então eu acho que foi de grande importância a participação das mulheres.¹⁴⁵

As mulheres souberam utilizar o que historicamente foi instrumento de opressão como manta protetora para camuflar os papéis de articulação política que faziam ao longo dos anos de luta pela terra.

¹⁴⁵ ENTREVISTA. MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa, *op. cit.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível que nestas considerações finais haja nem que seja um parágrafo que trate dos percalços para a consolidação das informações postas neste trabalho. Não pude negar, desde a concepção do problema de pesquisa, do tema, de sua fundamentação e dos próprios objetivos almejados, os medos e preocupações advindas e, agora, vendo o resultado da pesquisa “pronta”, percebo que eles não se esvaem, do contrário, mantêm-se.

Ora, um homem, com privilégios cuja estrutura patriarcal social permite, falando de limitações de mulheres. Um homem, cuja historiografia não omite, falando da omissão historiográfica da participação de mulheres. Além disso, um pesquisador que, pelos laços familiares e construções pessoais e memórias de vida, se mistura com o objeto de estudo na tentativa de fazer ciência e construir, a partir da lógica decolonial, um olhar sobre participação das mulheres no contexto de conflito agrário.

Não obstante, consigo perceber que todo o teor e discussão deste trabalho corrobora não apenas para a qualificação de um grau de escolaridade, mas para a solidificação de uma trajetória histórica de algumas sujeitas até então omitidas pela história. Temos aqui, não a história que a história não conta – aqui entendendo como a história a nível local, mas a história que sempre contaram, só que agora está também escrita.

Considero que este trabalho, intitulado “AS QUEBRADEIRAS DE COCO, A LUTA PELA TERRA E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO RIACHUELO EM LIMA CAMPOS, MARANHÃO” tem um tríplice valor: histórico, científico e simbólico.

Histórico porque carrega consigo aspectos importantes sobre a consolidação territorial do Assentamento Riachuelo, outrora, não sistematizados, quiçá registrados, diria, com alguma riqueza de detalhes, inclusive sob a ótica temporal. Científico porque está fundamentado sob a perspectiva metodológica e construída a partir dessa nuance. A ciência exige método, observação, reflexão e acreditamos que cumprimos esses requisitos. É simbólico porque, a partir daqui, têm-se para as mulheres, homens e as novas gerações a possibilidade de alcançarem informações pertinentes às origens, conflito e conquista da terra, não apenas a partir da história oral, sobretudo, das

gerações mais velhas ou a partir da memória, mas literalmente pelo manuseio das páginas deste trabalho.

É possível verificar que os objetivos propostos foram alcançados de forma satisfatória, uma vez que o trabalho apresenta uma análise da história da participação das mulheres quebradeiras de coco babaçu no conflito agrário do Projeto de Assentamento Riachuelo, constitui-se a partir da descrição da história da luta pela conquista da terra, da investigação das formas de participação da mulher no contexto do conflito, além do levantamento da trajetória de luta política das mulheres quebradeiras de coco babaçu daquele Assentamento na década de 1980, apresentando o contexto e conjuntura econômica, política e social das famílias do Assentamento Riachuelo no período em estudo.

A metodologia utilizada fora suficiente para a consolidação das informações, desde o estudo em torno dos temas da mulher, da luta pela terra e participação feminina, da violência, entre outros até a ideia de um trabalho de cunho qualitativo, uma vez que a disposição em sua construção estava voltada, principalmente, ao olhar subjetivo do objeto de estudo, no caso, as mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Observa-se que, do ponto de vista de registros históricos, não temos uma vastidão de bibliografias que apontam para a efetiva participação das mulheres, do contrário, há uma omissão de fatos que culminam na reprodução de um patriarcado em que os homens estão ligados à luta e à conquista da terra e as mulheres à esfera privada (família, cuidado da casa), quiçá como apoio aos homens. Constata-se, ainda que do ponto de vista dos registros históricos a participação das mulheres está sempre pautada como a “coitadinha” que sofreu violência e, de algum modo, se coloca como passiva desta situação, quando evidencia-se, a partir das escutas, que sim, elas sofreram violências em graus elevados, outrora, eram sujeitas ativas na luta, na construção de alternativas, na consolidação dos planos de ações internos e na tomada de decisões que impactavam de forma direta à vida e ao bem estar social das famílias.

O reconhecimento da participação das mulheres a partir das falas masculinas faz parte do processo de conquistas que elas tiveram, afinal, não parece ser algo gratuito e visível no decorrer da história da luta, mas sim conquistado a partir da atuação de liderança dentro dos processos comunitários.

No desenho estrutural do país não houvera até hoje e não haverá, até termos uma política agrária abrangente, um só dia em que, em algum lugar dos mais de oito milhões de km² do território brasileiro, não tenhamos uma família em conflito pela posse e uso da terra ou, em palavras mais duras, uma família em conflito pela vontade de continuar viva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTIONAID. **Quem somos**. Disponível em: <http://actionaid.org.br/sobre-nos/quem-somos/>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ANDRADE, Maria do Carmo. **Rezadeiras e benzedeiras. Pesquisa Escolar**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia** / Alfredo Wagner Berno de Almeida, Joaquim Shiraishi Neto, Cynthia Carvalho Martins. – São Luís, Lithograf, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**. São Luís: III Encontro Interestadual das Quebradeiras de coco Babaçu: 1995.

ALMEIDA, Monica Piccolo. **A Lei de Terras do governo Sarney: regulamentando o latifúndio no Maranhão**. Disponível em: <https://lisbon2016rh.files.wordpress.com/2015/11/s18-piccolo-almeida-abstr.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

As tarefas revolucionárias da juventude / Lênin, Fidel Castro e Frei Betto; tradução e revisão Ana Corbisier e Miguel Henrique Stedille –4. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005. (p.64-65).

ASSEMA. **A Assema**. Disponível em: <https://assema.org/quem-somos/a-assema/>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres rurais e lutas sociais no Brasil e na África do Sul**. *Mujimbo*, 2012. Disponível em: <http://www.mujiimboposafr-o.ffch.ufba.br/wp-concent/uploads/2012/03/3.-Mulheres-Rurais-Viviane.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão** / por Viviane de Oliveira Barbosa. - 2007. 160 f. Orientador: Prof. Dr. Jocélio Teles dos Santos. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

BEM DIVERSO. **TC Médio Mearim (MA)**. Disponível em: <http://www.bemdiverso.org.br/territ%C3%B3rios/tc-m%C3%A9dio-mearim-ma>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BERTONI, L. M., & SANTOS, R. V. (25 de junho de 2017). **Alcoolismo e meio rural (Alcoholism and the country environment)**. Revista Geonordeste, pp. 98-113. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/download/6122/pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL, Decreto nº 94.358 de 21 de maio de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94358. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL, J. d. (23 de junho de 1987). **Jornal do Brasil. Crime de posseiros cria um clima de medo no Maranhão.** Rio de Janeiro

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Mandado de Segurança 20.724. Desapropriação por interesse social – Reforma Agrária** – matéria de fato. Impetrantes: Agropecuária Riachuelo Ltda e outro. Autoridade coatora: Presidente da República. Relator: Ministro Carlos Madeira, 12 de novembro de 1987. Revista de Direito Administrativo, [S. l.], v. 171, p. 167–173, 1988. DOI: 10.12660/rda.v171.1988.45720. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45720>. Acesso em: 9 ago. 2022.

CAIXA. **Minha Casa Minha Vida - Habitação Rural.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/rural/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 05 fev. 2020.

CANAL RURAL. **Violência No Campo. Brasil tem mais de quatro conflitos agrários por dia.** Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/programas/brasil-tem-mais-quatro-conflitos-agrarios-por-dia-67761/>. Acesso: em 03 dez. 2019.

CANÇÃO NOVA. **O que é a Teologia da Libertação?**. Disponível em: [O que é a Teologia da Libertação? - Prof. Felipe Aquino \(cancaonova.com\)](http://www.cancaonova.com). Acesso em: 21 dez. 2021.

CARDOSO, Cícera Romana. **Obstáculos materiais e simbólicos da desistência de estudantes/PROEJA/IFRN: um estudo à luz da teoria das representações sociais e da praxiologia de Pierre Bourdieu.** 2018. 132f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CÁRITAS BRASILEIRA. **História.** Disponível em: [Cáritas - História \(caritas.org.br\)](http://www.caritas.org.br). Acesso em: 20 dez. 2020.

CARVALHO, J. R. (2017). **A questão de gênero e o lugar de mulher nesse debate.** Revista e-ciência, 5, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.19095/rec.v5i1.185>

CARVALHO, Leandro Dias Cardoso. **Extratativismo Vegetal e Condições Socioeconômicas do Assentamento Rural Gleba Riachuelo (MA).** Tese (Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Economia Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”) – VIÇOSA MINAS GERAIS – BRASIL, 2001.

CESE-CONIC. **Os pequenos possuirão a terra.** CESE, 1996.

CHAUI, Marilena. **Ensaio ética e violência.** Revista Teoria e Debate, ano 11, n. 39, 1998.

CIDADE BRASIL. **Município de Lima Campos**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-lima-campos.html>. Acesso em: 27 nov. 2019.

CNBB. **Relatório da cpt aponta 2020 como o ano com mais conflitos no campo no brasil desde o início do levantamento**. Disponível em: [Relatório da CPT aponta 2020 como o ano com mais conflitos no campo no Brasil desde o início do levantamento - CNBB](#). Acesso em: 17 dez. 2021.

Comissão Pastoral da Terra. (1988). **Conflitos no Campo Brasil / 1987**. Oficina de Comunicação - COMSAUDE.

CONAB. **Preços Mínimos**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos>. Acesso em: 05 fev.2020.

COUTINHO, Júlia Lara Roque; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CIDADANIA: a questão da terra no Brasil**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas, [s. l.], p. 1-22, 2015.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>. Acesso em: 05 fev. 2020.

COSTA, T. R., Junior, J. S., Sodré, R. B., & Sousa, I. B. (18 de dezembro de 2020). **OS CONFLITOS AGRÁRIOS FRENTE AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAMPO MARANHENSE (1985 – 2018)**. REVISTA GEONORTE, 11, pp. 243-257.

CRUZ, Cobi. **O que é um produto orgânico?** Disponível em: <https://organis.org.br/o-que-e-um-produto-organico/>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Documentário; **O conflito em São José dos Mouras**; DVD. 1987.

FIGUEIREDO, Luciene. **Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco no Maranhão**. 2005. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FILHO, José Luiz Alcantara; FONTES, Rosa Maria Oliveira. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4 N° 7 Jul-Dez 2009, [s. l.], 2009.

G1. **Nº de mortes por conflito de terra cai, mas violência contra líderes de movimentos aumenta, diz CPT**. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2018/12/10/no-de-mortes-por-conflito-de-terra-cai-mas-violencia-contralideres-de-movimentos-aumenta-diz-cpt.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2019.

G1 Maranhão. **Maranhão lidera ranking de conflitos no campo, diz CPT**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/maranhao-lidera-ranking-de-conflitos-no-campo-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2019

INCRA. **O que é grilagem**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oquegrilagem>. Acesso em: 04 dez. 2017.

_____. **Programa Nacional de Educação na reforma Agrária – PRONERA**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/educacao_pronera. Acesso em: 08 dez. 2020.

_____. **Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/reformaagraria.html>. Acesso em: 08 dez. 2020.

LARAIA, Roque de Barros, 1932 – **Cultura: um conceito antropológico**/ Roque de Barros Laraia. – 24.ed., [reimpr.] – Rio de Janeiro: 24. ed Jorge Zahar Ed., 2009.

LEITE, V. C. de O; NOLASCO, E. C. **Conceição Evaristo: escrevivências do corpo**. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, V. 05, ed. especial, mai., 2019, artigo nº 1566 | claec.org/relacult | e-ISSN: 25257870.

LIMA, F. G., & MIRANDA, A. C. (s.d.). **LUTA CAMPONESA E MOVIMENTO SOCIAL NA REGIÃO MÉDIO MEARIM: conflitos e conquistas na Comunidade de Ludovico, Lago do Junco (MA)**. 12 p.

MDS. **Conheça o PNAE**. Disponível em: <http://mds.gov.br/compra-da-agriculturafamiliar/pnae>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 05 fev. 2020.

MELO, A. d., & BARBOSA, V. d. (2015). **DO ESQUECIDO AO SILENCIADO: memórias da violência entre quebradeiras de coco no Maranhão**. Em A. d. Melo, & V. d. Barbosa, Mulheres rurais e violência: algumas abordagens (p. 174). São Luís: EDUFMA.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos. **TERMINOLOGIAS RODOVIÁRIAS USUALMENTE UTILIZADAS**. Brasília, agosto/2007. 17 p.

MIQCB. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.miqcb.org/quem-somos>. Acesso em: 27 nov. 2019.

MORAIS, P. S. **Participação como forma de ampliação dos espaços democráticos: concepções e perspectivas para gestão da escola**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0437.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MOREIRA, A. G. S; MOREIRA, B. S; SILVA, E. S.; SANTOS, J. L. S; SILVA, R. O: **A participação das mulheres quebradeiras de coco babaçu na luta pela**

conquista da terra do assentamento Riachuelo. 2009. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Magistério) – Curso Técnico em Magistério, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Bacabal, 2009.

OAB Conselho Federal. (1987). **Violência no Campo.** Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora LTDA.

POLITIZE. **Ditadura Militar no Brasil.** Disponível em: [Ditadura Militar no Brasil | Politize!](#). Acesso em: 07 dez. 2019.

PORTAL CULTURA. **Conflitos agrários aumentam no Brasil.** Disponível em: <http://www.portalcultura.com.br/node/49446>. Acesso em: 03 dez. 2019.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária.** 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RELACult – **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade.** Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 05, ed. especial, mai., 2019, artigo nº 1566.

RIBEIRO, Amarolina. **Poço artesiano.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/hidrografia/pocoartesiano/>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SANTOS, Francisca Rodrigues dos. **Chica Lera: a história dos movimentos sociais e a luta das Quebradeiras de coco babaçu no Piauí/** Organizado por Carmen Lúcia Silva Lima & Arydimar Vasconcelos Gaioso; Edição de Alfredo Wagner Berno de Almeida. - 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCESA, 2019

SCOTT, J. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, 20, 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Inventário das Leis, Decretos e Regulamentos de terras do Maranhão – 1850 /1996.** Joaquim Shiraishi Neto. – Belém: Supercores, 1998.

SICAR. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Área imóvel. Município de Lima Campos. Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/municipios/downloads?sigla=MA>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282018000300480 Acesso em: 08 dez. 2020.

SILVA, José Carlos Aragão. **Ser livre e ser escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais (1990-2008)**. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA; FAPEMA, 2013.

SODRÉ et al. **O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense**. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia, [s. l.], p. 1-10, 2016.

ENTREVISTAS

BRANDÃO, Filomena. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 02 fev. 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

CHAGAS, Hermenegildo Isaías das. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 02 fev. 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

COSTA, Raimundo Rocha da. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 02 fev. 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA

MACHADO, Francisco das Chagas Gomes. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 09 fev. 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

MOREIRA, Antonia Gomes de Sousa. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 09 fev. 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

ROCHA, Francisco de Paulo. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 02 fev. 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

VERAS, Raimundo Alves. Entrevista concedida a Atalicio Gomes de Sousa Moreira em 02 fev. 2020. São José dos Mouras, Lima Campos – MA.

ANEXOS

Anexo A

DECRETO Nº 94.358, DE 21 DE MAIO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Gleba Riachuelo" (parte), situado no Município de Lima Campos, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º. É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado "Gleba Riachuelo", com a área de 2.323,00ha (dois mil, trezentos e vinte e três hectares), situado no Município de Lima Campos, no Estado do Maranhão, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área no P00, de coordenadas geográficas longitude 44°22'33"WGr e latitude 04°31'14"S, situado na divisa de terras da Data Santo Antônio dos Sardinha e terras de Cananéia e da Data Feliz Lembrança; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Cananéia e da Data Feliz Lembrança, com o rumo de 65°00'SE e distância de 4.183,00m, até o P1; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da Agropecuária Riachuelo Ltda., com os seguintes rumos e distâncias: 39°30'SW e 600,00m, até o P2; 65°00'SE e 2.330,00m, até o P3, de coordenadas geográficas longitude 44°19'36"WGr e latitude 04°33'56"S, situado no limite da faixa de domínio da BR-135, margem direita; deste, segue pelo referido limite da faixa de domínio da citada rodovia, no sentido Peritoró-Santo Antônio dos Lopes, passando pelos pontos P4 e P5, confrontando com terras de Jaime Cruillas, com a distância de 3.033,00m, até o P6, de coordenadas geográficas longitude 44°20'14"WGr e latitude 04°34'20"S, situado no limite da faixa de domínio da BR-135, margem direita; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Antônio Bertoldo Chaves, com os seguintes rumos e distâncias: 77°00'NW e 2.000,00m, até o P7; 89°30'SW e 2.323,00m, até o P8; deste segue por linhas secas, confrontando com terras da Data Santo Antônio dos Sardinha, com os seguintes rumos e distâncias: 13°00'NW e 461,00m, até o P9; 43°00'NW e 705,00m, até o P10; 05°00'NE e 4.500,00m, até o P00, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta da DSG, folha SB.23-X-A-V, escala 1:100.000, ano: 1980 e levantamento efetuado em campo por técnicos da SR-12-INCRA).

Art. 2º. Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

APÊNDICES

Apêndice A – Formulário de entrevista

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO DEPARTAMENTO DE HUMANAS E SOCIAIS LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA</p>
<p>ORIENTADORA: Jascira da Silva Lima DISCENTE: Atalicio Gomes de Sousa Moreira TÍTULO DO PROJETO: As quebradeiras de coco, a luta pela terra e a conquista do assentamento Riachuelo em Lima Campos, Maranhão</p>	
<p style="text-align: center;">ROTEIRO PARA ENTREVISTA</p>	
<p>Parte I – Identificação</p> <ol style="list-style-type: none">1. Como o/a senhor/a se identifica?2. Como, quando, por que veio para essas terras/assentamento?	
<p>Parte II – O conflito</p> <ol style="list-style-type: none">1. Qual a sua relação com a terra/lugar?2. Como foi a chegada das pessoas/famílias aqui?3. O que você sabe/lembra/viveu sobre/do/no sobre a luta pela terra que ocorreu no território do Projeto de Assentamento Riachuelo durante os anos de 1985 a 1987? Houve conflito? Como ocorreu? Quem estava envolvido?3. O que você acredita que pode ter impulsionado esse conflito na comunidade São José dos Mouras?4. Caso tenha estado na comunidade no período do conflito, como você participou da situação? Quando você sentiu a necessidade de se envolver na luta e por quê?5. Como você se sente ao relembrar essa história? Por quê?6. Sabemos de relatos que o fazendeiro disponibilizou pagamento para que as famílias pudessem sair do território e “recomeçar” a vida noutro lugar. Como se deu isso? Houve resistência, Por que?	
<p>Parte III – A liderança feminina</p> <ol style="list-style-type: none">1. Para você como foi a participação das mulheres?2. Você considera que as mulheres tiveram um papel decisivo na luta e conquista da terra? Por quê?3. Quais as formas de participação das mulheres durante o conflito agrário?	

4. Se pudesse nomear 05 pessoas que estavam à frente da luta pela terra, quem seriam? E por que?
5. A história nos mostra que “ser mulher” na década de 1980 não era algo tão fácil, seja pela violência ou pela discriminação. Como você via isso no âmbito do conflito?

Parte IV – Parcerias e movimentos sociais

1. Vocês receberam ajuda ou apoio de outras pessoas ou organizações? Quais? Que tipo de ajuda?
2. Há relatos de que a comunidade manteve uma estrutura de organização sindical independente. Qual era? Como surgiu? Por quê?
3. Como as famílias percebiam ou reconheciam a importância da organização em movimentos durante o conflito?

Parte V – A importância do babaçu

1. Você se considera quebradeira/o de coco babaçu? Por quê?
2. Qual a importância do coco babaçu na sua trajetória de vida;
3. Como era a relação das famílias com o babaçual nos anos de 1985 a 1987? Como o exploravam?
4. É certo que grande parte das comunidades da região do Médio Mearim não podiam acessar as palmeiras de babaçu em virtude da proibição por parte dos “donos da terra”. Nesse sentido, como você percebe a importância da lei babaçu livre?

Parte VI – Relações de gênero e divisão do trabalho (grupo focal)

1. Como eram as relações de trabalho, do cuidado com a casa e com os filhos entre homens e mulheres no período do conflito?
2. O lugar de fala e de poder na década de 1980 e 1990 era predominantemente dos homens. Como se deu o envolvimento das mulheres nesse lugar de liderança? Que tipo de barreiras elas/vocês enfrentaram para assumir esse papel?
3. Dada, uma das lideranças aqui da comunidade São José dos Mouras menciona o tempo do conflito como um “tempo em que mulher só tinha um lugar: a cozinha”. Como foi para as mulheres, mas também para os homens, ver que as mulheres estavam assumindo outros papéis?